

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ALINE BITENCOURT MONGE**

**VIOLÊNCIA SEXUAL:  
revelação, prevenção e redução de danos na adolescência**

**Guarulhos  
2020**

**ALINE BITENCOURT MONGE**

**VIOLÊNCIA SEXUAL:  
revelação, prevenção e redução de danos na adolescência**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora em Ciências  
Universidade Federal de São Paulo, Programa  
de Pós-Graduação em Educação e Saúde na  
Infância e na Adolescência  
Área de concentração: Desenvolvimento  
Humano e Saúde  
Orientação: Professora Doutora Maria Sylvia  
de Souza Vitalle

**Guarulhos  
2020**

Monge, Aline Bitencourt.

Violência sexual : revelação, prevenção e redução de danos na adolescência / Aline Bitencourt Monge. Guarulhos, 2020.

136 f.

Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

Orientação: Professora Doutora Maria Sylvia de Souza Vitalle.

Título em inglês: Sexual violence: revelation, prevention and harm reduction in adolescence

1. Violência Sexual. 2. Revelação. 3. Prevenção. 4. Redução do dano. 5. Adolescência. 6. Adulto jovem. I. Orientador. II. Título.

**ALINE BITENCOURT MONGE**

**VIOLÊNCIA SEXUAL:  
revelação, prevenção e redução de danos na adolescência**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora em Ciências  
Universidade Federal de São Paulo, Programa  
de Pós-Graduação em Educação e Saúde na  
Infância e na Adolescência  
Área de concentração: Desenvolvimento  
Humano e Saúde

Aprovação: 12/05/2020

---

Professora Doutora Maria Sylvia de Souza Vitalle  
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Sueli Marcelino Brabo  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

---

Prof. Dr. José Roberto Brêtas  
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalva Alves Silva  
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cassia Alves Oliveira  
Pontifícia Universidade Católica (PUC)

Dedicado às sobreviventes, que, como as  
fênix, renascem bravamente de suas cinzas.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001, que tornou possível esta pesquisa por meio da Bolsa de estudos — Demanda Social, concedida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência (PPG-ESIA).

Agradecemos a equipe multidisciplinar do Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente (CAAA), ligado a Disciplina de Especialidades Pediátricas do Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo — Escola Paulista de Medicina (UNIFESP / EPM), pelo aprendizado durante o período em que participei de suas atividades, em especial a chefe do setor Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Sylvia de Souza Vitalle, orientadora desta pesquisa, e a Dr.<sup>a</sup> Flávia Calanca da Silva, pesquisadora e companheira nesta jornada. Ambas intelectuais se tornaram pilares de incentivo, acolhimento e força para a realização desta tese. As levarei comigo para onde for e me lembrarei sempre com enorme carinho de nossas conversas, trocas, lanches e encontros regados a café e afeto. Excepcional gratidão a Dr.<sup>a</sup> Maria Sylvia de Souza Vitalle, pelas oportunidades que me foram ofertadas neste percurso, pela confiança em minha capacidade e profissionalismo, pelo sorriso largo que acolheu inúmeras vezes meus anseios de orientanda e pela amizade que se tornou tão importante quanto o título.

Aos professores do PPG-ESIA, pelas aulas, discussões, apresentação de autores e profícuos debates responsáveis pelo aprofundamento de conceitos, metodologias e teorias que ampliaram minha expertise. Destaque ao Prof. Dr. José Roberto da Silva Brêtas pelas indicações de leitura na qualificação, empréstimo de livro e por me demonstrar a complexidade e diversidade da psicanálise com Winnicott. Aos professores Dr. Marcos Cezar de Freitas, Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Carvalho, Dr.<sup>a</sup> Regina Cândida Ellero Gualtieri, Dr.<sup>a</sup> Amália Neide Covic, Dr.<sup>a</sup> Rosario Silvana Genta Lugli e Dr. Umberto de Andrade Pinto pelas atualizadas leituras nos campos da antropologia, sociologia, filosofia, psicologia, educação e saúde. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosario Silvana Genta Lugli, coordenadora do PPG ESIA no ensejo do meu ingresso em 2015, que me agraciou com sua disponibilidade ao realizar a ponte entre aquela que seria minha futura orientadora e eu. À Rute Dourado, assistente em administração do PPG ESIA, pela dedicação com que realiza seu trabalho, sempre se dispondo a atender e responder dúvidas sobre normas, prazos e procedimentos, ainda que pela enésima vez.

Às revisoras Fernanda Alves de Souza e Kéuri Gyelli Reis Santos, pelo empenho, rapidez e eficiência.

À Dr.<sup>a</sup> Dalva Alves pelos livros emprestados e conselhos dispensados.

Ao Dr. Carlos Alberto Landi, amigo e pediatra do Gael, a quem nunca poderei agradecer por tamanha atenção com nossa família.

À todas as mulheres e meninas, conhecidas e amigas, que dividiram comigo suas amargas histórias de violências sexuais, chamando minha atenção para este fenômeno triste e tão comum em nossas vidas. Às participantes desta pesquisa, por seus valiosos relatos que embasaram a análise que construímos. Falar sobre isso, apesar de doloroso, significa dividir um fardo pesado demais para carregar sozinha. Ao feminismo que salva nossas vidas, literalmente, ao resistir e combater a violência, exigindo direitos civis negados historicamente as mulheres. Com olhos marejados, tomo a liberdade de citar a ciranda feminista que ilustra o sentido de nossa militância: “Companheira me ajuda / Que eu não posso andar só / Eu sozinha ando bem / Mas com você ando melhor.”

À amiga Olivia Rall, que de tão presente e amável se tornou parte da família. Sua alegria e vibração iluminou muitos dias cinzas durante o caminho, em sua companhia, com certeza, “ando melhor”. À Karina Ferraro, amiga amorosa e corajosa, por iniciar a trajetória acadêmica e me mostrar que esse sonho era possível, obrigada pelo encorajamento. A todas as amigas que sustentaram minha sanidade mental durante anos, abrandando a solidão da minha existência enquanto estive afastada da minha família, sem elas e eles talvez eu tivesse sucumbido no caminho.

Por fim, e fundamental, ao Fabiano e a Sarah por serem a família que sempre almejei, sua companhia e amor são os bens mais preciosos que eu poderia desejar. Aos meus pais, Cida e Aldair, pela confiança inabalável, pelo exemplo de fé e perseverança. E ao Gael, que de acordo com o significado de seu nome, realmente me protege, me cura e me faz sorrir todos os dias.

“Desejo, agora, apresentar a seguinte ideia. Entre um limite de idade que vai dos nove aos catorze anos, existem raparigas que, diante de certos viajantes enfeitiçados, revelam sua verdadeira natureza, que não é humana, mas ‘nínfica’ (isto é, demoníaca), e a essas dadas criaturas proponho designar com *nymphets*.”

“[...] eram necessárias horas e horas de agrados, ameaças e promessas para fazer com que me emprestasse por alguns segundos seu corpo bronzeado na reclusão do quarto de cinco dólares, antes de irmos fazer qualquer coisa que ela julgasse preferível a minha pobre felicidade.”

“Baseava-me em três outros métodos para manter minha púbere concubina submissa e num estado de espírito minimamente razoável. ‘Finalmente, vamos ver o que aconteceria com você, uma menor acusada de haver corrompido um adulto num hotel respeitável, se você contasse à polícia que eu te raptei e violentei. Admitamos que eles acreditem em você. Quando uma menor permite que um homem de mais de vinte e um anos a conheça carnalmente, sua vítima é enquadrada no crime de estupro ou de sodomia, dependendo da técnica utilizada, com uma pena máxima de dez anos. Isso significa que irei para a cadeia. Tudo bem. Vou para a cadeia. Mas o que acontece com você, minha órfã? Bom, você tem mais sorte. Você será colocada sob a tutela do Departamento de Bem-Estar Público – o que não me parece soar como alguma coisa muito animadora [...]”

“E ela chorava todas as noites tão logo eu fingia estar dormindo.”

“[...] por volta de 1950 teria de livrar-me sabe-se lá como de uma adolescente difícil, cuja mágica ninfescência se teria evaporado, ao pensamento de que, com sorte e paciência, eu poderia fazer com que ela eventualmente gerasse uma ninfeta que teria meu sangue correndo em suas delicadas veias, a Lolita II, que teria uns oito ou nove anos em 1960, quando eu estaria ainda *dans la force de l’age*, na verdade, a faculdade telescópica de minha mente, ou de minha demência, era tão forte que me permitia divisar, no horizonte do tempo, um *vieillard encore vert* – ou seria o verde da putrefação? –, o excêntrico, carinhoso e salivante dr. Humbert, praticando com a soberbamente adorável Lolita III a arte de ser avô.”

Trechos extraídos do romance de Vladimir Nabokov, *Lolita* (1955). Narrativa famosa por abordar uma história sobre pedofilia, envolvendo um professor de meia idade que com maliciosas intenções se torna padrasto de uma menina de 12 anos.



## RESUMO

Esta pesquisa é parte de um projeto maior sobre violência sexual, realizado com a participação de adolescentes e jovens adultos alunos da graduação, da Universidade Federal de São Paulo, Campus São Paulo. Esta é uma pesquisa descritiva com orientação qualitativa, utilizamos a técnica de coleta de dados da História Oral, os relatos orais de vida, conseguidos em entrevistas com as participantes que confirmaram terem sofrido algum tipo de violência sexual intrafamiliar durante a infância e/ou a adolescência. Objetivamos conhecer as histórias e as características da violência sexual intrafamiliar, de forma a refletir sobre a revelação, a prevenção e a redução de danos. Escolhemos 13 (treze) entrevistas para análise, selecionadas pelos critérios gênero (feminino) e tipo de violência (intrafamiliar). Os relatos apontam que as sobreviventes à violência sexual intrafamiliar temem a reação familiar à revelação, receiam serem desacreditadas e/ou responsabilizadas pela violência sexual, sentem-se culpadas mesmo sabendo que foram sujeitos vulneráveis em situações de violência. Neste estudo, parte das nossas participantes não revelaram a violência sexual imediatamente por não saberem ou terem certeza do significado da violência sexual na época. Outras temeram por seus familiares e a tristeza, raiva, descontrole emocional que a verdade poderia lhes causar, preocupando-se com a possibilidade de vivenciar mais violência. Observamos que a culpa pela violência sofrida é uma característica que se perpetua por anos na vida das adolescentes, causando angústia, ansiedade e insegurança. Entre as nossas entrevistadas algumas revelaram a violência sofrida, contudo, relatam que nenhuma medida efetiva foi tomada. Algumas das vítimas continuaram tendo contato com seus perpetradores, às vezes morando na mesma casa. Nos poucos casos em que houve denúncia, os violentadores não foram julgados ou punidos, mostrando como as vítimas são negligenciadas até mesmo pelas instituições que as deveriam proteger. Consideramos fundamental que as crianças e adolescentes sejam prevenidos sobre a possibilidade da violência sexual ocorrer, que sejam educadas sobre as formas de manifestação, inteirando a possibilidade do(a) violentador(a) ser alguém de sua confiança, um(a) familiar ou amigo(a) da família, orientando que toda violência deve ser revelada a um adulto quantas vezes forem necessárias, pois muitas vezes a revelação não é acolhida, acreditada, nem a violência é interrompida e denunciada.

Palavras-chave: Violência Sexual. Revelação. Prevenção. Redução do dano. Adolescência. Adulto jovem.

## ABSTRACT

This research is part of a larger project on sexual violence, carried out with the participation of adolescents and young adult undergraduate students, at the Federal University of São Paulo, at Campus São Paulo. This is a descriptive research with qualitative guidance, we used the Oral History data collection technique, oral life reports obtained in interviews with the participants who confirmed that they had suffered some type of intrafamilial sexual violence during childhood and/or adolescence. We aim to know the stories and characteristics of intrafamilial sexual violence, to reflect on its disclosure, prevention, and harm reduction. We have chosen 13 (thirteen) interviews for analysis, selected by gender (female) and type of violence (intrafamilial) criteria. The reports point out that survivors of intrafamilial sexual violence fear their families' reaction to the disclosure, fear being discredited and/or responsible for the sexual violence, feel guilty even though they know they were vulnerable subjects in situations of violence. In this study, part of our participants did not immediately reveal sexual violence because they did not know or were sure of the meaning of sexual violence at the time. Others feared for their relatives and the sadness, anger, emotional lack of control that the truth could cause them, worrying about the possibility of experiencing more violence. We observed that guilt for the violence suffered is a characteristic that perpetuates for years in the lives of adolescents, causing anguish, anxiety, and insecurity. Among our interviewees, some revealed the violence suffered, however, they report that no effective measures were taken. Some of the victims continued to have contact with their perpetrators, sometimes living in the same house. In the few cases where there was a report, the abusers were not prosecuted or punished, showing how the victims are neglected even by the institutions that should protect them. We consider it essential that children and adolescents are warned about the possibility of sexual violence occurring, that they are educated about the forms of its manifestation, being aware of the possibility that the abuser is someone they trust, a family member or friend from the family, advising that all violence should be revealed to an adult as many times as necessary, as the revelation is often not accepted or believed, nor interrupted and reported.

Keywords: Sexual Violence. Revelation. Prevention. Harm reduction. Adolescence. Young adult.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>3 OBJETIVOS</b>	<b>25</b>
<b>3.1 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA</b>	<b>26</b>
<b>4 DISCUSSÃO E EXPOSIÇÃO DOS CASOS</b>	<b>41</b>
<b>4.1 PARENTALIDADE POUCO PROTETORA</b>	<b>45</b>
<b>4.2 CULPA E MEDO</b>	<b>53</b>
<b>4.3 ADULTOCENTRISMO</b>	<b>57</b>
<b>4.4 VÍTIMAS PARALISADAS E O SENTIMENTO DE IMPOTÊNCIA</b>	<b>61</b>
<b>4.5 ESTRATÉGIAS DE FUGA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR</b>	<b>63</b>
<b>5 REVELAÇÃO</b>	<b>66</b>
<b>5.1 MEMÓRIA NÃO EXATA SOBRE OS FATOS E O ESQUECIMENTO TEMPORÁRIO</b>	<b>75</b>
<b>5.2 SOFRIMENTO DECORRENTE DOS REGISTROS DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA, DEPOIMENTOS E PROCESSOS JUDICIAIS</b>	<b>78</b>
<b>5.3 O TEMOR DO DESPEDAÇAMENTO FAMILIAR E OS SENTIMENTOS AMBÍGUOS</b>	<b>81</b>
<b>5.4 REVELAÇÃO DIFÍCIL INCLUSIVE EM PROCESSOS TERAPÊUTICOS</b>	<b>90</b>
<b>6. PREVENÇÃO: AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR</b>	<b>92</b>
<b>6.1 INDAGAÇÃO FAMILIAR: IMPORTANTE ASPECTO DA REVELAÇÃO E PREVENÇÃO</b>	<b>96</b>
<b>6.2 TRANSGERACIONALIDADE</b>	<b>99</b>
<b>7 REDUÇÃO DE DANOS</b>	<b>101</b>
<b>7.1 CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA</b>	<b>103</b>
<b>7.2 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR</b>	<b>105</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO A – TERMO CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA</b>	<b>120</b>

<b>ANEXO B - INFORMAÇÕES BÁSICAS DA PESQUISA – PLATAFORMA BRASIL</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO C – TERMO DE ASSENTIMENTO</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>134</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Foi com tristeza que, perto dos 30 anos, me dei conta de que minha trajetória acadêmica, profissional e militante pelo feminismo estava marcada por revelações de violências sexuais. Colegas de turma, amigas, estudantes, companheiras de trabalho, outras militantes, mulheres da minha família, professoras, pesquisadoras, todas elas com alguma história entalada na garganta, que uma hora ou outra escapuliram em direção à sensibilidade<sup>1</sup> e empatia que dedico à questão. Tantas histórias diferentes e parecidas foram confirmando meu interesse em conhecer as características da violência sexual intrafamiliar. Talvez por considerar, a princípio, que a família deveria ser um local de proteção da criança e do(a) adolescente, esses casos sempre me chocaram.

Com pouca surpresa, fui conhecendo os dados da realidade dilacerante deste tipo de violência no Brasil. Uma epidemia do segredo purulento que se alastra e detona toda convivência familiar da vítima, minando seu alicerce e confiança, gerando insegurança, baixa autoestima, e uma série de eventos negativos para a saúde emocional, física e psíquica da criança, da adolescente e da jovem adulta.

As análises sobre o tema se concentram majoritariamente nas áreas do direito, da psicologia, da saúde, e ao passo que os estudos acadêmicos a que tive acesso não expressavam o relato que repetidamente ouvi, minha leitura sentiu falta da história da sobrevivente. Sou grata por ter a oportunidade de pesquisar e escrever o relato oral de vida das jovens participantes desta pesquisa, contribuindo para a versão delas da história, pois como pedagoga, professora da educação infantil e pesquisadora, eu realmente gostaria de saber o que a *Lolita* teria a relatar. Os benefícios da história oral e dos relatos orais de vida consistem em produzir uma nova documentação, incorporando à literatura a versão dos oprimidos e desprivilegiados têm dos acontecimentos.

Além disso, conhecer profundamente as características da violência sexual intrafamiliar cometida contra crianças e adolescentes é fundamental para refletirmos sobre a revelação, a

---

<sup>1</sup> Sobre a sensibilidade, de acordo com a brilhante Guacira Lopes Louro: “Esse ‘afinamento’ da sensibilidade (para observar e questionar) talvez seja a conquista fundamental para a qual cada um/uma e todos/as precisaríamos nos voltar. Sensibilidade que supõe informação, conhecimento, desejo e disposição política. As desigualdades só poderão ser percebidas — e desestabilizadas e subvertidas — na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução.” (2011, p. 125)

prevenção e a redução de danos, promovendo um debate responsável em relação ao problema. Desta forma, apresentamos esta tese, com o intuito de colaborar para esta variante da história.

## 2 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é parte de um projeto maior sobre violência sexual, realizado com a participação de adolescentes e jovens adultos(as) alunos(as) da graduação, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus São Paulo, concretizada por um grupo de pesquisadores que compõem o grupo de pesquisa Atenção Integral e Interdisciplinar ao Adolescente, chancelado pelo CNPQ e pela Unifesp, ligados ao Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência e ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, ambos da Unifesp, orientados pela Professora Doutora Maria Sylvia de Souza Vitalle.

A violência sexual contra as crianças e os adolescentes é questão de saúde pública e considerada violação dos direitos humanos, provoca sérias consequências individuais e sociais. Segundo o Ministério da Saúde (2018), “A violência sexual tem consequências profundas para a saúde física e mental nas pessoas que a vivenciam, tendo impacto no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes, no bem-estar das famílias e das comunidades.” (p. 10)

A motivação pelo tema deu-se pela experiência no atendimento às adolescentes vítimas de violência sexual realizado no ambulatório do Setor de Medicina do Adolescente — Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente (CAAA) — da Disciplina de Especialidades Pediátricas, Departamento de Pediatria, da Escola Paulista de Medicina (Unifesp), em parceria com o Programa de Atendimento e Pesquisa em Violência (PROVE), um serviço ambulatorial vinculado à disciplina de Psiquiatria Clínica, do Departamento de Psiquiatria, da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). As adolescentes vítimas de violência são atendidas integralmente e multidisciplinarmente pelas equipes dos serviços mencionados, e algumas características intrigaram as pesquisadoras, que decidiram estudar mais profundamente assuntos relacionados à revelação, à violência sexual intrafamiliar, aos sintomas provocados pela violação, à redução de danos e à prevenção.

Entende-se como violência sexual,

[...] qualquer conduta que constranja o indivíduo a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que o induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que o impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que o force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (GARCIA-MORENO, 2005, p. 56).

Ou seja, a violência sexual refere-se às situações nas quais se é fisicamente forçado a ter coito contra sua vontade, por ter medo das consequências de não o ter, ou ser forçado a fazer

algo no contexto sexual que é, pelo indivíduo, considerado humilhante ou degradante (WHO, 2013). Especificamente com relação às crianças e adolescentes, segundo Sanderson (2005), a violência sexual é definida como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. Essa definição exclui atividade consensual entre colegas. (SANDERSON, 2005, p. 57)

Outros termos permeiam a literatura científica e leiga ao tratar do assunto violência sexual: estupro, violência sexual, atentado violento ao pudor, assédio sexual, sedução, atos obscenos, estupro de vulnerável. A definição de estupro, de acordo com o Código Penal Brasileiro, foi alterada em 07 de agosto de 2009, Lei nº 12.015, passando a ser designado como: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009).

Pela nova definição, tanto a mulher quanto o homem podem ser vítimas de estupro, quando constrangidos, mediante violência (física) ou grave ameaça (psicológica) a praticar conjunção carnal (penetração do pênis na vagina) ou qualquer outro ato libidinoso - penetração anal ou oral. (BRASIL, 2012).

A nova lei criou ainda um capítulo denominado “Dos crimes contra vulnerável”. O “[...] estupro de vulnerável [...]” consiste em “[...] ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos [...]”; “[...] induzimento de menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem [...]”; “[...] satisfação da lascívia mediante a presença de criança ou adolescente [...]” e “[...] favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável [...]” (BRASIL, 2009).

Portanto, todos os Artigos previstos nesta nova lei podem ser considerados de forma ampla como “violência sexual”. E é neste contexto abrangente que o termo “violência sexual” será usado neste trabalho.

A violência sexual é fenômeno universal, segundo as Nações Unidas (2016), estima-se que a cada quinze segundos uma mulher seja agredida fisicamente no mundo e uma a cada três mulheres foi ou será violentada sexualmente durante sua vida. Sabe-se que o sexo feminino é o mais exposto a este tipo de agressão, quer seja criança, adolescente, jovem ou mulher adulta (BRASIL, 2013). Esta informação foi confirmada recentemente por dados nacionais



relacionados a violência sexual. (Ministério da Saúde, 2018; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

As estatísticas divulgadas pela World Health Organization (WHO), em 2016, são alarmantes: um quarto dos adultos relatam ter sido fisicamente violentados quando crianças; uma em cada cinco mulheres relata ter sido sexualmente violentada na infância; uma em cada três mulheres foram vítimas de violência física ou sexual pelo seu parceiro em algum momento de sua vida.

Embora seja crime previsto em lei, os casos são ainda pouco notificados e subestimados ou negligenciados quanto à sua gravidade, principalmente quando não há evidências físicas da violência, como nos casos de assédio verbal, *voyeurismo* e exposição a material pornográfico, levando a crer que as estatísticas são bem maiores do que as referidas.

Apesar da escassa literatura no que se refere a violência sexual de meninos, acredita-se que a subnotificação nesta população seja expressiva, visto que os meninos tendem a revelar menos a violência, temendo, entre outras questões, que sua orientação sexual seja questionada. Além disso, muitos meninos não se percebem como vítimas de violência sexual, talvez porque a imagem social, o estereótipo de vítima de violência sexual é o feminino, enquanto o estereótipo masculino é o de agressor.

Atualmente os dados nacionais sobre violência sexual publicados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, em um estudo descritivo do perfil epidemiológico das violências sexuais contra crianças e adolescentes notificadas pelos serviços de saúde, no período de 2011 a 2017, são estarrecedores. Os dados deste estudo foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), a partir das fichas de notificação individual de violência interpessoal/autoprovocada, usadas pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Importante dizer que comparando-se os anos de 2011 e 2017, observamos um aumento de 83,0% nas notificações de violências sexuais gerais, e um aumento de 64,6% e 83,2% nas notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, respectivamente (Ministério da Saúde, 2018).

No período de 2011 a 2017, foram notificados no Sinan 1.460.326 casos de violência interpessoal ou autoprovocada. Desse total, foram registradas 219.717 (15,0%) notificações contra crianças e 372.014 (25,5%) contra adolescentes, concentrando 40,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida. Nesse período, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida. (Ministério da Saúde, 2018, p. 3)

A observação das notificações de violências sexuais demonstra que as crianças e as adolescentes do sexo feminino são as mais atingidas, mostram alta percentagem de casos com caráter crônico de violência sexual e o local de ocorrência mais apontado foi a residência da vítima, confirmando o firmado na literatura (MESQUITA, CORRÊA, MILANI, 2019). Os sujeitos do sexo masculino são os principais autores das violências sexuais contra crianças e adolescentes. “Além disso, os acompanhantes no atendimento em saúde muitas vezes são os prováveis autores da violência, ou possuem vínculo de proximidade com a vítima [...]” (Ministério da Saúde, 2018, p. 13).

A análise dos dados sobre as violências sexuais contra crianças apontou que a maior parte dos autores tinha vínculo familiar e amizade/conhecimento com as vítimas, demonstrando o caráter relacional desse evento [...] No caso das adolescentes do sexo feminino, esse padrão intrafamiliar se mantém e observa-se que os principais autores eram pessoas da família, do relacionamento íntimo ou classificados como amigos/ conhecidos. (Ministério da Saúde, 2018, p. 14)

Corroborando os dados já citados, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2019, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, minuta 66.041 casos em 2018, número recorde já registrado. (FBSP, 2019, p. 7): 81,8% são do sexo feminino e 53,8% tinham até 13 anos. São quatro meninas de até 13 anos estupradas por hora, e em 85,5% dos casos o agressor é do sexo masculino.

Ao analisarmos os dados sobre estupro, percebemos que 63,8% são cometidos contra vulneráveis. O estupro contra vulnerável é aquele que tem como vítima pessoa com menos de 14 anos, que é considerada juridicamente incapaz para consentir relação sexual, ou pessoa incapaz de oferecer resistência, independentemente de sua idade, como alguém que esteja sob efeito de drogas, enfermo ou ainda pessoa com deficiência, como determina a Lei 12.015/09. (FBSP, 2019, p. 116)

Lembrando que uma pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino, com 16 anos ou mais, acreditavam que “mulheres que não se dão ao respeito são estupradas”. Ao que parece, parte dos homens brasileiros crê que crianças e adolescentes, especialmente as da sua família, não se dão ao respeito.

Sendo que,

É de se destacar que os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores taxas de notificação à polícia, o que indica que os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de pessoas anualmente. (FBSP, 2019, p. 115)

Os motivos para a subnotificação da violência sexual são o medo do agressor (geralmente um homem conhecido), medo do julgamento a que a vítima será exposta após a denúncia, descrédito nas instituições de justiça e segurança pública. (FBSP, 2019).

Concordando com outras pesquisas da área, o principal grupo vitimizado é o de crianças do gênero feminino, muito jovens, pois 26,8% tinham no máximo nove anos. Considerando-se a idade para configurar estupro de vulnerável, percebemos que 53,6% das vítimas tinham no máximo 13 anos. Expandindo a observação até 17 anos, temos 71,8% de todos os registros de estupro nesta faixa etária. (FBSP, 2019).

Ao separar os resultados por sexo verificamos que o auge da violência sexual entre as meninas se dá aos 13 anos. Em relação à conexão com o perpetrador, 75,9% das vítimas possuem algum vínculo com o agressor, são familiares, companheiros, amigos e outros, resultado próximo ao de outras pesquisas já realizadas. (FBSP, 2019).

O fato de que a maioria das vítimas de estupro no Brasil têm menos de 13 anos, e que os autores são conhecidos, indicam o enorme desafio no enfrentamento a este tipo de crime. Estes dados não são novos, pelo menos desde os anos 1990 diferentes pesquisas têm indicado que o abuso sexual em geral é praticado por membros da família ou de confiança das crianças, revelando padrões assustadores de violência intrafamiliar. Esse quadro se torna ainda mais grave na medida em que os depoimentos de crianças com certa frequência são questionados por falta de credibilidade, além do silêncio e por vezes cumplicidade que envolvem outros parentes próximos. (FBSP, 2019, p. 118)

Todos os tipos de violência estão fortemente associados a eventos negativos para a saúde, mas pesquisas mostram que mulheres que experimentaram violência sexual apresentam idas mais frequentes a hospitais e serviços médicos, além de internações por tempo mais prolongado quando comparadas às não vítimas, mesmo anos após o evento, acarretando grande ônus aos sistemas de saúde (GARCIA-MORENO, 2005).

A curto e a longo prazo a violência sexual pode levar à depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), problemas de sono, fobias, transtornos alimentares, tentativa ou ideação suicida, automutilação; sendo que depressão e TEPT permanecem as formas mais comuns de transtornos mentais associados à violência sexual (WHO, 2016). Entre mulheres deprimidas, aproximadamente 60% apresentam história de violência sexual (WHO, 2016).

Quando a violência sexual acomete crianças e adolescentes torna-se especialmente dramática, visto que ameaça o desenvolvimento emocional, sexual e psíquico de um indivíduo em formação. Crianças vítimas de violência sexual estão mais sujeitas ao uso de tabaco, de álcool ou drogas, comportamento sexual de risco (início precoce da atividade sexual

consensual, múltiplos parceiros e intercurso sexual desprotegido), isolamento, vulnerabilidade à vitimização, problemas acadêmicos, delinquência, pobre autoestima e condutas autodestrutivas (WHO, 2016).

Revelar a violência sofrida é extremamente difícil, cercada por sentimento de culpa, vergonha, às vezes descrédito e, não raramente, temor quanto às consequências que pode causar tanto no meio familiar como no social, mas é o primeiro passo para se obter ajuda após a vitimização (AZAMBUJA, 2006; AVANCI et. al, 2017).

Estranhos molestam crianças e adolescentes, porém, na maioria dos casos os perpetradores da violência sexual são pessoas conhecidas pela criança ou adolescente, geralmente uma figura de autoridade e confiança: um dos pais, padrasto ou madrasta, outro adulto do círculo familiar, amigo da família, vizinho, babá, professor, treinador, irmão mais velho, primo, tio; o que aumenta a sensação de vulnerabilidade, perda, traição e quebra de confiança por parte da vítima (MEES, 2001; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; DESLANDES, 2011).

Geralmente a criança é pega de surpresa pelas “investidas” de alguém que ela conhece, ama ou respeita. O perpetrador comumente manipula a criança a se engajar na atividade sexual usando ameaças, subornos, persuasão ou agressividade, e a convence que ela não tem escolha. Frequentemente a violência ocorre cronicamente, iniciando-se na infância e persistindo até a adolescência quando, ao adquirir maturidade e capacidade de entender e expor o que vinha ocorrendo, o(a) adolescente opta por revelar a violência iniciada na infância por familiares ou conhecidos.

No contexto brasileiro os estudos sobre a violência sexual intrafamiliar são relativamente recentes, contudo, objeto de iniciativas para intervenção e discussão, pois nessas relações há uma tradicional característica do sigilo, sempre acompanhada de uma assimetria de poder seja pela diferença de idade, posição familiar, experiência de vida ou posição social.

Hoje, embora ainda exista o sentimento de vergonha em relação a ter sido vítima de violência sexual e, apesar de que nem todos conseguem ou querem tornar essa experiência pública, as expectativas sociais e políticas frente à violência sexual são marcadas pela obrigatoriedade em denunciar.

A partir do final do século XX, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, crianças e adolescentes passaram a ocupar lugar de destaque na luta por direitos especiais, especialmente no que se refere à proteção contra as diferentes formas de

violência e exploração. É neste contexto que a crítica à violência contra eles(elas) ganha força, transformando o crime cometido contra a criança e o(a) adolescente em atrocidade.

Estudo canadense publicado em 2009 concluiu que cerca de 58% das vítimas de abuso sexual atrasaram a revelação por pelo menos cinco anos; e que 20% nunca o revelou, tendo que lidar com as implicações à saúde devido à falta de suporte e intervenções terapêuticas necessárias (COLLIN, SABLONNIÈRE, PALMER, 2015).

Para Santos (2010):

Submetidas durante meses a várias formas e níveis de violência sexual, as crianças e adolescentes afirmam que sempre desejaram revelar o abuso em busca de ajuda e proteção. Quando questionadas sobre o motivo pelo qual deixaram de fazê-lo, as crianças e adolescentes revelam que tiveram receio de não serem acreditadas, de serem repreendidas ou de causarem intenso sofrimento aos familiares não abusivos. (SANTOS, 2010, p. 156)

Características individuais, familiares, culturais e sociais atuam como fatores que podem facilitar ou dificultar a revelação. Quanto mais jovem é a criança quando a violência se inicia, mais difícil é a revelação, pela própria imaturidade, pelo fato de a criança não entender o significado do que está se passando com ela, ou ainda, pelo descrédito do adulto frente à revelação. (SERAFIM et. al, 2011)

Quando a vítima está apta a revelar a violência sexual no momento que está ocorrendo, há chance de interrupção da situação de violência e da vítima receber suporte apropriado, causando menos danos para sua saúde física e mental. (MESQUITA, CORRÊA, MILANI, 2019) Apesar das dificuldades, a identificação precoce da violência sexual é fundamental, acredita-se que colocar o sofrimento em palavras e responsabilizar o culpado ajude a superar o trauma. Para Cyrulnik (2004), “Pessoas que passaram por grande prova precisam ter o apoio de pelo menos uma figura significativa, que por meio do afeto favoreça o tratamento da ferida e a ressignificação do trauma.” As vítimas sentem que finalmente foram ouvidas e compreendidas, o que restitui o sentimento de segurança e confiança (CYRULNIK, 2004).

Segundo Furniss (1993), existem inúmeros fatores internos e externos que perpetuam o segredo sobre a violência sexual. Chama atenção o fato de que as evidências estão presentes apenas em uma minoria dos casos, pois a violência se configura por uma série de atos que o exame médico nem sempre pode confirmar. Essa falta de provas físicas pode ser mais um fator traumático para a adolescente que precisa provar os eventos que relata diante da família, justiça e profissionais da saúde, utilizando apenas seu testemunho que, em muitos casos, é desacreditado por todos(as).

Sustentado pelo mito de que as crianças manipulam, fantasiam e mentem sobre a violência sexual, a descrença no testemunho da criança alimenta a negação e a culpabilização da vítima. Para o autor acima mencionado, o despreparo e falta de informações dos profissionais que recebem a denúncia (nos setores da saúde, educação e justiça) enfraquecem o desejo de revelação e ocasionam um elemento de desproteção.

Portanto, a educação sobre o tema, ou seja, a promoção de programas e estudos que sensibilizem a família, as crianças e os adolescentes, profissionais da saúde, educação e justiça sobre a violência sexual, desmistificando o assunto e rompendo o tabu, devem ser desenvolvidos e estimulados. Acredita-se que eles sejam úteis não apenas em reduzir o risco de violência sexual, mas também aumentam as chances da criança e do adolescente relatar a violência caso ela ocorra.

Avalia-se que a investigação, produção de dados e ampla discussão deste tema nos mais diversos setores sociais é condição *sine qua non* para o enfrentamento da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Apesar da compreensão sobre a necessidade de discutir vastamente o tema da violência sexual e da constatação de que em muitos casos a criança ou adolescente não sabe ou não consegue entender e nomear o ocorrido, percebe-se uma resistência e falta de conteúdo, manifestada na inabilidade em abordar o tema ou atender a vítima. Aqueles que se atrevem a romper o silêncio na escola, na família ou no consultório, perguntam-se como abordar o assunto com adolescentes de forma não traumática e, ao procurarem ajuda, deparam-se com a quase inexistência de materiais informativos ou literários (literários não erotizados), principalmente desenvolvidos para se comunicar especificamente com adolescentes.

Por outro lado, no romance *Lolita* (1955), de Vladimir Nabokov, de onde foram extraídos os trechos da epígrafe desta tese, a narrativa aborda uma história sobre pedofilia, envolvendo um professor de meia idade que com maliciosas intenções se torna padrasto de uma menina de 12 anos. Seu personagem narrador, Humbert, conta a história do ponto de vista do violentador. Para ele, Lolita era responsável pela violência que viveu, pois, de acordo com ele, algumas meninas, dos nove aos catorze anos, enfeitiçam homens adultos revelando sua verdadeira natureza, que não é humana, mas 'nínfica' (isto é, demoníaca), nomeando-as de *nymphets*. Ninfeta significa adolescente que se comporta de maneira voltada para o sexo, que desperta desejo sexual. Logo, responsável pela violência sexual que sofre. Ele chega a dizer que Lolita o corrompeu. Humbert conta que a chantageava com horas de agrados, intimidações e promessas para fazer com que ela lhe emprestasse por alguns segundos seu corpo bronzeado,

e que a ameaçava dizendo que se ela contasse a polícia que foi raptada, na hipótese remota de os policiais acreditarem nela, o melhor que poderia lhe acontecer seria ser institucionalizada e colocada para adoção. Lolita, depois deste padrasto terrível, com razão temia uma nova “família” arranjada pelo Estado. Humbert, secretamente, planejava engravidar Lolita e violentar suas filhas e netas durante a infância e a adolescência, em um perfeito exemplo da transgeracionalidade da violência sexual.

Qualquer semelhança dessa história com os relatos que ouvimos para esta pesquisa, ou com a literatura, não é mera coincidência. A narrativa perversa de Humbert sobre Lolita foi incorporada ao imaginário coletivo da população, inclusive inspirando outras obras artísticas com a mesma mensagem, como por exemplo *Presença de Anita*, veiculada no Brasil em 2001, pela Rede Globo de televisão. Lolita virou sinônimo de adolescente interessada em se relacionar sexualmente com homens mais velhos, e Ninfeta hoje é título de seção em vários sites pornográficos que veiculam vídeos de mulheres adultas fantasiadas de adolescentes, pré-púberes, em atividades sexuais com homens mais velhos, muitas vezes sugerindo e/ou nomeando relações incestuosas entre padrasto e enteada; tio e sobrinha; avô e neta. Infelizmente, alguns desses vídeos são reais e criminosos, e todos eles, independente da legalidade, propagam uma mensagem de poder, dominação e violência.

Tendo a literatura e a arte a potência de transmitir ideias, é preciso refletir sobre quais os valores e as referências de homem e mulher que os livros conduzem. Rosenberg (1975, p.135) ressalta ainda a importância de questionarmos:

Em que medida os valores e os modelos comportamentais transmitidos nos livros estão de acordo com os objetivos educacionais vigentes? Tais valores e modelos acompanham a evolução da sociedade ou, ao contrário, permanecem estagnados em determinado momento histórico?

Nesta vertente que problematiza o quê e de que modo os papéis sociais estão sendo representados dentro da literatura, Louro (2011, p. 74) afirma que:

Os livros didáticos e paradidáticos têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades "características" de homens e atividades de mulheres.

Azevedo e Guerra (1988), em seu clássico livro sobre violência sexual intrafamiliar, *Pele de Asno Não é Só História*, também chamam atenção para essa relação, aliando seu estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família ao conto de fadas *Pele de Asno*, de Charles Perrault, onde uma princesa adolescente, órfã de mãe, passa a ser assediada

por seu pai, o rei, que quer se casar com ela de qualquer jeito. Assim como Lolita, a princesa foge de seu algoz, e se vê sozinha, sem família, abandonada à própria sorte.

Em seu livro *Os Jovens e a leitura*, a antropóloga francesa Michèle Petit (2008), estudiosa da relação simbólica entre o sujeito e os livros/leitura, elucida que existem “Textos que *revelam* a pessoa que lê, ‘revelar’ no sentido de revelar uma foto, que mostra o que até então se encontrava oculto e não podia ser dito.”

Para a autora,

Os escritores nos ajudam a nomear os estados pelos quais passamos, a distingui-los, a acalmá-los, a conhecê-los melhor, a compartilhá-los. Graças a suas histórias, escrevemos a nossa, por entre as linhas. E porque tocam o mais profundo da experiência humana — a perda, o amor, o desespero da separação, a busca de sentido — não há razão para que os escritores não toquem cada um de nós. (PETIT, 2008)

Sua argumentação está baseada num entendimento da língua e da leitura não apenas como instrumentos, mas como práticas sociais ricas de sentido, que constroem as pessoas quando comunicadas. Para Petit, grande parte do que define a vida humana é “[...] o peso das palavras, ou o peso de sua ausência [...]” (PETIT, 2008). Segundo seus estudos, quanto mais capazes os indivíduos forem de nomear o que vivem, suas emoções, medos e angústias, “[...] mais preparados estarão para vivê-las e transformá-las [...]”.

Segundo Stuart Hall, em seu escrito *A identidade cultural na pós-modernidade* (2000), devemos nos atentar aos discursos, já que esses são produzidos em “[...] locais históricos e instituições específicas, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.” (2000, p. 109).

Com a leitura de Hall e determinados a desconfiar do que parece naturalizado em relação a este tipo de violência, decidimos não utilizar o termo *abuso* nesta tese, apesar de ele aparecer nos mais diversos materiais sobre o tema. *Abuso* significa “[...] uso incorreto ou ilegítimo; abuso, excesso, uso excessivo ou imoderado de poderes.” (FERREIRA, 2010) No contexto da violência doméstica, contra a mulher, abuso é um termo que sugere a ideia de que o homem exercer poder sobre a mulher, ou sobre a criança e o(a) adolescente, é algo natural. Sendo que o condenável na prática seria o *abuso* desse poder, e não sua própria existência.

Este embate ideológico de termos é maior do que uma disputa gramatical, pois como afirma Jorge Larrosa Bondía, “[...] as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga mais do que simplesmente palavras [...]” (2001, p 21), trata-se do sentido que damos ao que somos e aos acontecimentos que nos socializa.



Márcia Tiburi em seu livro *Feminismo em comum* (2018), afirma que “[...] o feminismo tem também um papel importante, o de se preocupar com as palavras por meio das quais as pessoas sempre foram controladas, cerceadas e dominadas.” (2018, p. 75) Concordando com Guacira Lopes Louro, em sua obra *Gênero, sexualidade e educação* (2011).

São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como "natural". [...] Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (LOURO, 2011, p. 67).

O sociólogo Pierre Bourdieu, em seu livro *A dominação masculina* (2019, p. 24), considera que “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.” A violência sexual é uma das práticas desta dominação, que ao mesmo tempo em que sacia a lascívia masculina, mantém a mulheres como corpos dóceis, facilmente controladas.

Precisamos refletir sobre quais são os “[...] mecanismos históricos responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual.” (BOURDIEU, 2019, p. 08), e compreendermos que o que historicamente nos parece eterno, nada mais é do que um produto de um trabalho de eternização feita pelas classes dominantes juntamente com instituições como a Família, a Igreja e a Escola.

bell hooks<sup>2</sup> (2017, p. 174) enfatiza que “A prática do diálogo é um dos meios com que nós, professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social [...] e por um sem-número de outras diferenças.”

Então, com este intuito, a seguir, após a descrição da metodologia, expomos as características gerais dos relatos orais de vida e a tese dividida em temas para a melhor apresentação do texto. Os temas foram observados durante o processo de transcrição, transcrição, textualização e análise das entrevistas, e embasados na literatura sobre o tema.

---

<sup>2</sup> Glória Jean Watkins usa o pseudônimo bell hooks em homenagem à sua bisavó materna. A autora escreve seu nome com letras minúsculas porque pretende dar enfoque à sua escrita e não à sua pessoa.

### **3 OBJETIVOS**

Nosso objetivo geral concentra-se em conhecer as histórias e as características da violência sexual intrafamiliar, sofrida em algum momento da vida por adolescentes e adultas jovens. Os objetivos específicos consistem em compreender o processo de revelação e os motivos para a não revelação da violência sexual intrafamiliar, e refletir sobre a prevenção e a redução de danos relacionadas à violência sexual cometida em contexto familiar contra a criança e a adolescente.

### 3.1 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

Explanamos detalhadamente o caminho metodológico que seguimos para chegar aos sujeitos entrevistados. Apesar de não utilizarmos em nossa análise os dados quantitativos obtidos na primeira fase da pesquisa (com os questionários), é importante explicar todo o percurso, para que nossos(as) interlocutores compreendam o trajeto da pesquisa.

Decidimos verificar a prevalência de violência sexual nos e nas estudantes universitários(as) do Campus São Paulo/Unifesp, produzindo dados quantitativos por meio de questionários, além de conhecer qualitativamente as características mais profundas dessa violência utilizando entrevistas. Da análise quantitativa, qualitativa e híbrida do conjunto de dados coletados, derivam-se diversas dissertações e teses, incluindo a nossa: uma pesquisa descritiva com orientação qualitativa.

O estudo está de acordo com a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Projeto nº: 0826/2016, sob parecer nº 2.317.772.

Dessa forma, foi solicitada autorização para a realização da pesquisa ao Coordenador de Ensino e Pesquisa, à Pró-Reitora de Graduação e a Diretora Acadêmica do Campus São Paulo/Unifesp. Em agosto de 2016 obtivemos permissão do Comitê de Ética para a realização da pesquisa, durante o segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017 os questionários foram aplicados, e no segundo semestre de 2017 as entrevistas aconteceram.

Na primeira parte da coleta de dados foram aplicados sete questionários, além da investigação sobre o Perfil e Comportamento e Perfil Socioeconômico, aos estudantes dos cursos de Enfermagem, Fonoaudiologia, Biomedicina e Medicina:

- Perfil e Comportamento — contém 18 questões de múltipla escolha que visa descrever o estudante segundo idade, sexo, naturalidade, curso que frequenta e comportamento sexual, bem como telefone ou e-mail para posterior contato se necessário. Para a adequação do questionário e elucidação de dúvidas, foi aplicado um teste piloto em adolescentes que frequentam o ambulatório de Medicina do Adolescente (CAAA) — Disciplina de Especialidades Pediátricas — Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo;

- Perfil Socioeconômico — para definição do nível socioeconômico, foi utilizado o modelo de questionário classificatório criado pela Associação Brasileira de Empresas de

Pesquisa (ABEP) e reformulado em 2015. O conceito básico desta classificação é discriminar as pessoas sócio economicamente, mediante informações sobre sua escolaridade e o acesso à determinados “itens de conforto”, tais como automóveis, geladeira, microcomputador, empregadas domésticas, lava louça, secadora de roupa, entre outros. É levado em consideração o número de entidades possuídas, item por item. A soma dos pontos obtidos inclui o entrevistado nas classes A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E.

#### Questionários:

1. Questionário sobre exposição a eventos traumatizantes (QUESI) — esse instrumento consiste na versão validada para o português *Childhood Trauma Questionnaire* (CTQ), que aborda a exposição a eventos traumatizantes referentes a violência, tanto físico, quanto sexual, e negligência. Foi originalmente desenvolvido para ser aplicado em maiores de 12 anos. O QUESI é a versão adaptada no Brasil e validada para o português;

2. Inventário de Depressão de Beck — *Beck Depression Inventory* (BDI) — é a medida de autoavaliação de depressão mais amplamente utilizada tanto em pesquisa como em clínica, tendo sido traduzido para vários idiomas e validado em diferentes países. A tradução e validação para o português foram realizadas por Gorenstein & Andrade (1996), e validada sua utilização para adolescentes por Gorenstein e cols. (1999). A escala original consiste em 21 itens, incluindo sintomas e atitudes, cuja intensidade varia de 0 a 3;

3. Inventário Beck de Ansiedade — *Beck Anxiety Inventory* (BAI) — é um inventário para a medida clínica de ansiedade (contém 21 itens relacionados a sintomas ansiosos). É um instrumento autoaplicável. O paciente deve avaliar o quanto cada um destes sintomas é aplicado a si mesmo, numa escala de quatro pontos, de 0 a 3. O escore total se dá pela soma dos escores dos itens individuais, usada para classificar a intensidade do quadro ansioso como mínimo, leve, moderado ou grave;

4. Escala de resiliência — desenvolvida por Wagnild & Young (2003), é um instrumento para medir níveis de adaptação positiva em face de eventos de vida importantes. Possui 25 itens descritos de forma positiva como resposta variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os escores da escala oscilam de 25 a 175 pontos com valores altos indicando elevada resiliência. A adaptação transcultural e a validação psicométrica foram realizadas por Pesce e Cols (2005), em uma amostra de escolares do ensino fundamental e ensino médio da rede pública do Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro;

5. Questionário sobre qualidade de vida — *World Health Organization's quality of life assessment* (WHOQOL) — foi utilizada a versão abreviada do WHOQOL validada para o português. O questionário consiste em 26 questões referentes a aspectos da qualidade de vida experimentada pelo(a) adolescente ou adulto(a) jovem nas últimas duas semanas. São abordados: satisfação com a própria saúde, o acesso a serviços de saúde, transporte, lazer; satisfação com as relações familiares e sociais, entre outros;

6. Teste para Triagem do envolvimento com fumo, álcool e outras drogas — *Alcohol Smoking and Substance Involvement Screening Test* (ASSIST) — questionário estruturado contendo oito questões sobre o uso de nove classes de substâncias psicoativas (tabaco, álcool, maconha, cocaína, estimulantes, sedativos, inalantes, alucinógenos e opiáceos). As questões abordam a frequência de uso, na vida e nos últimos três meses, problemas relacionados ao uso, preocupação a respeito do uso por parte de pessoas próximas ao usuário, prejuízo na execução de tarefas esperadas, tentativas malsucedidas de cessar ou reduzir o uso, sentimento de compulsão e uso por via injetável. Trata-se de instrumento útil na triagem do uso abusivo de álcool e outras drogas na população geral.

7. Inventário de Estilos Parentais (IEP) — estilo Parental é definido como o conjunto de práticas educativas parentais ou atitudes parentais utilizadas pelos cuidadores com o objetivo de educar, socializar e controlar o comportamento de seus filhos. O modelo teórico de Estilo Parental é composto por sete variáveis (práticas educativas), cinco delas vinculadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial (negligência, violência física, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa) e duas que promovem comportamento pró-social (monitoria positiva e comportamento moral). Visando avaliar se as estratégias utilizadas pelos pais em diferentes contextos são mais positivas ou negativas criou-se o IEP. É instrumento validado, composto de 42 questões que correspondem a sete práticas educativas do modelo, sendo que para cada prática educativa, foram elaboradas seis questões distribuídas ao longo do inventário.

Antes da aplicação dos questionários, um estudo piloto foi realizado com 15 adolescentes que frequentam o Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente (CAAA) da Unifesp, para adequação dos instrumentos. Foram ainda realizadas entrevistas com adolescentes vítimas de violência sexual que eram atendidas no mesmo local, objetivando corrigir imperfeições. Esse material exploratório não foi utilizado para a análise dos resultados, serviu apenas para a experimentação do roteiro de entrevista, como forma de aperfeiçoá-lo.

No total havia 1.308 estudantes matriculados, sendo 333 estudantes do curso de Enfermagem, 143 da Fonoaudiologia, 110 da Biomedicina e 722 da Medicina. Porém, estavam em sala de aula no momento da aplicação dos questionários 1.056 alunos(as) (somando todas as turmas). Destes, 16 alunos(as) se recusaram a participar, 175 foram excluídos por terem 25 anos ou mais (24 anos é a idade limite para participação no estudo, pois determinamos os/as adolescentes e adultos(as) jovens como público alvo), uma aluna não participou pois saiu chorando da sala, três alunos(as) foram excluídos pois não responderam partes dos questionários, um aluno foi excluído pois não preencheu sua idade e dois foram excluídos pois não responderam ao QUESI. Totalizando 858 participantes na primeira parte da coleta de dados. Os dados quantitativos da pesquisa foram duplamente digitados para minimizar os possíveis erros.

Os 71 estudantes que assinalaram qualquer resposta diferente de NUNCA nas questões 21, 22, 23, 24 e 27 do Questionário sobre Exposição a Eventos Traumatizantes (QUESI), foram considerados vítimas de violência sexual, e as possibilidades de respostas eram: Nunca, Poucas vezes, Às vezes, Muitas vezes e Sempre. As perguntas do QUESI foram: 21 — Tentaram me tocar ou me fizeram tocar de uma maneira sexual, 22 — Ameaçaram me machucar ou contar mentiras sobre mim se eu não fizesse algo sexual, 23 — Tentaram me forçar a fazer algo sexual ou assistir coisas sobre sexo, 24 — Alguém me molestou e 27 — Eu acredito que fui abusado (a) sexualmente.

Utilizando um site sorteador, esses 71 estudantes foram ordenados para receber o convite da entrevista. Estipulou-se que as entrevistas seriam realizadas até 23 de dezembro de 2017, tempo determinado pelos prazos para coleta de dados. De acordo com ordem sorteada, via celular (WhatsApp) ou e-mail, e o tempo que dispúnhamos, 45 alunos foram convidados a participar da entrevista com as pesquisadoras, em local e horário mais conveniente para o estudante, e 22 entrevistas foram realizadas. Abaixo segue um quadro com as devolutivas dos convidados:

Convidados(as) para entrevistas e suas devolutivas	
Entrevistados(as)	22
Recusaram a participação na entrevista	4
Embora tenham aceitado participar, não apresentaram disponibilidade em nenhuma data indicada, assim como não sugeriram algum dia em que estivessem disponíveis, mesmo após vários contatos	4

Não preencheram número de celular no questionário e não responderam aos e-mails enviados pelas pesquisadoras	6
Não responderam as mensagens pelo WhatsApp, apesar de serem entregues e visualizadas	5
Não preencheram contatos no questionário	2
Respondeu que pessoalmente não conseguiria falar sobre o tema	1
Respondeu que falar sobre o tema a deixava triste e tensa, apesar disso decidiu participar. Mas posteriormente declinou do aceite.	1
TOTAL de convidados para entrevista	45

Como já mencionado, a segunda etapa da coleta de dados é que foi objeto de nossa análise qualitativa, as entrevistas, onde obtivemos os relatos orais de vida. Neste quadro já é possível observar a delicadeza do tema, visto as devolutivas que apontaram sofrimento para falar sobre as violências vividas, assim como as respostas evasivas, ou a falta delas, que visaram escapar da entrevista, sem necessariamente recusá-las.

Em congruência com as normas éticas para o desenvolvimento científico, elaboramos o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), disponível em Anexo D, que foi assinado pelos pais ou responsáveis legais dos adolescentes entrevistados, e o TA (Termo de Assentimento), disponível em Anexo C, onde o próprio sujeito deve consentir em sua participação na investigação. Estudamos o padrão para adequação dos termos aos adolescentes e jovens adultos baseado nos modelos do Comitê de Ética em Pesquisa.

Sobre a caracterização de nosso público alvo, consideramos como adolescentes os indivíduos com idade de 10 a 20 anos incompletos, e reconhecemos como jovens adultos/adultas aqueles dos 20 a 24 anos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre as idades que delimitam a adolescência e a juventude (WHO, 1986).

Esta é uma pesquisa descritiva, observacional, empírica, de orientação qualitativa, com obtenção de dados quantitativos para caracterização dos participantes e localização das vítimas de violência sexual para as entrevistas. Utilizamos técnica de coleta de dados da História Oral, parte constitutiva de um método biográfico (LANG, 1996), com relatos orais de vida conseguidos em entrevistas com os participantes que confirmaram terem sofrido algum tipo de violência sexual intrafamiliar durante a infância e/ou a adolescência. Objetivamos conhecer as histórias e as características da violência sexual sofrida, em algum momento da vida, por adolescentes e adultas jovens.

Escolhemos 13 (treze) entrevistas para análise, selecionadas pelos critérios gênero (feminino) e tipo de violência (intrafamiliar). Das 22 (vinte e duas) entrevistas realizadas: 5 (cinco) foram excluídas por seus depoentes serem homens; 3 (três) foram excluídas porque as vítimas sofreram violência sexual extrafamiliar; e 1 (uma) entrevista foi excluída por duplo motivo, entrevistado homem, que sofreu violência sexual extrafamiliar.

Logo, nosso trabalho conta com entrevistas de 13 pessoas do gênero feminino, universitárias, na faixa etária entre os 17 e os 24 anos (adolescentes e adultas jovens), que sofreram algum tipo de violência sexual intrafamiliar. Consideramos como intrafamiliares os casos de violência sexual que envolvem pais, avós, tios, primos, padrastos, padrinhos, parentes diversos — ainda que distantes, englobando, inclusive, pessoas sem laços consanguíneos que moram na mesma casa que a vítima. De acordo com as normas de ética em pesquisa com seres humanos, todos os nomes foram alterados e as informações que pudessem identificar as participantes foram excluídas das entrevistas.

A pesquisa qualitativa é o método privilegiado para estudar os acontecimentos e relações humanas no contexto em que ocorrem, e da perspectiva dos sujeitos diretamente envolvidos. Segundo Rey, um autor que define como Epistemologia Qualitativa os complexos processos de construção do conhecimento sobre a subjetividade humana, a pesquisa qualitativa está voltada a compreender a subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural das diversas práticas humanas, e uma de suas características “[...] é seu acesso a temas que são íntimos e muito sensíveis para as pessoas pesquisadas, como, por exemplo, a violência sexual, as drogas, a violência familiar, a identidade dos doentes crônicos, entre muitos outros.” (REY, 2005, p. 85)

Já para Minayo, intelectual brasileira conceituada e conhecida por aliar a pesquisa qualitativa aos temas de saúde e de violência, defendendo que as ciências sociais (Sociologia, Antropologia, História, Filosofia social, entre outras) sejam utilizadas para refletir sobre os vários fenômenos considerados de outras áreas do conhecimento “[...] a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p. 21). Ou seja, serve para entender “[...] significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]” (MINAYO, 1994, p. 22).

A autora explica que a abordagem qualitativa considera aspectos dos fatos sociais sendo o “[...] lócus onde se articulam os conflitos e as concessões, as tradições e as mudanças e onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há apenas uma explicação para os fenômenos que abarcam.” (MINAYO, 1992, p. 31).



Em relação à pesquisa qualitativa voltada aos temas de saúde, Minayo (1992) destaca a necessidade de o pesquisador considerar em sua análise a realidade econômica, política e social mais ampla na qual os problemas estão imersos. Para isso, é indispensável ponderar a relação da questão estudada com a realidade das classes sociais, da política e das ideologias dominantes. Para ela, o conceito de saúde precisa ser ampliado para que “[...] abranja a totalidade das relações sociais e dos investimentos emocionais que contêm e se expressam na cultura [...]” (MINAYO, 1992, p. 29). Pois, a necessidade de imbuir os temas de saúde com análises advindas das ciências sociais reside no fato de as ciências da saúde não constituírem uma única disciplina, mas um conjunto delas, e de não permanecerem “[...] separadas das outras instâncias de interpretação da realidade.” (MINAYO, 1992, p. 28).

Em nosso caso, percebemos que o tema da violência sexual intrafamiliar está umbilicalmente ligado à ideologia patriarcal que afeta as relações humanas; à superioridade do adulto sobre a criança e o/a adolescente, estabelecendo relações desiguais de poder, dominação e violência na convivência familiar; e ainda a uma crença no caráter sagrado da família, que para evitar seu despedaçamento diminui a importância e envolve as violências sexuais em segredos contumazes, submetendo os afligidos a uma angústia que os adocece, já que a coexistência com os violentadores, não raro, perdura durante anos e afeta várias gerações.

Considerada multidisciplinar, recentemente outras áreas do conhecimento como a Saúde, Antropologia, Sociologia e Psicologia veem utilizando a História oral de vida. As vantagens do método consistem em “produzir uma nova documentação”, incorporando à literatura a versão que “os oprimidos e desprivilegiados têm dos grandes e dos pequenos acontecimentos” (DEBERT, 1988). Além disso, é possível estabelecer um diálogo entre o colaborador da pesquisa e o entrevistador, alcançando um entrecorte em que partilham uma novidade “[...] que se apresenta pela primeira vez ao analista e se reapresenta ao informante, através de sua memória.” (DEBERT, 1988).

A História oral é uma expressão polissêmica que indica uma metodologia de estudo da pesquisa social, o registro escrito de depoimentos e biografias. Sendo assim, sejam as fontes orais ou escritas, sobre um fato, um fenômeno ou uma época, recolhe-se narrativas e relatos para um estudo documental. Baseia-se em gravar entrevistas com sujeitos que possam relatar sua percepção e sentimentos sobre os episódios, circunstâncias, instituições, modos de vida, entre outros aspectos da história contemporânea (ALBERTI, 1990).

Possibilita a construção e a recomposição da história por meio dos relatos individuais ou coletivos, e divide-se em muitos aspectos, entre eles os tipos de abordagens: história oral de vida, história oral temática, relato oral de vida e tradição oral (MEIHY, 2005).

Através da História oral de vida acessamos as experiências de vida e as representações do real elaboradas socialmente pelo indivíduo ao ativar sua memória, captando a subjetividade do momento. As memórias mostram muito dos indivíduos, de sua visão de mundo e do grupo ao qual pertencem; são significativas para compreender as práticas culturais e históricas, cujos caminhos são anotados e analisados buscando-se explicitar as interações sociais ao esmiuçar as trajetórias individuais e os processos coletivos. Para Minayo (1992), trata-se sobretudo de apresentar e estudar os significados e sentidos dos atos e das relações humanas.

Escolhemos o relato oral de vida como instrumento, pois esta é uma forma mais específica de coleta de dados, onde é solicitado ao narrador que aborde de modo especial determinados temas de sua vida, apesar da total liberdade de exposição. O entrevistado sabe do interesse do pesquisador e norteia seu relato aos tópicos de interesse pré-selecionados (LANG, 1996). Em nosso caso usamos um roteiro semiestruturado para conduzir os relatos orais.

Para Thiollent, entrevistas são “[...] dispositivos de obtenção de informações cujas qualidades, limitações e distorções devem ser metodologicamente controladas.” (THIOLLENT, 1987, p. 22) De acordo com a classificação deste autor, as entrevistas que realizamos são do tipo dirigidas — quando o tema da pesquisa é amplo, um roteiro de entrevista pode ser utilizado, “[...] orientado por uma instrução ou tema chave.” (THIOLLENT, 1987, p. 33).

Segundo Triviños (1987, p.38), a entrevista semiestruturada tem como atributo perguntas básicas apoiadas nas hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. As indagações estimulam o surgimento de novas hipóteses a partir das respostas dos entrevistados e a direção é estabelecida pelo investigador-entrevistador. A entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”.

Já de acordo com Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada focaliza um tema sobre o qual confecciona-se um roteiro com algumas perguntas primordiais, complementadas por outras indagações intrínsecas às conjunturas da entrevista. Este tipo de entrevista pode fazer surgir elementos espontâneos e as respostas não estão direcionadas a um padrão de opções.

Uma semelhança entre Triviños e Manzini é a compreensão da necessidade da elaboração de questões básicas que direcionem a entrevista aos objetivos da pesquisa. Assim, Manzini

(2003) salienta que o roteiro, além de coletar os dados principais, serve como um meio para o pesquisador iniciar a interação com a fonte.

A técnica privilegiada para produzir os dados na história oral é a entrevista, para Meihy (2005), são três os procedimentos fundamentais que se complementam para o sucesso da aplicação do método: a transcrição, a textualização e a transcrição. A transcrição é o processo de transformar as gravações em textos; a textualização é a etapa onde as perguntas do pesquisador são retiradas ou enxertadas na fala dos colaboradores, sendo possível inclusive reorganizar o texto a partir de indicações cronológicas ou temáticas; e a transcrição, que se refere a inclusão de observações durante a narrativa do sujeito, buscando-se recriar o contexto da entrevista no documento e elaborar uma síntese do sentido captado pelo pesquisador para além das palavras.

Segundo Thompson (1992), a evidência oral pode transformar os objetos de estudos em sujeitos, porém, é necessário tomar cuidados ao transcrever as entrevistas, sendo preciso na transcrição, ir contextualizando a narrativa e descrevendo os detalhes. Durante a pesquisa deve-se realizar uma comparação entre a documentação já escrita e publicada com a fonte oral.

As entrevistas textualizadas e verificadas transformaram-se em documentos, segundo o caminho sugerido por nosso referencial teórico metodológico.

[...] um trabalho de História Oral apresenta as seguintes características: - tem por base um projeto de pesquisa; - utiliza fontes orais obtidas em um processo de interação pesquisador – pesquisado; - quanto ao conteúdo e forma de obtenção dos relatos, possibilita a distinção em: história oral de vida, relato oral de vida e depoimento oral; - trabalha com o resgate da memória; - cria documentos através das fontes orais coletadas; - a reflexão e a análise acompanham todo o processo; - é parte constitutiva de um método biográfico. (LANG, 1996, p. 44)

As entrevistas foram gravadas, transcritas literalmente, transcritas e textualizadas, sempre ouvindo os áudios, observando os detalhes e sentimentos nas vozes dos interlocutores. Após o processo de textualização final, as entrevistas foram encaminhadas para verificação/legitimação pelos participantes.

[...] a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada. (THOMPSON, 1992, p. 146)

Para Gattaz, após a transcrição literal e a transcrição, um processo de textualização deve acontecer, pois a transcrição é “[...] apenas uma etapa na feitura do texto final, que chamo de textualização, por ser ao fim e ao cabo um modo de se reproduzir honesta e corretamente a

entrevista em um texto escrito.” (GATTAZ, 1996, p. 135) A transcrição é necessária para transformar a transcrição literal em um texto compreensível à leitura, retirando frases repetidas, trechos confusos ou cortados, palavras e expressões equivocadas, próprias de conversas informais, além de estrangeirismos, gírias, palavrões. Os códigos orais e escritos são distintos, então procura-se corrigir esta diferença através da transcrição, “Processa-se então uma intensa atividade sobre o texto e a gravação, na qual as palavras, frases e parágrafos serão retirados, alterados ou acrescentados, permitindo que o não literalmente dito seja dito.” (GATTAZ, 1996, p. 136)

Já a textualização deve produzir um documento histórico, uma narrativa objetiva e coerente, onde foram abolidas as perguntas do entrevistador, porém sem alterar as principais ideias do entrevistado, tornando sua leitura clara e compreensível, o que nem sempre ocorre com a entrevista apenas transcrita literalmente.

A textualização final deve conter em si a atmosfera da entrevista, seu ritmo e, principalmente, a comunicação não-verbal nela incluída: emoções do depoente como risos ou choro, entonação e inflexão vocal, gestos faciais, de mãos, ou mesmo do corpo. O texto, ainda, não pode abandonar a característica do originalmente falado, devendo ser identificado como tal pelo leitor. Para conseguir chegar a este resultado, valemo-nos de dois conceitos da linguística, que não podem ser entendidos separadamente: “[...] o da transcrição, proposto por Haroldo de Campos, e o de teatro de linguagem, formulado por Roland Barthes, ambos adequados à prática da História Oral por José Carlos Sebe Bom Meihy.” (GATTAZ, 1996, p. 136)

Segundo Meihy, a história oral se confecciona em “[...] dois tempos. O primeiro é o tempo da constituição de um documento; o outro, o da análise do produto.” (MEIHY, 1996, p. 50). A textualização final da entrevista é um documento histórico de autoria dos pesquisadores que as produziram, sendo o depoente um colaborador deste trabalho, logo, a verificação e legitimação por parte dos participantes é fundamental para garantir a qualidade dos documentos.

De acordo com Thompson, em seu clássico sobre a história oral, *A voz do passado*, através da memória dos sujeitos é possível reconstruir a história social de grupos inteiros, pois, “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.” (1992, p. 17)

Para Rey, “Durante muito tempo, a subjetividade foi completamente excluída do estudo dos fenômenos macrossociais mais complexos, o que levou a ignorar a expressão diferenciada dos sujeitos estudados como fontes essenciais na construção da significação de um acontecimento social para uma população.” (REY, 2005, p. 26) Segundo este autor, que vincula

a pesquisa qualitativa ao estudo da subjetividade humana, seu estudo em cada um dos cenários sociais em que é produzida, “[...] estará nos informando, simultaneamente, sobre os sujeitos e sobre a subjetividade social em seus mais diversos espaços.” (REY, 2005, p. 28)

Principalmente no que se refere à história da família, que nos interessa pela característica intrafamiliar da violência sexual, extremamente comum em nossa cultura, a história oral teve grande impacto transformador, pois possibilitou que aspectos secretos das dinâmicas familiares viessem à tona:

O traço mais surpreendente de todos, porém, talvez seja o impacto transformador da história oral sobre a história da família. Sem a evidência oral, o historiador pode, de fato, descobrir pouca coisa, quer sobre os contatos comuns da família com os vizinhos e parentes, quer sobre suas relações internas. Os papéis de marido e mulher, a educação de meninas e meninos, os conflitos e dependência emocionais e materiais, a luta dos jovens pela independência, o namoro, o comportamento sexual dentro e fora do casamento, a contracepção e o aborto – todas essas eram, efetivamente, áreas secretas. (THOMPSON, 1992, p. 28)

Uma das evidências sobre a violência sexual intrafamiliar é o segredo, como se não falar sobre o assunto, não denunciar e não combater, pudesse, de alguma forma, apagar o ocorrido, diminuindo a sua importância. O que possibilita que os perpetradores vitimizem diversas pessoas ao seu redor, muitas vezes durante toda sua vida, de forma que este comportamento sigiloso também explica a característica transgeracional da violência sexual.

Acreditamos que falar sobre a violência sexual sofrida na infância e na adolescência tem potencial resignificador, posto que “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.” (THOMPSON, 1992, p. 337)

Sobre o gênero ser um dos nossos critérios de seleção das entrevistas, contextualizamos que o uso da palavra *gênero* em sobreposição ao termo *sexo* remete a uma construção histórica, ancorada em concepções e pesquisas desenvolvidas a partir do século XVIII e por lutas feministas.

Podemos falar de três momentos históricos após o século XVIII quando o assunto é a igualdade de direitos entre mulheres e homens. De acordo com a psicanalista e professora Maria Homem, no livro *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo* (2019), no qual ela dialoga com o também psicanalista e professor Contardo Calligaris, o primeiro momento é quando a mulher era vista como reprodutora e um bem intercambiável.

Nas palavras de Chimamanda:

[...]de uma forma literal, os homens governavam o mundo. Isso fazia sentido há mil anos. Os seres humanos viviam num mundo onde a força física era o atributo mais importante para a sobrevivência; quanto mais forte a pessoa, mais chances ela tinha de liderar. E os homens, de maneira geral, são fisicamente mais fortes. Hoje, vivemos num mundo completamente diferente. A pessoa mais qualificada para liderar *não* é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos. Tanto um homem como uma mulher podem ser inteligentes, inovadores, criativos. Nós evoluímos. Mas nossas ideias de gênero ainda deixam a desejar. (ADICHIE, 2018, p. 21)

A saída ocidental para o dilema da luta pela emancipação feminina foi fazer uma suposta divisão na qual a mulher tem o poder doméstico, o espaço privado e a gestão do lar, e o homem fica com a “[...] gestão do espaço público, da vida política, cultural e das narrativas simbólicas dominantes.” (HOMEM, CALLIGARIS, 2019, p. 23). Este foi o segundo momento da luta por direitos femininos, onde a figura doméstica da mulher enalteceu o papel de mãe e dona de casa. Porém, “a narrativa de igualdade *diferenciada* do século XIX foi uma estratégia que se revelou enganadora, pois na prática os gêneros permaneceram em grande medida desiguais. E o lugar concedido à mulher como *rainha do lar* estava longe de ser suficiente.” (HOMEM, CALLIGARIS, 2019, p. 23)

Chegamos então ao terceiro momento, no século XX, com a ideia revolucionária de direitos civis, humanos e de igualdade efetiva entre os indivíduos, que culmina nas décadas de 1960 e 1970 com “a mulher cada vez mais recusando esse domínio do poder feminino no lar, no espaço privado.” (HOMEM, CALLIGARIS, 2019, p. 24)

Foi na intitulada *segunda onda* do movimento feminista, na década de 1960, que aconteceu mais intensamente a discussão entre os termos *gênero* e *sexo*. A palavra *sexo* passou a ser mais utilizada para se referir às diferenças biológicas entre corpos masculinos e femininos, enquanto *gênero* admite que existe uma construção social do que é considerado feminino e masculino. Ao fazer uso da palavra gênero em oposição a sexo:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, p. 26).

Joan Scott, em seu clássico *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), argumenta que o conceito foi cunhado para combater o determinismo biológico nas relações, dando-lhes um caráter fundamentalmente social.

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas,

como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as *construções sociais* – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1990, p. 7).

Para a autora Scott, o gênero deve ser utilizado como categoria de análise, pois traz a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (1990, p. 5). Ainda em Scott (1990), ao usar gênero ao lado das noções de classe e raça, por exemplo, assinala-se o interesse em uma história que inclua os discursos dos oprimidos, buscando assim uma análise do sentido e da natureza dessa opressão.

Infelizmente, faz parte da socialização feminina temer a violência sexual e agir para se proteger dela. Assim como faz parte da socialização masculina introjetar a noção de que os corpos das mulheres e dos membros de sua família lhe pertencem, e servem as suas necessidades, sejam elas configuradas em trabalho doméstico gratuito ou satisfação de seus desejos sexuais, ainda que para isso tenha que empregar o uso da força física.

Para Saffioti, a violência sexual de meninas e adolescentes “[...] constitui um componente importante da socialização da mulher para submeter-se ao poder do macho.” (SAFFIOTI, 1989, p. 15) A cultura do estupro na atualidade permanece amparada no histórico direito do homem sobre o corpo da mulher. Ainda hoje, apesar dos direitos civis conquistados por mulheres, crianças e adolescentes, os homens adultos com o qual convivem com intimidade, exercem poder sobre elas e eles, dispondo de seus corpos e, muitas vezes, os violentando física e sexualmente.

bell hooks, em seu *O feminismo é para todo mundo* defende uma mudança simbólica do termo *violência doméstica* para *violência patriarcal*, pois assim é possível deixar claro que a violência no lar está diretamente ligada ao sexismo e à dominação masculina imposta. (2019, p. 96).

[...] a maioria das pessoas tende a enxergar a violência doméstica entre adultos como algo separado e diferente da violência contra crianças, quando na verdade não é. Com frequência, crianças sofrem abuso quando tentam proteger a mãe que está sendo atacada por um companheiro ou marido, ou são emocionalmente afetadas por testemunhar violência e abuso. (HOOKS, 2019, p. 96)

Para Virginia Olesen, no capítulo *Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio*, parte da obra de Denzin e Lincoln (2006), *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, “[...] o conceito gênero é escravo da teoria e da pesquisa feminista”. Sendo

que para a autora, “O trabalho feminista prepara o terreno para outras pesquisas, outras ações e políticas que transcendem e transformam.” (OLESEN, 2006, p. 219)

Em relação à pesquisa qualitativa feminista, destaca os campos da educação e saúde como merecedores de serem mencionados, e a potência deste tipo de pesquisa se concentra “[...] nas diversas situações femininas, problematizando-as, e nas instituições que compõem essas situações.” (OLESEN, 2006, p. 220). De forma a teorizar sobre as situações, propor políticas ou ações, e ainda aprofundar os conhecimentos a respeito das situações opressivas para as mulheres, é que a pesquisa qualitativa feminista tem razão de existir.

O vasto trabalho feminista em muitas disciplinas varia desde as avaliações sobre a vida e as experiências das mulheres que chamam atenção para o subjetivo até as análises das relações por meio da investigação de movimentos sociais e de questões de larga escala envolvendo políticas e organização. (OLESEN, 2006, p. 220)

Para Deslandes e Mendes (2017), as lutas feministas e por direitos humanos têm colaborado para o desenvolvimento do entendimento e da conceituação das violências sexuais. Essas agressões ainda funcionam como castigo, imposição de regras e recurso político de dominação. Os estudos feministas — ao qual se propõe esse trabalho — “[...] sempre estiveram centralmente preocupados com as relações de poder. [...] inicialmente esses estudos procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres.” (LOURO, 2011, p. 37).

Em relação a isso, LOURO (2011) explica que:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, 2011, p. 41)

Dialogando com os estudos promovidos por Foucault (1989), Louro (2011) aponta que enxerguemos o quanto o poder diluído nas relações interpessoais estabelecidas socialmente são capazes de, mais do que inibir e coibir, produzir corpos dóceis e induzir comportamentos elegidos como aceitáveis pelo olhar social.

Segundo Rall, “O feminismo é a teoria essencial que nos permite analisar tudo aquilo que existe tal como está posto no mundo, e a partir da teorização propor mudanças simbólicas e significativas na vida das mulheres e dos homens.” (RALL, 2020, p. 43); e para a filósofa brasileira Marcia Tiburi:

[...] o feminismo é um método de transformação social capaz de modificar tanto a microfísica quanto macroestrutura da sociedade – que foi alicerçada



no patriarcado machista e sexista, o qual tem sua base na conhecida violência contra as mulheres, não por acaso excluídas do sistema do poder-saber. (TIBURI, 2018, p. 72)

E para bell hooks,

Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas. (HOOKS, 2019, p. 13)

Por fim, a pesquisa qualitativa feminista não pode aliviar o sofrimento das mulheres diretamente, na maior parte dos contextos, mas pode propor políticas, leis, analisar situações e ressignificar fenômenos a partir de sua história e perspectiva.

Chimamanda Ngozi Adichie afirma que para ela “Feminista é o homem ou a mulher que diz: ‘Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar’. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar.” (ADICHIE, 2018, p. 38)

#### 4 DISCUSSÃO E EXPOSIÇÃO DOS CASOS

Em 10 das 13 histórias que conhecemos para esta tese, a violência sexual intrafamiliar cometida contra as participantes ocorreu na infância, antes dos 7 anos, em vários episódios, com caráter crônico em alguns casos. Quanto mais jovem é a criança quando se inicia a violência, mais difícil é a revelação, pela imaturidade cognitiva e verbal inerente à criança, e pelo fato de que muitas crianças não sabem, não entendem, não têm certeza sobre o que está acontecendo.

Em todos os casos os perpetradores são conhecidos das crianças e dos/das adolescentes, sendo essas violências consideradas intrafamiliares ou domésticas. Geralmente uma figura de autoridade e confiança, não só para a criança, mas para os adultos por perto. Não raro foi escutar que o violentador, quase sempre um homem adulto, eram pessoas divertidas, queridos por todos, respeitados no círculo familiar, o que aumenta a sensação de vulnerabilidade, traição, perda e quebra de confiança.

Abaixo, com o intuito de apresentar de forma geral os dados obtidos nas entrevistas, descrevemos os treze nomes fictícios das participantes da pesquisa, a idade aproximada que tinham quando a violência sexual intrafamiliar se iniciou, quem foi/foram o/os perpetrador/es, quanto tempo durou a violência, de que forma se dava, se houve revelação para a família, se houve denúncia e qual seu desfecho.

Joana relata que aos cinco anos de idade, seu tio-avô distante, em um único episódio, uma viagem em família, tocou seu corpo e masturbou enquanto todos dormiam. Alguns dias depois Joana contou à sua mãe, que a estava indagando sobre os acontecimentos daquela noite durante a viagem. Foi feita uma denúncia na polícia, porém o violentador fugiu e faleceu anos depois. Aos 15 ou 16 anos, seu padrasto passou a importuná-la sexualmente, tentando repetidamente, durante meses, passar as mãos em seu corpo quando não havia ninguém em casa. Dessa vez, Joana não contou à mãe, nem a ninguém da família, assim como não denunciou.

Beatriz não consegue relatar exatamente o que o primo, um jovem adulto, fazia ao abaixar suas calças quando ela tinha quatro ou cinco anos de idade. Aconteceu algumas vezes, e apesar de ter mencionado o fato a uma prima mais velha, ninguém mais na família ficou sabendo. Não houve denúncia.

A história de Jéssica envolve abandono paterno e precariedade financeira por parte da mãe, que sem casa própria ou renda, morou com os filhos durante um período em uma casa cedida pela igreja, junto a outras pessoas na mesma situação. Infelizmente, durante cerca de um

ano, um dos homens que convivia sobre o mesmo teto que as crianças, violentava sexualmente Jéssica, de quatro ou cinco anos, com toque e masturbação, enquanto sua mãe trabalhava. Jéssica não contou a ninguém, mas a família de sua mãe desconfiou, realizou uma denúncia e uma investigação aconteceu, culminando na fuga do violentador e na separação familiar de Jéssica, uma vez que sua mãe perdeu sua guarda durante um tempo. Jéssica conta emocionada que, quando criança, se sentiu punida pela violência sofrida, pois foi privada da convivência com sua mãe e seu irmão.

Márcia tinha sete anos de idade quando seu primo mais velho, adolescente, a tocou pela primeira vez. Ele a masturbava e penetrava quando ela visitava sua casa. Apesar de não contar a ninguém sobre os atos do primo, sua tia um dia flagrou o filho sem calças, em uma situação de violência sexual, e apenas lhe deu uma bronca, o que não evitou os dois anos seguintes de múltiplas violações sexuais. Não houve denúncia.

Bruna passava as férias na casa da tia, irmã de seu pai, desde os seis ou sete anos, onde seu tio, marido da tia, em vários episódios distribuídos ao longo dos anos, visitava seu quarto durante a noite para passar as mãos nela, enquanto a sua tia dormia. Em idade adulta, Bruna tomou coragem e contou à sua mãe e à sua tia, esposa do agressor, que acredita até hoje que Bruna deve ter entendido algo errado nas intenções de seu marido. Não houve denúncia.

O avô de Ingrid, pai de seu pai, tratado como patriarca, sistematicamente violenta sexualmente várias mulheres de sua família há pelo menos duas gerações. Cunhadas, esposa, filhas e netas não escaparam de suas violências. Desde os cinco ou seis anos de idade, Ingrid tem lembranças dele a tocando e se masturbando em sua frente, para que ela o visse. Infelizmente, Ingrid morou com ele a vida toda e relata que atualmente ele ainda é capaz de violentá-la. Ela saiu de casa, mas sua priminha ainda passa todas as tardes em companhia dos avôs. Ingrid, quando criança, escreveu/desabafou em seu diário sobre seu avô se masturbar em sua frente, e sua mãe leu. Mas sua ação foi perguntar: “Foi só isso?”, e afirmar que se ocorresse algo físico, ela deveria contar para a mãe. Já adulta, Ingrid contou tudo para a avó, foi agredida pelo avô neste dia, e descobriu que o avô já havia vitimado outras mulheres de sua família, como sua própria irmã, suas cunhadas e suas filhas, incluindo a esposa do outro violentador de Ingrid, seu tio, marido da irmã de seu pai. Ingrid também contou ao seu pai, mas ele não tomou nenhuma atitude. Um dia ela se revoltou e tentou denunciar seu avô, andou por horas decidida, comparecendo a uma delegacia e a uma delegacia da mulher, porém, em ambas, a polícia lhe disse que para registrar a denúncia ela precisaria de provas. Ingrid até tentou gravar seu avô com um celular, mas seu nervosismo, ansiedade e medo não permitiram que conseguisse. Como

se não bastasse, como já mencionamos, aos seis ou sete anos de idade, seu tio, marido da irmã do pai, passou a tocá-la quando ela visitava sua tia, o que ocorreu várias vezes. Sua tia presenciou uma situação de violência, colocou o marido para fora de casa, mas logo depois reataram o casamento. Hoje eles têm uma filha, a mesma que frequenta a casa do avô. Nesse caso, Ingrid não tentou realizar uma denúncia.

Nicole, aos cinco ou seis anos de idade, aprendeu a fugir das investidas sexuais de seu tio, irmão de sua mãe, que durante cerca de seis meses a tocava, tirava sua roupa, lhe dava banho, a fazia vestir as camisolas da mãe e desfilá-la para ele. Nicole nunca contou a ninguém. Ainda quando criança, chegava a urinar no quintal quando sua mãe a deixava sob os cuidados do tio, para evitar adentrar a casa e cruzar com ele enquanto estivessem sozinhos. Sob o olhar da rua, ela se sentia mais segura. Não houve denúncia.

Maria tinha 15 anos quando seu padrasto começou a tocá-la com o pretexto de fazê-la emagrecer, o que durou três ou quatro meses. Ela não contou a ninguém de sua família.

A mãe de Ana não acreditou nela quando, aos quatro ou cinco anos de idade, lhe disse que em várias situações seu primo adulto a estava tocando em lugares inapropriados, e o perpetrador a desmentiu. Um pouco mais velha, Ana voltou a contar para sua mãe, e dessa vez ela acreditou e contou a sua avó. São as únicas que sabem.

Cláudia foi tocada por seu padrasto, aos sete anos de idade, uma única vez. Contou à sua mãe no dia seguinte e, apesar de eles continuarem casados, o padrasto realizou um tratamento e nunca mais a importunou. Cláudia não soube especificar qual tratamento foi realizado. Não houve denúncia.

Larissa, aos 12 anos, passou a ser tocada pelo padrasto, em várias oportunidades. Revelou ao seu pai, que fez uma denúncia. Contou para a psicóloga, para o namorado e para vários familiares, com o tempo. Apesar do boletim de ocorrência, depoimento, exame de corpo e delito, o violentador não foi preso.

Júlia, aos 12 anos, foi assediada sexualmente por sua professora de nataçã, a única mulher violentadora do grupo. Contudo, não consideramos esse episódio em nossa análise, pois não se caracteriza como intrafamiliar, porém, aos 19 anos, seu tio, um idoso de mais de 80 anos, casado com a irmã de sua mãe, forçou um toque sexual contra ela, em uma visita à sua casa. Júlia contou para a tia e para sua família. A tia não acreditou nela e seus pais pediram que ela se resolvesse, afirmando que ela estava arrumando problemas. Não houve denúncia.

Por fim, Amanda começou a ser tocada pelo padrasto aos seis anos de idade. Morou com ele a vida toda, se esquivando de suas tentativas de violências sexuais. Recentemente, em 2006,

obteve provas de que ele a filmava com um celular escondido no banheiro, enquanto ela tomava banho. Desde criança, ela contava para mãe que algumas atitudes do padrasto a incomodavam, porém, a mãe achava que era sua imaginação, até que pôde provar com as imagens no celular, e ainda assim a mãe continuou acreditando na versão dos fatos apresentada pelo padrasto. Apesar de ele ter saído de casa, depois de Amanda contar aos pastores da igreja, a mãe e o padrasto continuam juntos como um casal. Amanda também contou para a tia e os tios, e não se sente acolhida por nenhum deles. Sozinha, Amanda tentou denunciar a violência em duas delegacias, sendo uma delas uma delegacia da mulher, e em ambos os casos não conseguiu abrir o Boletim de Ocorrência (B.O.), pois a polícia queria provas. No passado, Amanda já tentou abrir B.O. contra o padrasto, por agressão, também sem sucesso — nessa ocasião Amanda era menor de idade e, por isso, estava acompanhada da mãe que foi reclamando o caminho todo.

Percebemos que parte das entrevistadas não revelaram as violências sexuais sofridas na época em que ocorreram, nem depois. Quem revelou não obteve apoio familiar incondicional, algumas nem foram acreditadas por parte da família, as que tentaram denunciar foram ignoradas pelo poder público que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria protegê-las. Muitos dos familiares e genitores parecem verdadeiros cúmplices dos crimes, tamanha naturalidade com que lidaram com a questão. Assustadoramente, a revelação da violência sexual em sua própria família não causa a indignação que vemos as pessoas expressarem nas ruas, quando o assunto é pedofilia. Aos homens da família é sempre dado o benefício da dúvida. A segunda chance, o perdão. A remissão sem pena. Até o Estado representado por suas instituições de justiça lhe é condescendente. Ronda o inconsciente coletivo do patriarcado, a perigosa ideia sobre o direito de posse que os homens das famílias têm sobre o corpo feminino, principalmente o que leva seu sobrenome.

Algumas das entrevistadas ainda têm contato familiar com o violentador atualmente, mesmo sem querer ter, e temem pelas crianças de sua família. Um dos motivos apresentados para manter essas relações familiares e encontros esporádicos, ainda que causem sofrimento, é a preservação da convivência familiar com os demais. Relatam problemas emocionais decorrentes das violências que viveram, e um complexo relacionamento com seus pais.

#### 4.1 PARENTALIDADE POUCO PROTETORA

Percebemos em alguns relatos padrões de parentalidade pouco protetores que, por uma diversidade de motivos, tornaram-se fatores de risco para a vitimização sexual da criança e/ou da adolescente, e/ou para perpetuação do segredo. Os pais e/ou mães foram descritos como instáveis, relapsos, distantes emocionalmente, muito ocupados, autoritários, violentos. Entre os motivos da pouca proteção da criança e do adolescente está a precariedade financeira da família como questão importante, o abandono paterno, muitas vezes mãe e pai ausentes em grande parte do dia, ou dos dias, sempre trabalhando muito, em vários empregos, para sustentar a casa, e as/os filhas/os passando muito tempo sozinhas, ou na casa de parentes, vizinhos, com desconhecidos, estranhos, o que em vários casos facilitou as situações de violência sexual. Um distanciamento afetivo em relação aos pais também foi relatado, o que dificultou a revelação, por acreditarem que não seriam apoiadas.

Estudos da área apontam que as práticas parentais estão associadas a diversos indicadores de desenvolvimento psicológico e comportamental na adolescência. (BARDAGI, 2002)

Segundo LANDI (2019, p. 38):

Define-se estilo parental como um padrão de comportamento parental expresso dentro de um clima emocional criado pelo conjunto de atitudes dos pais que inclui, além das práticas parentais, outros aspectos da interação pais-filhos, como tom de voz, linguagem corporal, mudança de humor, descuido, utilizado pelos pais no processo de educação e sociabilização dos seus filhos.

Não se trata de julgar a maternidade e a paternidade relatada, mas de apontar as situações que de alguma forma facilitaram a violência sexual de ocorrer, perpetraram outras violências, impediram ou atrasaram a revelação, ajudaram a perpetuar a violência sexual na vida da criança e da adolescente e produziram mal estar em relação a revelação.

No caso de Jéssica, a mãe foi abandonada pelo pai e a família precisou morar de favor em uma casa cedida pela Igreja, onde moravam outras pessoas, inclusive homens. Jéssica relata que, vários anos depois, chegou a conversar com sua mãe sobre a violência sexual que sofreu na infância:

[...] e ela me falou que notava alguns comportamentos estranhos do violentador. Dele olhar para a gente diferente, ela me disse que eles tentavam sempre deixar alguém na casa quando saiam. A sobrinha de uma moça da igreja que olhava a gente. Eles tentavam. Quando a menina não estava era o senhor, o Antônio, que vendia sorvete, que ficava com a gente. **Só que tinha hora que as vezes escapava do poder dela, sabe, do tipo: ‘eu preciso trabalhar, e as crianças?’** Não sei como a minha família descobriu o que estava acontecendo na casa, porque nunca contei para ninguém. Eu acho que eles devem ter desconfiado, viram que **minha mãe estava morando com dois**

**outros homens desconhecidos, estava deixando duas crianças sozinhas em casa com eles.** (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Abaixo Jéssica relata a dor sobre o afastamento paterno, a solidão em relação a mãe estar sempre trabalhando, a tristeza em se sentir sempre sozinha

É muito difícil crescer sem pai. Pelo fato do meu pai ser ausente, minha mãe sempre teve que trabalhar muito, em dois empregos, quando ela saía de casa eu ainda estava dormindo, quando retornava, eu também já estava dormindo, então, não tive muito contato com a minha mãe. Eu fazia tudo sozinha, ia para escola sozinha, voltava sozinha, na minha primeira série eu era única menina que voltava da escola sozinha. **Eu chorava sozinha na rua. E eu não tinha nenhuma foto do meu pai. Às vezes eu parava em frente a qualquer pessoa que fosse mais velha e olhava: “poxa, será que meu pai parece esse homem? Será que tem a cara do meu pai?”**, eu não sabia. (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Beatriz também relata conflito e afastamento familiar por conta do trabalho,

A convivência dos meus pais nunca foi muito harmônica, **sempre houve muitos conflitos em casa, principalmente pelo meu pai ser muito ausente.** Ele é taxista, acho que ele é viciado em trabalho, então ele sai cedo e chega tarde. **Na minha infância eu não lembro muito do meu pai em casa, quando eu ia dormir ele ainda não tinha chegado, quando eu acordava, ele já tinha saído.** (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

O perpetrador de Beatriz foi um primo distante, que foi morar na casa de sua avó para estudar. A família de Beatriz morava ao lado dessa avó, e a deixava com ela para ir trabalhar. “Na época eu tinha entre quatro e cinco anos e ele, provavelmente, uns 15 ou 16 anos. Ele veio morar em São Paulo para fazer o Ensino Médio. **Minha avó, às vezes, deixava a gente brincando sozinhos e ele aproveitava esses momentos.**” (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

Em parte das entrevistas existe a afirmação de um relacionamento distante com os pais, pouco afetivo, mesmo nos casos em que a entrevistada considerava este um bom relacionamento. “Apesar de amar muita minha mãe, respeitá-la e me orgulhar muito dela por tudo que ela passou, **temos um relacionamento distante. Eu não tenho muita intimidade com a minha mãe, não tenho problema de ficar longe.**” (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Joana relata que já viveu situações difíceis e não pode contar com seus pais, em suas palavras ela já se sentiu “deprimida e sozinha”, pensando que os pais só se preocupavam com seus respectivos companheiros, então, **“Não iam se preocupar comigo porque estou me sentindo sozinha e abandonada, sabe? Então, já tive esses momentos de achar que não posso contar com ninguém.** (Chora e se emociona bastante).” (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Márcia sempre morou com os avós, apesar de ser filha única e dos pais morarem bem perto, a motivação segundo ela, é que eles trabalhavam demais, contudo, em seu relato, fica claro que a relação familiar sempre foi distante e autoritária, independente da questão do

trabalho. Ela já se cortou quando tinha cerca de nove a 10 anos. Os pais não ficaram sabendo, apenas a avó. Mas acredita que isso se deu pelo conflito que tinha com os pais.

Eu tentei me machucar, me cortei de propósito, quando eu tinha uns oito, nove anos, mas era muito mais porque eu tinha muito conflito com os meus pais e eu achava que tudo era horrível, que a minha vida era horrível, e eu não queria mais viver, não queria mais aquilo. Aquela vida não valia a pena...eu achava o ambiente muito hostil. Não gostava de nada. Tudo me incomodava e eu tinha um sofrimento muito grande. **Talvez até um sentimento de abandono que eu carreguei por muitos anos. Eu tinha muita raiva com relação aos meus pais, muita raiva.** Porque assim: sempre viajaram, sempre fizeram as coisas. Eles tiveram a vida deles. Eles viviam muito bem. Só que só eles. (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Relata que hoje em dia tem um relacionamento melhor com os seus pais, mas sempre foi um relacionamento muito difícil, pois eles são autoritários e, apesar de nunca estarem juntos, sempre gostaram de mandar. Em sua opinião, “[...] eles são muito autoritários, mas pouco acolhedores e protetores.”

Eu sempre tive um quarto montado na casa dos meus pais, com guarda-roupa, televisão, cômoda, computador, tudo, mas nunca foi usado. É um quarto que fica fechado, como se fosse, sei lá, **um filho falecido.** Quando eu cresci, o berço foi trocado por uma cama de casal, e assim ficou. [...] **Algumas vezes meus pais tocaram no assunto de que eu deveria ir morar com eles, mas era muito mais para exercer autoridade,** quando eles achavam que tinha alguma coisa que a minha avó estava fazendo que não estava do agrado deles, **do que por querer em si. Quando eu vou para Santos, nem sempre os visito.**” (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Para Nicole, o relacionamento com a mãe não é bom. Elas moram juntas, mas “[...] é uma guerra fria.”

Na minha casa com a minha mãe, eu sou a pior pessoa do mundo, eu sou a pessoa que sabe menos. Minha mãe é bem cruel com as palavras, ela não te poupa. Ela me proibia de comer chocolate, pois dizia que eu ia ficar gorda, minha mãe era assim. [...] O objetivo dela era não me deixar engordar para ficar esteticamente bonita, sempre foi esse o ponto. Faço terapia desde criança. [...] **minha mãe me batia muito e sempre me colocava de castigo por coisas banais.** Já meu pai batia quando coisas mais relevantes aconteciam, e conforme fui crescendo, minha mãe e eu contávamos para meu pai versões particulares da mesma história, fazendo com que meu pai tivesse que escolher em quem acreditar. Para eu apanhar do pai era só se minha mãe distorcesse completamente as histórias. (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Maria viveu sua infância e adolescência em intensa instabilidade familiar, presenciando, inclusive, situações de violência contra sua mãe. Ela via seu pai a cada 15 dias por determinação judicial. Seu pai queria a guarda das filhas, pois ninguém gostava do marido da sua mãe. Na audiência de guarda, as crianças falaram para o juiz que se a mãe se separasse do marido, elas ficariam com a mãe. A mãe acabou se separando, mas durou pouco tempo, e no fim, as crianças acabaram morando com os dois. Depois a mãe conheceu outra pessoa, e em pouco tempo o



novo namorado foi morar com elas. Esse namorado ficava dizendo que Maria e a irmã tinham que ir embora, e a mãe não as defendia, apenas ficava tentando contê-lo, pois ele ficava bem alterado e nervoso. Sua mãe lhes disse que preferia que elas fossem mesmo embora, e elas foram morar com seu pai.

**O primeiro namorado da minha mãe era uma pessoa muito agressiva e autoritária,** sempre a palavra final tinha que ser dele. **Ele e a minha mãe brigavam muito e ele a violentava fisicamente,** nunca aconteceu na minha frente. Minha mãe chegou a denunciar ele, a família toda se envolveu para ajudar ela, mas no fim ela acabou voltando com ele. Ela sempre acaba voltando. O fato dele começar a passar noites fora de casa pesou na decisão da minha mãe de se separar, definitivamente. Ela descobriu que ele a traía. Traiu várias vezes. **Em nenhum momento nós éramos prioridade.** Apesar da gente sempre conversar com a minha mãe a respeito dele, a verdadeira motivação para a separação foi o incômodo com a traição. Ele nunca foi agressivo com a gente. O atual namorado dela tem esquizofrenia e não faz tratamento, ele não aceita se tratar, além de beber bastante. Ele também já bateu na minha mãe, tendo que a polícia intervir. Eu, minha tia e a minha madrinha chamamos a polícia para entrar na casa dela, que estava toda machucada depois ter apanhado dele. Ela diz que se separou, mas meu namorado a viu no supermercado com ele, ao ver ela no supermercado com ele, meu namorado partiu para cima dele e teve que ser tirado do local por seguranças. Não sei por qual motivo que fui morar com a minha avó, lembro apenas que na época da separação da minha mãe fui também passar uns meses com a minha avó. Morei com ela em 2000 e depois voltei para fazer o ensino médio. (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Percebe-se que Maria cresceu em um ambiente no qual a violência física esteve sempre presente. Ela relata que no prédio em que moraram havia rumores sobre o primeiro marido da mãe ser pedófilo — o seu perpetrador. “Não sei ao certo o que motivou esse comentário dos vizinhos. Inclusive, uma vez, colocaram em baixo das portas dos apartamentos uma carta dizendo para tomarem cuidado com as crianças do prédio, e citando o nome dele. Mesmo assim, nunca nada foi feito.” (ENTREVISTA 8 — MARIA). Não houve nenhuma denúncia, e nem mesmo a mãe de Maria tentou entender melhor a história.

Larissa sofreu violência sexual por parte de seu padrasto. Sua mãe soube e permanece casada com seu perpetrador. Ela tentou se separar, mas não conseguiu e voltou com o marido que havia ficado com os filhos — que choravam diariamente pedindo para ela voltar, “[...] então, ela não conseguiu, ela voltou. Eu até entendo ela, hoje em dia eu acho que o que eu tenho de mágoa é isso. Eu tento não ficar cutucando essa ferida, mas eu acho que uma coisa que eu preciso resolver ainda é isso: de não entender como uma mãe consegue. (ENTREVISTA 11 — LARISSA) Larissa se pergunta se a mãe acredita nela, pois não consegue entender como ela pôde voltar ao relacionamento com seu violentador. Ao mesmo tempo relata que já chegou a

presenciar a mãe e o padrasto transando na sala, e que a mãe sabia que o padrasto tinha atitudes execráveis.

Eu já cheguei a acordar de madrugada e ele e minha mãe estarem transando na sala, então, eu tinha consciência dessas coisas já, e acho que amadureci muito rápido pela minha história de vida, minha mãe ser muito nova, eu tinha que me virar, então, eu tinha consciência sim. No começo tinha medo de contar, mas depois quando fui crescendo passei a ameaçar ele, eu dizia "*eu vou falar para o meu pai; sai daqui*". **O marido da minha mãe é um depravado, o banheiro da minha casa não tinha chave, e ele entrava enquanto eu estava tomando banho, não sei se a minha mãe não percebia ou se achava aquele comportamento normal. Várias vezes eu estava lavando a louça e ele chegava e batia na minha bunda. Ele tinha um binóculo em casa e ficava, da janela do apartamento, observando a intimidade dos vizinhos.** (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Júlia não teve nenhum apoio dos pais quando contou a eles que seu tio idoso, marido de sua tia, a agarrou a força. A ação dos seus pais a fez desconfiar se realmente a violência aconteceu. “Não tive nenhum apoio dos meus pais, eles falaram que eu só queria arrumar problema. **No começo achei que estava doida, me questionei se realmente tinha passado por aquilo, se era realmente violência, ou se estava aumentando muito.**” (ENTREVISTA 12 — JÚLIA). Um belo exemplo de como as violências sexuais podem ser naturalizadas pela criança e o/a adolescente caso as pessoas a sua volta não manifestem indignação e acolhimento à revelação.

A mãe de Amanda é descrita como fria e afastada, alguém que sempre trabalhou muito. Refere-se ao padrasto como alguém abusivo e controlador, que a desagradava profundamente. Seu padrasto saiu de casa há alguns anos, mas ele e a mãe ainda estão juntos. “Algumas conversas que ele tinha eu acho que não cabiam para a nossa idade, às vezes ele queria passar a mão, em algumas brincadeiras ele passava a mão, quando eu estava doente, ele queria ficar lá comigo e com a minha irmã no quarto.” (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

E a minha mãe nunca ligou para isso. Quando eu ou a minha irmã tínhamos dor de barriga ou nas pernas, ele queria ficar fazendo massagem. Ele queria que a gente fizesse massagem nele nas costas, minha mãe não, sempre era eu e a minha irmã; ele queria que a gente ficasse no quarto junto com ele com a luz apagada, e eu nunca gostei. (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Os cuidadores não pensam que a violência possa vir de dentro da família e não acreditam que o perpetrador possa repetir a violência com outras pessoas. É mais fácil imaginar que sua filha teve um devaneio, ou que está aumentando as situações, do que admitir a violência sexual e lidar com suas consequências. A avó de Márcia era cuidadosa com estranhos, e sua neta sofria violência por parte do primo, dentro da casa de seu tio, um dos únicos lugares que a avó a deixava ir.

Quando eu era pequena, por volta dos sete anos de idade, meu tio, irmão da minha mãe, sempre me levava para casa aos finais de semana. Esse tio era casado e tinha dois filhos, na época com 14 e 15 anos. **Meu tio me levava para sua casa pois achava que eu ficava muito sozinha. Ele falava: “[...] não brinca na rua porque a vó não deixa ir para a rua, não vai para a casa de ninguém porque a avó não deixa”.** Minha avó sempre foi assim mesma. (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Na imaginação de Márcia o primo não repetiu ou repete isso com os filhos, sobrinhos ou outra pessoa. **“Porque hoje, ele tem três filhos e tem dois sobrinhos. Um dos sobrinhos... ele cuida do menino com maior... Ele cuida muito bem dos filhos, ele se preocupa e cuida muito bem do sobrinho. E cuida mesmo... Não me parece ser uma pessoa ruim.”** (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA). Percebemos em sua fala traços dos sentimentos ambíguos, pois por considerar que ele é atencioso com os filhos e sobrinhos, acredita que ele não possa violentá-los, o que sabemos que é equivocado. Ela mesma disse que quando era pequena o mesmo primo era muito divertido, que eles brincavam e que ele a tratava bem em outros aspectos, comportamentos concomitantes a violência sexual que praticava contra ela. Notamos também que Márcia repetiu, na mesma frase, a palavra “cuidar” várias vezes, ao afirmar que não acredita que essas crianças estejam sendo vitimizadas sexualmente, quase como se tentasse se convencer de sua própria afirmação.

Destacamos a história de Cláudia, que contou à mãe que seu padrasto havia se masturbado e assistido filme pornô ao seu lado, enquanto ela dormia. Ter contado imediatamente para a mãe talvez tenha sido determinante para impedir que a violência continuasse, pois este foi o único episódio. Ainda assim, sua mãe continuou casada com o padrasto. “Eu lembro muito pouco, mas acredito que a rotina da casa mudou um pouco após o que aconteceu, minha mãe e ele passaram a me buscar muito mais tarde na casa da minha avó, eles esperavam a minha mãe chegar para poderem me pegar, para não ficar mais sozinha com ele.” (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Apesar de não ter, na época, uma relação muito próxima com a minha mãe, nós conversávamos e eu sabia que podia contar com ela. Além disso, tinha consciência de que aquilo não poderia ter acontecido, a noite quando ela estava em casa, ela me colocava para dormir. E eu contava coisas do meu dia, contava o dia inteiro para ela. Então, eu contei, eu sabia que aquilo não deveria ter acontecido. Em nenhum momento passou pela minha cabeça que a minha mãe poderia não acreditar em mim, não tinha essa desconfiança. (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Segundo a literatura as famílias de indivíduos violentados sexualmente são descritas como caóticas, violentas, com alto nível de conflitos, pais separados, pobre vínculo emocional entre os integrantes e presença de psicopatologia em algum dos pais, como abuso de drogas ilícitas e/ou álcool. (CASSIDY, HURREL, 1995; ALAGGIO, 2010; SANTOS, 2010)

Contudo, estas características não podem ser tratadas como fatores determinantes da violência sexual, mas como indicativos possíveis de um terreno propício para a ocorrência de violência sexual contra suas crianças e adolescentes. São elementos que favorecem e/ou propiciam a violência sexual contra crianças e adolescentes. Nestas famílias não é incomum que, além das crianças, outra pessoa, na maioria das vezes a mãe, também seja vítima de violência, tornando a revelação ainda mais difícil e assustadora. (HÉRBERT et. al. 2009)

Para Landi (2019, p. 107),

Pais que estabelecem uma relação afetuosa, de acolhimento, mas ao mesmo tempo monitoram as atividades dos filhos, participam ativamente do seu dia a dia, estabelecem regras e limites bem claros, que deixam bem definido as consequências decorrentes de seus atos, como é o caso dos pais que se utilizam de monitoria positiva, contribuem para que a criança e o/a adolescente desenvolvam maior autoconfiança, autonomia e adquiram ferramentas para enfrentar possíveis dificuldades e contratempos, além de ter maior autoestima, contribuindo como fatores protetores para comportamentos de risco, inclusive, quanto ao risco de violência sexual. Em contrapartida os estilos parentais ditos não protetores, contribuiriam para uma maior insegurança, menor autoconfiança e autoestima, além de favorecer comportamentos de risco e aumentar a vulnerabilidade para a ocorrência de violência sexual.

Uma parentalidade protetora e afetiva, com vínculos emocionais fortes entre pais e filhos, é uma forma de prevenção e redução de danos sobre a violência sexual, facilitando a revelação e a recuperação da vítima.

Ressaltamos a responsabilidade do Estado, principalmente no que diz respeito a garantia de educação e moradia estabelecidos tanto na Constituição Federal, quanto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Se as crianças deste estudo estivessem matriculadas em uma escola de tempo integral, talvez não estivessem expostas a possíveis violências na casa de parentes. E se nessa escola houvesse educação sexual, saberiam que o que estavam passando era violência sexual.

No único caso em que a justiça impediu que a violência sexual continuasse a ocorrer, a criança foi retirada da convivência da família, o que a revitimizou, segundo seu relato. O mais correto para preservar o interesse da criança seria oferecer um imóvel ou um auxílio aluguel, para que a família continuasse unida e se recuperasse da violência sofrida.

Para Azevedo e Guerra (1988), um aspecto interessante a ser observado em relação a violência sexual intrafamiliar é a responsabilidade da mãe.

A mãe é vista como fraca e incapaz de proteger os filhos, é acusada de abdicar de suas responsabilidades maternas, de não prover seus filhos com informações de que eles necessitariam para se proteger, de não lhes proporcionar uma adequada supervisão. Em nossa cultura, a mãe é responsável por tudo que acontece na família. Se ela, porventura, sabe do evento e não diz por medo, ela é acusada de não ter garantido a proteção de

seu filho. Se ela não sabe e, logo não pode contar, é acusada de não saber. É como se ela tivesse que estar pageando cada passo dos filhos dentro do próprio lar. Finalmente, se ela descobre e denuncia, é acusada de ter destruído a família. Na verdade, imputa-se a mãe a responsabilidade de cuidar de tudo sozinha. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 99)

Este discurso de culpabilização da mãe é mais um dos desvios de responsabilidade no caso da violência sexual. Para as autoras é hora de pensar como Butler, que afirma que “[...] as famílias não violentam sexualmente as crianças. São os homens que o fazem [...]”, na maioria dos casos. (BUTLER apud AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 100)

Os homens são os principais autores das violências sexuais contra crianças e adolescentes. Isto pode ser reflexo da afirmação de uma identidade masculina caracterizada pelo uso da força, amostras de virilidade e exercício de poder. É fundamental a ascensão de novas formas de masculinidades que extrapolem este padrão e permitam a manifestação de diversas identidades possíveis. (MINAYO, ASSIS, 2017)

Nas palavras de Saffioti (1989), sobre as condições de proteção familiar sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes:

Quanto mais dominada for a mulher, mais difícil lhe será reunir as forças necessárias para proteger sua ninhada dos ataques do macho. Muitas denunciam o agressor. Mas ter coragem para tanto pode ser resultado de anos de convivência com o incesto pai-filha ou padrasto-enteada. A destruição do patriarcado coibiria tais abusos, porque a mulher adulta seria socialmente igual ao homem adulto. Logo, a mãe estaria capacitada a defender sua prole. Porém, e a criança que, neste sistema, deve ser domesticada para se transformar em força de trabalho dócil? Creio que valerá a pena atacar a própria simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, na tentativa de forjar novos valores e novas relações sociais. Se os valores contiverem a igualdade social entre homens e mulheres, entre brancos e negros e o respeito pelo ser humano de qualquer idade, a balança nas relações sociais tenderá a pensar mais do lado do afeto que do poder. Neste novo contexto, talvez os adultos não tenham necessidade de destruir seu próprio produto. E o abutre dará lugar ao ser humano. (SAFFIOTI, 1989, p. 21)

## 4.2 CULPA E MEDO

Frequentemente a culpa e o medo aparecem nos relatos das entrevistadas, que sentem culpa pelo que lhes ocorreu, pelas atitudes que tomaram, ou deixaram de tomar, medo pelo que pode acontecer com sua família ao revelar a violência sexual, culpa pelos sentimentos ruins que os outros familiares vão sentir, inclusive, pelas consequências que o perpetrador terá que enfrentar caso a violência seja revelada.

Beatriz contou a uma prima sobre a violência que estava ocorrendo, e após a ira de um dos seus primos, começou a achar que não era bom contar às pessoas e ter de lidar com sua reação. Ela se sente culpada pelo retorno de seu perpetrador para a sua cidade natal. **“Eu acho que fiquei me sentindo meio culpada de fazer meu primo voltar para o Rio de Janeiro, não terminar de estudar, então de certa forma eu não queria ter prejudicado ele.”** (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

Notamos como a culpa que sente a vítima a faz buscar justificativas em seus próprios comportamentos para as situações de violência. Joana atribui a violência que viveu a uma proximidade com o padrasto, ela confiava nele, afirma que eram próximos: **“eu conversava muito com ele sobre tudo, aí eu acho que ele teve uma abertura errada, entendeu alguma coisa errada. Nós éramos bem próximos.”** (ENTREVISTA 1 – JOANA) Observando além das palavras propriamente ditas, Joana acredita que algo em seu comportamento passou alguma mensagem errada, se responsabilizando em parte pela violência que viveu. Ela sente culpa.

Para Azevedo e Guerra,

Além das ameaças, o agressor a faz, muitas vezes, sentir-se culpada, envergonhada como se ela houvesse provocado o fenômeno, dando-lhe a impressão de que será estigmatizada à medida que revele os fatos. Muitas vezes a vítima rompe a barreira do silêncio, mas defronta-se com descrédito dos adultos quanto a sua palavra. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 43)

Parte da mágoa de Joana sobre o marido de sua mãe a ter violentado, reside no fato de que ela confiava nele no início do relacionamento. Isto é comum na violência sexual intrafamiliar, que o violentador conquiste a confiança da vítima como forma de criar as situações propícias para as violências ocorrerem, e de fazer com que ela duvide de suas verdadeiras intenções, se confundindo sobre o que está de fato ocorrendo, criando a dúvida sobre a violência poder ser apenas uma atitude carinhosa, e guardando o segredo para si, pois existe a incerteza sobre o ocorrido e o medo do julgamento precipitado.

É impressionante como acreditam que a menor e mais inocente de suas ações possa provocar um estupro. Essa certeza vem da cultura do estupro que atribui às mulheres a responsabilidade de se proteger de um estupro, e não ao homem o imperativo de não estuprar.

Quem já não ouviu o dito popular “segura as suas cabritas, porque os meus bodes estão soltos”, que se refere à liberdade do macho, bode, em detrimento da fêmea, cabrita, que deve ser presa para não ser estuprada, já que os “bodes estão soltos”.

**Na infância, eu me culpava pelo que acontecia, achava que pelo fato de ser bem feminina, usar top, roupas curtas, isso estimulava meu avô a ter esse comportamento. Ao longo do tempo e até hoje eu mudei a maneira de me vestir, não compro mais nada assim, não uso maquiagem, não faço nada que remeta a alguma visão sexual para mim, eu tento, mas é muito difícil porque a partir do momento em que eu vejo as pessoas olhando de uma forma diferente, eu já fico com medo.** Eu não sei se isso é algum trauma, mas eu fico com muito receio. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

A cultura do estupro faz com que as vítimas se sintam culpadas por não terem se protegido da violência sexual, mesmo que sejam crianças pequenas, já são capazes de se envergonhar da violência que viveram e manterem isso em segredo, motivadas pela culpa e pelo medo do julgamento familiar: “[...] eu não queria contar para ninguém, não queria que ninguém soubesse. **Acho que eu também não contava para ninguém para não acharem que eu era culpada daquilo.**” (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Ingrid descreve que não contou a ninguém por falta de maturidade e por medo, por não entender que poderia contar e ter repercussões melhores. **“Começou muito cedo e eu não consegui, fiquei calada e acabei com medo de ser julgada por não ter contado antes, medo das pessoas falarem: ‘então você estava gostando né’.**” (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Também existe o medo da reação familiar que vai lhe culpar e punir, como Jéssica, que temia que sua mãe fosse brigar com ela se soubesse.

**Acho que não contei para minha mãe pois achava que ela ia brigar comigo.** Eu tinha muito medo e não sabia o que falar. Não sabia como dizer. Eu tinha consciência de que o que ocorria era estranho, não deveria acontecer, **mas me sentia culpada de ter aceitado ir com ele ao banheiro, por exemplo, me responsabilizando de certa forma por estar vivendo aquela situação.** (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Larissa se sente culpada por ter complicado a vida da mãe com a revelação. Seu pai quer que o marido da mãe seja punido, mas para Larissa o sentimento é mais confuso, pois apesar de ter se mudado para a casa do seu pai, sente muita saudade da mãe: “[...] era exatamente esse sentimento, **eu me sentia super culpada,** porque o casamento da minha mãe deu aquela... a vida dela, e eu me sentia muito culpada por tudo isso. (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Nicole, além de achar que ninguém acreditaria nela, teme o descrédito e a culpa que sua mãe poderia fazê-la sentir. A revelação: “[...] se tornaria um ponto negativo para mim, entendeu? Eu consigo imaginar minha mãe falando, **‘você deve ter seduzido ele, com 4, 5 anos’**,

*‘você já era assim com 5 anos, por isso que eu te coloquei na terapia e a terapia não resolveu’*”. (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

O grande medo de Maria era a mãe se sentir culpada. Neste momento de sua história ela se emocionou muito e começou a chorar, foi necessário dar uma pausa no relato para ela tomar uma água, pois falar sobre o possível sentimento de culpa da mãe mexeu muito com ela. “Quando eu percebi, quis muito contar para alguém, mas **ficava preocupada com o fato da minha mãe poder vir a saber e se culpar pelo ocorrido. Não queria que minha mãe soubesse.**” (ENTREVISTA 8 — MARIA)

O medo de ser desacreditada é constante. Ana contou à mãe quando era criança e ela não acreditou, anos depois contou novamente e relata que:

E eu lembro que nesse dia que eu fui contar para minha mãe eu chorava, desesperada. Chorava e chorava... **como se eu fosse culpada, sabe? Eu me sentia culpada disso.** Apesar de não ficar incomodada tanto quanto antes, isso ainda me incomoda. **Minha mãe ao ouvir a história, ficou bem mal, ela ficou revoltada, também chorou bastante, se sentiu culpada porque na época eu contei para ela e ela não acreditou em mim.** Assim, ela ficou muito mal mesmo. Mas, infelizmente, não tinha o que fazer. Já tinham se passado anos, não tinha como ir a uma delegacia, não tinha como fazer nada. A gente não sabe nem mais onde ele está. Então não tinha muito o que fazer. Mas minha mãe ficou bem... bem decepcionada. Se sentiu bem culpada. (ENTREVISTA 9 — ANA)

Contar para a mãe e ser acolhida tirou um “peso de cima” de Ana e minimizou seu sentimento de culpa. Ter compartilhado sua história com alguém que a acolheu foi importante para perceber que nunca foi culpada de nada. A validação do sentimento de sofrimento pelo outro, no caso pela família, é fundamental para superar as consequências das violências sexuais. Existe um sentimento de reparação na compreensão e acolhida dos outros familiares.

Eu acabei me sentindo um pouco melhor depois de contar, como se tivesse tirado um peso de cima de mim. Porque parecia que era um segredo que eu estava guardando, e quando eu contei, me senti mais aliviada, sabe, de ter compartilhado isso com alguém e ter visto que não foi minha culpa. Porque a gente acaba se sentindo culpada, mas não tinha como, eu era criança, não sabia o que estava fazendo e... aí eu me senti melhor. (ENTREVISTA 9 — ANA)

Por fim, Júlia se refere à dor que sentiu, comparando-a com um desejo de morte, por ser desacreditada por sua tia, mulher de seu violentador. Elas eram muito próximas e Júlia sempre acreditou que a tia a protegeria em uma situação assim, contudo, não foi o que ocorreu.

Ela era muito próxima e achava que me protegeria frente a uma situação como essa. Voltamos a conversar sobre o assunto quando estávamos sozinhas, eu tive vários embates com ela, estávamos conversando sobre pessoas que a gente confia na família, e eu falei em quem eu confiava, e ela falou “*Por que você não confia em mim?*” e eu falei “*Porque quando eu mais precisei de você, você simplesmente virou as costas para mim*”. Mas aí ela perguntou “*Mas o que é violência para você?*” e ela falou “*Você sabe que você destruiu meu*



*casamento, né?” “Você não pode falar isso para ninguém” e eu falei “Então, agora eu vou ser silenciada por uma coisa que um cara fez, olha o que você está me pedindo... vítima você não questiona, você acolhe, e você não sabe acolher, você não pergunta se ela está falando a verdade”. É muito doloroso, e quando alguém te questiona, que te silencia, é horrível, é o fim, você quer morrer. Você não quer mais que a sua existência seja verdade. (ENTREVISTA 12 — JÚLIA)*

Para Azevedo e Guerra, em seu clássico *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder* (1989), a vitimização, enquanto violência interpessoal, “[...] é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões deste.” (AZEVEDO, GUERRA, 1989, p. 26)

Como, porém, a violência interpessoal constitui uma transgressão (mais ou menos consciente) do poder disciplinador do adulto, ela exige que a vítima seja “cúmplice”, num “pacto de silêncio”. [...] Portanto, a vítima tem restringida não apenas sua atividade de ação e reação como também sua palavra é cassada e passa a viver sob o signo de medo: medo da coação, medo da revelação... (AZEVEDO, GUERRA, 1989, p. 35)

Segundo Saffioti (1989), sobre a incredulidade dos adultos nas revelações das crianças,

Esta atitude por parte da maioria dos adultos – a incredulidade – inibe a quase totalidade das iniciativas das crianças no sentido da denúncia de seus agressores. Desta sorte, a incredulidade - verdadeira ou pretensa - dos adultos obriga a criança a se tornar cúmplice de seu agressor. E a partir do estabelecimento da cumplicidade aparecem a vergonha, a depressão, a destruição da autoestima. (SAFFIOTI, 1989, p. 78)

Segundo as autoras, a vitimização não costuma ser um ato isolado, mas um processo que se prolonga às vezes por anos, a vítima passa a viver uma situação típica de um estado de sítio, “[...] em que sua liberdade — enquanto autonomia pessoal — é inteiramente cerceada e da qual só se resgatará, via de regra, recuperando o poder da própria palavra, isto é, tornando pública a violência privada de que foi vítima.” (AZEVEDO, GUERRA, 1989, p. 36)

### 4.3 ADULTOCENTRISMO

Nos casos expostos acima existe um padrão precursor de desproteção das crianças e adolescentes, por parte dos pais, que os fazem acreditar que seriam responsabilizados caso a violência sexual viesse à tona. Segundo Saffioti (1989), a sociedade ocidental é androcêntrica e adultocêntrica. Para Azevedo e Guerra, “[...] tanto num caso quanto no outro, estamos diante de uma relação de *poder*, caracterizada num *pólo* pela *dominação* e no outro pela *coisificação* (resultante e complementar).” (AZEVEDO, GUERRA, 1989, p.50)

Crianças e adolescentes são comumente considerados culpados por tudo que acontece ao seu redor, o comportamento violento do adulto, punitivo sobre uma xícara que se quebra, por exemplo, cria um clima de desconfiança para a criança e a adolescente, que não tem certeza se pode contar com o adulto para acolhê-la. “[...] mesmo tendo um bom relacionamento com minha mãe, preferi não contar para ela. **Eu acho que eu tinha medo porque eu achava que ela ia me repreender de alguma forma, então, sei lá, eu achava que ela ia brigar comigo.**” (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

**Tinha medo de que minha mãe brigasse comigo ou mesmo me batesse.** Acho que minha mãe era brava, não sei. Sabe, assim, quando eu brigava com meu irmão era sempre culpa minha, porque eu era mais velha, **quando acontecia alguma coisa, fazia alguma coisa errada, a culpa era minha.** (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

A tradição familiar de culpar crianças e adolescentes por tudo de errado que acontece à sua volta, acaba por convencê-las de que o adulto nunca é culpado pelas atitudes que toma. Quando pais gritam e batem em uma criança por algo que foge ao seu controle, por exemplo, quando quebrou um copo, quando se machucou enquanto corria, ou por algo que aconteceu ao irmão/irmã mais novo, a criança e o/a adolescente não sabem que não têm culpa da reação dos pais, pois considera que eles estão sempre certos e que, portanto, ela está errada, ela provocou a reação deles. Padrões de parentalidade deste tipo criam estigmas difíceis de se desfazer no inconsciente dos indivíduos. A pouca confiança da criança e da adolescente nos adultos ao redor pode ser motivo da não revelação.

Jéssica relata de maneira muito significativa o que a autoridade do adulto representava para ela.

**Minha mãe, de uma certa forma, sempre criou meu irmão e eu para sermos muito educados. Não, era não. Se ela mandasse fazermos alguma coisa, a gente obedecia, simplesmente fazíamos, nunca questioneei minha mãe...então sei lá, acho que eu podia ter feito alguma coisa, ter esperneado, ter chorado, ter gritado, ter saído do banheiro, só que era uma pessoa me mandando fazer alguma coisa e ele era mais velho...figura de autoridade.**

**Ele nunca me ameaçou, apenas pedia para eu não contar.** (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Em muitos casos o perpetrador não precisa usar de violência física para calar as vítimas: “Não me recordo se ele pedia para não contar o que acontecia, eu sabia que não podia contar, que as pessoas não podiam saber.” (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Para Saffioti (1989),

O adulto em geral, independentemente de seu sexo, detém poder sobre a criança. Quer se trate de pai ou mãe, de avô ou avó, independentemente do grau de correção de suas ordens e argumentos, a criança deve submeter-se aos desígnios dos adultos. Muitas vezes a criança tem suficiente discernimento para verificar a incorreção da ordem que lhe dá o adulto. Todavia, segundo as normas sociais, não lhe cabe discutir tal ordem, uma vez que o adulto pode não ter razão, mas tem sempre autoridade. Quando a criança ousa perguntar o porquê da ordem que recebe, ouve, geralmente, o seguinte: “porque sou sua mãe”, “porque sou seu pai”. Na verdade, o adulto não apresenta argumentos de ordem racional, mas argumentos de autoridade. (SAFFIOTI, 1989, p. 50)

Os perpetradores contam com a pouca credibilidade da criança e da adolescente perante sua família, contam com o patriarcalismo e com o adultocentrismo que os privilegiam, contam com a cultura do estupro que culpa as mulheres pelas violências sexuais que sofrem, contam com o desconhecimento da vítima sobre as situações de violência, e com o desinteresse dos representantes do poder público, fingem que nada está acontecendo e tratam as vítimas com carinho e respeito perto dos demais: “Ele nunca me ameaçou, simplesmente pedia para eu não contar. Na verdade, ele me tratava muito bem [...] Ele não ameaçou. Eu nem lembro se ele chegou a falar muitas vezes. Lembro que, no começo, nas primeiras vezes, ele falou. Depois, não comentou mais nada.” (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Amanda relata que seu padrasto estava acima de qualquer suspeita para sua família, pois: “Ele é muito carinhoso, extrovertido, quando está na presença da família. É uma pessoa muito agradável, que faz amizade facilmente, o que faz todos gostarem dele. Ele agia diferente na presença dos familiares, por isso nunca ninguém desconfiava do comportamento malicioso dele.” (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Para Saffioti (1989), o processo de vitimização sexual tem suas raízes numa ordem social injusta, na qual as relações sociais são transpassadas pelo poder.

Rigorosamente, a dominação-exploração de muitos por poucos, das classes subalternas pelas classes dominantes, não constitui o único princípio estruturador das relações sociais. Na sociedade ocidental em geral e na brasileira em especial estão presentes mais dois sistemas de dominação-exploração, a saber: o patriarcado, que legitima a assimetria das relações de gênero, a subordinação-exploração formam um nós górdio, apresentando uma lógica distinta da lógica que presidiria cada um destes sistemas

separadamente. E a questão racial. [...] Neste universo conceitual, *o poder define-se como macho, branco e rico*. (SAFFIOTI, 1989, p. 16)

Segundo Saffioti, o poder deteriora as relações sociais pois as relações de poder revelam a desigualdade social entre seus protagonistas. “Crianças são consideradas socialmente inferiores aos adultos, mulheres socialmente inferiores aos homens, negros socialmente inferiores aos brancos, pobres socialmente inferiores aos ricos.” (SAFFIOTI, 1989, p. 18)

Nas relações de gênero, os homens são os dominadores e as mulheres, as dominadas, geralmente. Nas relações entre adultos e crianças são os primeiros que ditam as regras. Desta sorte, segundo esta pedagogia da violência que domina a sociedade brasileira, criança que não obedece ao adulto, não apenas pode, mas deve ser espancada. E “não é de pequeno que se torce o pepino”? Não há combinatória capaz de tirar a criança da última posição na escala de poder. (SAFFIOTI, 1989, p. 20)

Para Guerra e Azevedo (1989), a história social da infância tem se encarregado de mostrar que as relações familiares são de natureza assimétrica. “São relações hierárquicas, adultocêntricas, porque assentadas no pressuposto do poder do adulto (maior de idade) sobre a criança (menor de idade). A vitimização — enquanto violência interpessoal — constitui uma exacerbação desse padrão.” (AZEVEDO, GUERRA, 1989, p. 05)

Observando-se a família e a sociedade em geral, verifica-se que há uma hierarquia entre categoria de sexo e faixas etárias. Ou seja, o homem domina a mulher que, por sua vez, domina a criança no dia-a-dia, criando uma auréola em torno do homem. Em virtude disto, o homem tem seu poder aumentado face à criança e, ao fim e ao cabo, também tem relação à mulher que o endeusa. Assim, torna-se clara a hierarquia: o homem adulto é o mais poderoso, e a criança é destituída de qualquer poder. À mulher se concede o direito de dominar crianças, já que a sociedade lhe atribui a função de socializar as gerações imaturas. (SAFFIOTI, 1989, p. 51)

O adultocentrismo é uma prática social que pressupõe o poder dos adultos sobre as crianças e os/as adolescentes, a socialização da criança e do/da adolescente está permeada pelo exercício de pequenos poderes dos/das adultos(as) em relação à sua liberdade, seus corpos, seu comportamento. A responsabilidade do adulto perante a criança, em criá-la e protegê-la, contamina-se facilmente pela síndrome do pequeno poder, hierarquizando os sujeitos nesta relação.

Face ao exposto, não será difícil verificar que as categorias sociais subalternas são, no Brasil, constituídas por mulheres, negros, pobres e crianças. Nesta hierarquia, o último lugar é ocupado pela mulher negra, pobre e criança. No topo desta escala de poder está o macho branco, rico e adulto. Exatamente em virtude da alta concentração de renda em poucas mãos, são pouco numerosos os homens a desfrutar deste poder que denominarei de *grande poder ou macropoder*. Os detentores deste grande poder podem submeter qualquer pessoa menos bem situada nesta hierarquia. Mas se a vitimização de crianças dependesse apenas do exercício do macropoder, o número de vítimas seria, certamente, menor. A vitimização de crianças constitui fenômeno

extremamente, disseminado exatamente porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, sem deixar de aspirar ao grande poder. Em não se contentando com a pequena fatia de poder e sentido necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja, apresenta a *síndrome do pequeno poder*. (SAFFIOTI, 1989, p. 17)

Para Saffioti (1989), as categorias sociais contra as quais se exerce o pequeno poder são muito díspares. “À síndrome do pequeno poder do homem estão sujeitas amplas categorias sociais: mulheres, crianças, homens ocupando posições subalternas. Por se tratar de fenômeno quantitativamente mais importante, a síndrome masculina do pequeno poder tem consequências mais graves.” (SAFFIOTI, 1989, p. 18). Na análise de Saffioti, subjacentemente ao fenômeno da síndrome do pequeno poder, habita a ideia de que toda criança deve submeter-se aos desígnios do homem adulto. “Esta sujeição deve ser mais rigorosa no caso da menina, a fim de que ela não coloque em xeque a dominação masculina.” (SAFFIOTI, 1989, p. 18)

Contudo, é preciso cuidado para não a entender como resultado de características pessoais negativas. “Sua natureza não é individual, mas social. A estrutura social fornece todos os elementos para ocorrência da síndrome do pequeno poder, respaldando amplamente seu protagonista.” (SAFFIOTI, 1989, p. 19)

#### 4.4 VÍTIMAS PARALISADAS E O SENTIMENTO DE IMPOTÊNCIA

A seguir alguns trechos onde observamos que as vítimas se descrevem como paralisadas e com sentimento de impotência, relatando que não sabiam o que fazer no momento da violência sexual. “[...] eu fiquei tipo lá, **não sabia o que fazer**. Depois ele me puxou para o sofá e pôs minha mão dentro da cueca dele e estava passando a mão em mim lá. Eu lembro que eu fiquei com a mão bem fechada assim, em algum lugar, **porque eu não tinha o que fazer** [...]” (ENTREVISTA 1 — JOANA) Abaixo Joana falando sobre o marido de sua mãe, seu agressor:

Isso começou a acontecer quando eu tinha 15 anos, teve uma vez em que estávamos eu e ele na casa. Aí eu estava no computador e ele foi lá passar no quarto... começou a massagear os meus ombros, aí **eu fiquei meio que sem reação e fingi que nada estava acontecendo**, continuei mexendo no computador. Aí ele começou a descer a mão... até uma hora que ele queria tipo tirar minha calça. Aí **ele viu que eu estava meio que paralisada**, aí ele perguntou para mim: “você quer que eu faça isso? ”, aí eu falei: “não”, aí ele falou: “você nunca mais quer que eu faça isso? ”, eu falei: “não”. E daí ele parou”. Mas ele não parou completamente. (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Jéssica relata: “Acho que uma vez o encontrei na rua (o perpetrador), eu lembro que eu olhei para a cara de uma pessoa que parecia muito com ele e **eu paralisei, eu paralisei, eu não conseguia andar, até ele ir embora.**” (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

A questão sobre as vítimas travarem, se sentirem paralisadas, acharem que não tem saída para a situação, não saberem o que fazer e como reagir, pode estar relacionado ao peso da relação familiar, nos casos intrafamiliares, e à falta de informações sobre a possibilidade de a violência sexual ocorrer por parte das pessoas em quem se confia, e como proceder nestes casos. Ao que parece, muitas vítimas sentem-se sem escolhas, com sentimento de impotência, talvez pelo fato de os corpos das mulheres historicamente não serem percebidos como suas propriedades, como também ocorre com os corpos das crianças e dos/das adolescentes.

A família (pais e maridos), inclusive embasada pela legislação brasileira, já possuíram mais direitos sobre estes corpos do que os sujeitos que os sustentam. Me refiro a duas leis especificamente: a primeira, que recentemente tornou crime a agressão física na educação de crianças e adolescentes, aprovada no Brasil apenas em 2014, pelo Senado, depois de mais de uma década de tramitação, enfrentando a opinião pública e a cultura dos castigos físicos na educação familiar, Lei menino Bernardo, nº 13.010/2014, apelidada de Lei da Palmada; o que chama atenção nesta lei é seu pouco tempo de existência, comprovando que no consciente coletivo é naturalizada a violência física contra crianças e adolescentes; e a segunda lei, ainda um mito do direito, apesar de extinta, vigorou no Código Penal entre 1890 a 1940, no artigo 27, que poderia atenuar crimes cometidos por pessoas em momentos de estado emocional alterado,

amplamente empregada para defender maridos que cometiam violências contra suas esposas, namoradas e afins, justificadas pela interpretação de vários juristas como crimes de legítima defesa da honra, por esta lei e pelo alto índice de feminicídio no Brasil, podemos concluir que existe no inconsciente coletivo social a noção de que os corpos das mulheres pertencem mais ao homem que sustenta uma relação próxima com ela, do que a ela mesma.

No trecho abaixo percebemos o sentimento de impotência que acompanha a falta de reação da vítima. Joana não acredita que a mãe a protegeria se soubesse a verdade, se preocupa mais com as perguntas que a mãe faria a ela caso desconfiasse do que estava acontecendo, do que com sua própria segurança.

Depois disso eu fiquei meio que afastada dele, **porque minha reação é me manter longe**. Aí teve uma vez que a gente estava assistindo filme no quarto deles e eu peguei no sono. Só que eu estava na ponta da cama de casal e acho que minha mãe estava no meio e ele do outro lado... meio que dei uma acordadinha assim, já estava todo mundo dormindo e ele estava no meio da cama. **Aí eu senti ele me apalpando de novo. Só que o que eu ia fazer?** Eu fiquei pensando: “puta, e agora? **Vou levantar da cama do nada e sair do quarto? E se minha mãe vir alguma coisa, depois ela vai ficar perguntando**”. **Daí eu fingi que estava dormindo** até uma hora que ele meio que parou. Aí eu esperei um pouquinho, levantei da cama e fui para o meu quarto. **Porque eu não tenho o que fazer.** (ENTREVISTA 1— JOANA)

#### 4.5 ESTRATÉGIAS DE FUGA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Vivendo sobre uma velada situação de violência sexual, crianças e adolescentes desenvolvem estratégias de fuga do violentador, ainda que sem entender e/ou admitir a verdade sobre estar sendo vítima de uma violência. A conscientização sobre a violência sexual é um processo.

Bruna, quando criança, mesmo sem saber que estava sendo vítima de uma violência sexual, passou a sentir que algo estava errado na relação do tio com ela, passou a evitar ficar sozinha com ele, trancar a porta do quarto, sem saber conscientemente o motivo, apenas fazia.

A partir de um certo momento, não sei por que, **alguma coisa começou a me incomodar nas idas para as férias. Eu era muito pequena, não sabia o que era, mas alguma coisa no tratamento eu não gostava, por parte do marido dessa minha tia.** Começou a me incomodar, mas eu era pequena, eu só ficava um tempo e depois ia embora, então ficava por isso, porque eu não falava para ninguém. No outro ano voltava.... eu queria voltar. Eu queria. Sempre queria. Então **eu comecei a não querer ficar sozinha com ele.** Comecei a fazer de tudo para nas férias ficar sempre perto da minha tia ou de outras pessoas. **Comecei a trancar a porta do quarto onde dormia, não sabia o motivo, simplesmente fazia. Eu não sabia por que, porque eu nunca fiz isso, mas eu simplesmente comecei a trancar.** Passei a levar a roupa para o banheiro para me trocar após o banho, o hábito anterior era sair de toalha do banho e me trocar no quarto, mas parei de fazer isso na casa da minha tia. **Conforme fui crescendo, parei naturalmente de ir passar as férias na casa deles e fui me afastando.** Quando encontrava com meu tio, tinha uma sensação estranha, mas não sabia o porquê. (Entrevista 5 — BRUNA).

Nicole também relata que a situação de violência sexual do seu tio contra ela só parou quando ela passou a evitar ficar sozinha com ele. A criança fingia que não estava em casa quando ele chamava e ela estava sozinha, e quando sua mãe a deixava com ele para ir ao mercado, Nicole ficava no quintal até a mãe voltar, porque o portão era aberto, voltado para a rua, onde os vizinhos podiam ver. Dramaticamente ela conta que se tivesse vontade de urinar nestes momentos de acampamento no quintal, segurava até não poder mais ou urinava no jardim, qualquer coisa, menos entrar em sua própria casa, onde seu violentador a aguardava.

Ele permaneceu na mesma casa por cerca de seis meses, depois ele frequentava a casa, mas **nunca mais fiquei sozinha com ele**, por exemplo, todo sábado ele vai lá em casa, até hoje, e se eu tivesse sozinha, ele chamava, e eu fingia que não tinha ninguém em casa. E aí minha mãe perguntava “*seu tio passou aqui?*” e eu falava, “*não, eu estava dormindo*”, e **então, eu comecei a sabotar, ele ia lá em casa e eu ficava quieta, eu apagava tudo, desligava a TV, e ficava quieta, e então assim, eu não ficava mais sozinha com ele. Minha mãe falava, “fica com o tio que eu vou no mercado”, “mas, mãe eu quero ir ao mercado”, eu ficava no quintal quando ele estava em casa, porque aí ele não podia fazer nada, porque era aberto para a rua. E toda**



**vez que ele ia, eu não fazia xixi, eu lembro disso, eu não ia fazer xixi, para não entrar em casa, eu fazia na grama, no jardim, mas eu não entrava em casa, ficava lá fora.** (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Nicole acha que um dia uma das vizinhas presenciou o tio com ela no colo dele e, a partir deste dia, a vizinha começou a pedir para que a criança ficasse na casa dela: “[...] acho que ela desconfiou, porque ela falou, *“eu estou ficando muito sozinha, eu estou depressiva, será que a Nicole pode ficar aqui, quando você sai do almoço, eu dou almoço para ela, já que faço almoço só para mim, eu faço para ela também”*. E então sua mãe foi lhe perguntar se ela gostaria de fazer companhia à vizinha, e Nicole respondeu:

[...] *“eu quero, porque o tio não sabe esquentar a minha comida, e eu quero ficar com a dona Felicita...eu adoro ela, ela faz torta que eu gosto, eu quero muito, muito ir”*, e aí, às vezes minha mãe falava, *“tadinha da dona Felicita, hoje não vai, fica com o tio”* e eu falava *“não mãe, eu prometi para ela ajudar a arrumar”*. **Aceitei ficar em companhia dessa vizinha, pois aquilo tudo estava me incomodando, até essa coisa de vestir a camisola e vir no colo eu não via maldade, eu não via maldade, eu comecei a perceber que estava errado quando eu vi ele de cueca**, para mim foi um marco, porque minha mãe não deixava eu ver meu pai tomando banho, minha mãe não deixava eu ver meu pai de cueca, então quando eu vi meu tio de cueca, foi sem querer, eu fechei a porta do banheiro e pensei, *“Meu Deus, eu não podia ter visto isso”*, e aí quando ele saiu de cueca, como se fosse uma coisa normal, eu comecei a falar, *“isso está errado, é errado”*, entendeu? E ver ele de cueca foi um marco para mim, porque eu não podia ver meu pai. Eu pensei, *“se eu não podia ver meu pai, eu não podia ver ele”*. (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

O marido da mãe de Maria mentia para ela que fazia massagens para emagrecer, ele a estimulava a se exercitar fisicamente na adolescência para depois ter uma desculpa para massageá-la. Maria começou a se incomodar, mas só percebeu a gravidade do que acontecia há pouco tempo. Ela passou a não voltar para casa depois da escola, para fugir das violências.

Ele sempre falava e me estimulava a fazer exercício pois isso implicava na posterior massagem. Depois, eu comecei a arranjar um jeito de evitar voltar para casa. Hoje, eu percebo que era mais por causa da outra questão, da massagem, do que pelo exercício. Porque andavam meio que juntas as duas coisas. Um dia, falei para a minha mãe o desejo de colocar absorvente interno, eu não tinha tido relação sexual ainda. Minha mãe comentou o assunto com ele e numa sessão de massagem, ele falou: *“é, sua mãe falou que você estava querendo usar OB. Mas acho que não é bom mesmo, não, tal...”*. E falou assim: *“ah, deixa eu ver um negócio”*. Enfiou o dedo lá para ver como era e tudo o mais. Aí, eu também não sabia, eu não gostei. Mas não sabia que reação ter. Fora isso, dele colocar o dedo, nunca entrei em contato com nenhuma parte íntima dele. Ele gostava também de fazer depilação com lâmina nas minhas partes íntimas, inclusive, depilação, ele fez com gilete, lá. Porque eu sempre tive muito pelo na região genital. Então, ele falava: *“está muito”*. Aí, ele mesmo fez. Não me lembro quanto tempo durou as massagens. Mas não aconteciam semanalmente. Eu não sei se eu comecei a perceber que tinha uma coisa errada e fui tentando me esquivar. Sei que eu fui de um jeito ou outro

tentando me esquivar, eu sempre arrumava coisa para fazer à tarde, na escola. Porque, nessa época, eu estudava de manhã. Eu ia para o trabalho da minha mãe, saía. Fazia qualquer coisa. Mas ficava fora de casa. E acabou que foi se perdendo, tendo com menos frequência. Aí, acabou de vez. (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Ingrid também relata que quando era pequena ia dormir na casa do seu tio, e mesmo com a sua tia e outras pessoas na casa, seu tio ia à noite para sua cama e ficava passando a mão pelo seu corpo, falando “besteiras” para ela. “Eu chorava e pedia para parar, mas ele continuava. Lembro de ter seis anos ou sete anos mais ou menos, não sei se aconteceu antes porque eu não lembro. [...] isso só parou quando parei de dormir na casa da minha tia e hoje evito ao máximo qualquer contato com esse tio.” (ENTREVISTA 6 — INGRID).

## 5 REVELAÇÃO

A literatura da área refere um padrão de subnotificação da violência sexual e outro padrão de não revelação da violência sexual vivida (IMBER-BLACK et. al 1994; ALVIN, 1997; SERAFIM et. al 2011).

É fato que crianças e adolescentes possam esconder a violência dos demais adultos, mas também é fato que adultos são negligentes, muitas vezes fingem não ver e ouvir, acobertando violências. (MESQUITA, CORRÊA, MILANI, 2019)

Para Azevedo e Guerra (1988),

Tratando-se de uma ocorrência que envolve o medo e vergonha, a vitimização sexual da infância continua cercada por um complô do silêncio de que participam muitas vezes a própria vítima e de uma atitude de cãndida incredulidade face as evidências, como forma de defesa contra o reconhecimento e admissão do fenômeno. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 23)

Entre os motivos para a não revelação estão o medo do agressor, que muitas vezes é um homem da sua família, a culpa que a vítima sente pelo que aconteceu e pelo sofrimento que a verdade pode causar aos seus familiares, a possível briga que vai acontecer na família as atemoriza, existe também o medo do julgamento social a considerar culpada.

Nos relatos que apresentamos alguns dos adultos que conviviam com a criança desconfiavam do que ocorria, mas não procuravam descobrir a verdade, às vezes, tiveram provas de que era real, e mesmo assim não ampararam a criança. Alguns adultos não acreditaram nas crianças mesmo quando estas lhe contaram sobre a violência. Denúncias não foram feitas, e quando as próprias vítimas tentaram denunciar à polícia os atos criminosos de seus familiares, obtiveram a negativa do registro de Boletim de Ocorrência e uma absurda exigência de provas.

Segundo Márcia: **“Nunca revelei o que ocorreu com meu primo para ninguém. Minha tia, apesar de ter presenciado, nunca tocou neste assunto.** Nunca contei para ninguém pois é uma situação muito constrangedora, e o clima, na minha família, que já não é bom, ficaria em “pé de guerra”. (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA) A tia de Márcia, mãe do seu perpetrador, presenciou uma situação de violência sexual contra a sobrinha, e apenas deu uma bronca em seu filho. Márcia enxerga benefícios na não revelação, pois em sua opinião, ela poupou sua família desse desgaste, não se expos como vítima que seria acusada pela família, que a indagaria: “ah, mas você gritou?”, “você correu?”, como se não ter gritado ou corrido fosse o mesmo que consentir.

Não acho que minha tia imaginava o que estava acontecendo, para ela deve ter sido uma situação pontual. Até há cerca de cinco ou seis anos, essa situação me incomodava muito, mesmo assim **optei por não revelar, seria um desgaste muito grande. Achei que não valeria a pena. Eu evitei muito desgaste, muita dor de cabeça, muita falação. Acho que foi melhor assim.** Não me arrependo de não ter falado. [...] Então o benefício de não ter falado é que eu não precisei lidar com aquilo de uma maneira que eu sei que eu não gostaria de ter que lidar. **Então assim, eu acho que me poupou uma exposição, me poupou um desgaste, me poupou uma acusação porque você vai receber acusação. Você vai: “ah, mas você gritou? Você correu?”.** Acho que contar poderia fazer com que as pessoas me vissem de outra forma, me rotulando. Eu prefiro que não me vejam de jeito nenhum, nem como vítima, nem como não vítima, nem como nada. Eu acho que é mais confortável ficar na zona de conforto e simplesmente ninguém saber.” (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

O medo de Márcia de ser acusada não é infundado, socialmente mulheres são punidas por atitudes de homens. Existem países (como o Paquistão) que em pleno século XXI concedem penas às mulheres, pelo que os homens de sua família fizeram. É impressionante como aparece o medo da exposição em relação à revelação, e o receio de serem consideradas culpadas por não terem corrido, gritado, ou revelado antes. Mesmo quando são crianças, e mal entendem o que está acontecendo, este medo existe. Ele é o resultado do tratamento que a sociedade dispensa aos casos de violência sexual e às denúncias, precocemente internalizado em todos nós, contaminando até mesmo as crianças, tanto que temem o julgamento social por qual passarão ao revelar. Talvez este seja um dos motivos da indagação sobre a violência sexual facilitar a revelação, uma vez que ao perguntar o adulto sinaliza para a criança e/ou adolescente que quer saber e estará ao seu lado se ela contar.

Outras entrevistadas também relataram que não gostam de falar sobre o assunto e que evitaram contar sobre a violência para qualquer pessoa durante a vida, para evitar que as pessoas as culpassem, por exemplo. Mesmo nos casos em que existem pessoas próximas que sabem o que aconteceu, as pessoas não conversam, ou raramente conversaram sobre o assunto. O que configura o tema como um tabu social. Mesmo com as vítimas que fizeram terapia, nem sempre a violência foi abordada e notificada.

Nicole conta que não revelou à sua mãe pois ela não acreditaria, e se acreditasse sua vida acabaria, pois ama muito o irmão, que é o tio violentador de Nicole.

Nunca contei para a minha mãe, pois ou ela não acreditaria nessa história, ou caso acreditasse, a vida dela iria acabar, pois minha mãe idolatrava esse irmão, isso faz eu ter mais raiva dele, porque como é que você chega a esse ponto, está fazendo minha mãe de trouxa, isso me dá mais raiva do que ele ter feito, porque ele ter feito, eu acho que hoje eu consegui estabelecer isso muito bem, mas ele era alcoólatra, ele estava todo problemático, não é certo, de maneira nenhuma, mas, assim, às vezes eu penso assim, “espero ter sido só eu”, porque eu acho que eu lidei bem com isso depois. Já meu pai, se soubesse, podia matar

ele, o problema é meu pai, porque eu gosto muito do meu pai. (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

A única coisa que faz Nicole se arrepender de não ter contato para ninguém é pensar na possibilidade de o perpetrador ter feito isso com outras crianças. “A única coisa que eu me arrependo, é de não ter contado e ter facilitado para ele fazer com outras crianças, hoje ele pode fazer uma coisa má para uma criança da minha família porque eu não falei para ninguém que ele era perigoso.” (ENTREVISTA 7 — NICOLE).

Bruna também relata que se preocupou com as outras crianças de sua família, tanto que sentiu um alívio ao contar à tia, esposa de seu perpetrador, sobre a violência vivida, para que ela pudesse proteger sua prima, filha da tia com o marido pedófilo. Foi durante um acompanhamento médico que Bruna tomou a decisão de contar para sua mãe, mas apenas para ela, decidiu que não contaria para o seu pai, que até hoje desconhece esta história, pois Bruna se preocupa com a possível reação dele — a tia é irmã de seu pai. Para ela foi bom contar, ela não se arrependeu, apesar de a tia não ter se separado do marido.

Sinto que me ajuda, **fica um pouco mais fácil cada vez que eu falo. Minha mãe nunca duvidou da história ou me culpou pelo ocorrido, e sempre me deu apoio incondicional. Contar para minha tia foi um grande alívio, porque eu falei para ela e pedi, tia, independente do que você queira acreditar ou não, não deixa a minha sobrinha sozinha com ele, jamais**, só me promete que você nunca vai fazer isso, então eu me senti muito, muito, muito leve depois que eu falei para ela. (Entrevista 5 — BRUNA)

Durante a entrevista, Maria se deu conta de que era a primeira vez, após ter se conscientizado que foi vítima de violência sexual, que ela falava sobre o ocorrido. Ela diz: “É a primeira vez que estou contando para alguém. [...] nunca tive coragem de contar para ninguém da minha família. Porque as pessoas já achavam que isso pudesse acontecer. (ENTREVISTA 8 — MARIA) Maria sofria violência sexual por parte do marido de sua mãe, diz que nunca conversou com ninguém sobre esse assunto, nem mesmo com a sua irmã. Ela não sabe dizer se algo semelhante aconteceu com a irmã, mas desconfia que sim, pois a irmã tem muita raiva dele. “Não sei se a raiva se deve ao fato de ter acontecido algo ou se a raiva é pelo fato dela ter sofrido muito com o processo da separação, além dela sempre presenciar as brigas violentas dele com a nossa mãe. ” (ENTREVISTA 8 — MARIA)

A partir deste momento da entrevista a fala de Maria passa a ser embargada pelo choro, sua voz fica trêmula, acabam a leveza do relato e os poucos sorrisos. “Eu tenho vontade de contar, mas tenho medo de não ser valorizada. Acho que algumas pessoas não iriam considerar isso violência sexual. O meu namorado não sabe do que aconteceu e eu não contaria, pois temo

pela sua reação.” (ENTREVISTA 8 — MARIA). Ela diz chorando e muito triste que ficou sabendo há cerca de dois anos, ela namora há seis anos, que o namorado foi vítima de violência sexual quando era criança. Esse é um assunto muito complicado, ela acredita que o namorado também se culparia muito por ela ainda não ter contado a ele.

Hoje eu não contaria por que tenho medo de não acreditarem, ou banalizarem o que eu vivi, não acharem que foi violência sexual, provocar um grande sentimento de culpa nos meus pais e no meu namorado, e me acusarem sobre não ter contado antes, ou na época que acontecia. Minha família se preocupava com o fato dele morar na casa com a gente. Como minha família nunca gostou dele, e eles tinham a preocupação porque era um homem morando na minha casa, eles sempre perguntavam. Então, eu acho que eu sempre falava que não. Mas eles perguntavam assim, o tempo todo que ficamos juntos. **Acho que, na época, eu não tinha me dado conta.** (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Ana sofria violência sexual por parte de um sobrinho adulto da mãe, seu perpetrador lhe dizia que ninguém acreditaria nela se ela contasse. Um dia ela contou mesmo, foi desmentida pelo primo e sua mãe acreditou no violentador. Somente anos depois, quando Nicole voltou a afirmar para a mãe o que aconteceu, é que a genitora acreditou nela.

Quando eu tinha aproximadamente 10 anos, voltei a tocar neste assunto com a minha mãe, dizendo que tudo o que eu tinha contado era verdadeiro. Minha mãe contou para a minha avó e são as únicas pessoas que sabem, meu pai nem sonha, porque eu acho que meu pai faria uma besteira se ele soubesse. Hoje meu primo está sumido. Ele chegou a frequentar a casa da minha avó por uns tempos, mas eu agia normalmente, pois eu não tinha ideia da gravidade do que acontecia. Depois que eu conversei com a minha mãe, ele não apareceu mais. (ENTREVISTA 9 — ANA)

A escolha de não revelar para o pai, deveu-se ao medo que Ana e a mãe tinham de que o pai pudesse ir atrás do primo. “E aí minha mãe falou: *‘não comenta isso com seu pai, porque agora não tem mais o que fazer e é melhor evitar’*. Porque imagina, você fala que sua filha de quatro anos foi abusada por um sobrinho seu. Meu pai com certeza ia atrás dele.” (ENTREVISTA 9 — ANA)

Ana e a mãe nunca pensaram na possibilidade de o violentador ter agredido outras pessoas, porém, recentemente, outra prima de Nicole revelou ter sofrido o mesmo tipo de violência, por parte do mesmo primo, inclusive no mesmo lugar onde Nicole era levada, uma construção civil inacabada. Nicole conta ainda que ela não entendia muito bem o que estava acontecendo, apesar de saber que algo estava errado: “Eu não entendia. E criança... ele pedia: *‘abaixa as calças e a calcinha’*”, eu abaixei. E para mim, não via problema, sabe? Acho que do mesmo modo que achava aquilo normal, no fundo, eu sabia que havia algo errado, afinal ele me levava para outro lugar, longe da visão das pessoas.” (ENTREVISTA 9 — ANA).

Ingrid também relata que a princípio não entendia direito a violência sexual cometida contra ela pelo avô paterno, com quem ela morava. Conforme foi crescendo, foi compreendendo a situação e tudo ficou insustentável. Refere que escreveu em um diário sobre o avô se masturbar na sua frente, sua mãe leu o diário descobrindo a violência, e mesmo assim apenas perguntou se alguma vez ele a havia tocado, pedindo que ela lhe contasse se “algo mais” acontecesse.

Ele sempre foi daquelas pessoas muito rígidas que sempre batia para educar e a gente tinha muito receio de falar qualquer coisa em casa. Conforme fui crescendo, fui entendendo o que estava acontecendo e a situação ficou insustentável. Primeiro desabafei com o meu diário, mas minha mãe achou esse diário, leu e me perguntou o que estava acontecendo e aí eu falei o que estava acontecendo, mas eles nunca chegaram a ter uma atitude de fato em cima disso que aconteceu. Eles falaram: “é só isso? então tudo bem, se acontecer alguma coisa física você me fala que aí a gente toma as providências”, mas para mim aquilo já era um tipo de violência sexual que me deixava completamente transtornada. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Essa situação vivida com o avô ocorre até os dias de hoje. Há cerca de dois anos Ingrid não mora mais com os avôs, diz que um dos motivos da mudança foi o comportamento do avô. Relata que quando vai à casa da avó para visitá-la, pois tem muito apreço e carinho por ela, o avô continua com estas mesmas atitudes. Ingrid chegou a contar o que ocorria para o seu pai, porém, mais uma vez, nenhuma atitude foi tomada. Questiona se o pai não fez nada por medo, submissão, falta de coragem.

Para o meu pai eu contei e ele não fez nada de efetivo, ele nunca falou: “vamos sair daqui agora”, nunca chegou a conversar com ele, não sei se por medo, porque meu avô sempre teve esse jeito de impor autoridade em casa, então meu pai desde pequeno sempre foi mantido de uma forma submissa e ele, acho que não tem coragem de conversar com meu avô sobre isso e enfrentar essa situação. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Resumindo, Ingrid contou para a avó, para o pai e a mãe ficou sabendo através da leitura do diário e a situação se perpetua, ninguém foi capaz de tomar uma atitude em prol da Ingrid, para protegê-la, acolhê-la. As próprias tias, que foram violentadas pelo mesmo homem, nunca tomaram nenhuma iniciativa efetiva para cessar com esta violência. Vê-se nesta família um comportamento submisso, pessoas subjugadas, que estão todo o tempo com medo de um outro, que impõe sua autoridade através de um comportamento agressivo. Refere que não contou para ninguém por imaturidade e medo. Medo é uma palavra muito presente no seu discurso.

Se minha mãe não tivesse lido o meu diário, eu não teria contado, pois minha mãe sempre foi muito agressiva, quando ela brigava com o meu pai era de uma forma muito agressiva, então a gente sempre tinha receio de que pudesse acontecer o pior e eu não queria que acontecesse o pior pela situação que estava acontecendo, eu não queria que piorasse. Gostaria que resolvesse, que não acontecesse nunca mais, mas não chegar em uma situação onde você tem

agressão física ou até morte [...]. Minha mãe não sabe que isso aconteceu mais de uma vez e não sabe que isso ainda acontece, nem mesmo como eu me encontro devastada pelas situações que aconteceram. Disse para minha mãe, após ela ler meu diário, que só tinha acontecido uma vez. Primeiro ela veio perguntar se isso estava acontecendo mesmo, na época eu lembro de ter dito para ela que não, que não estava acontecendo mais, que isso já passou e tudo mais, para evitar qualquer atitude dela. Por mais que eu quisesse uma atitude dela, eu por imaturidade, burrice na época, eu disse que não, não acontecia mais, que foi só uma vez...ela não sabe que isso continua acontecendo, ela não sabe, ela acha que me mudei porque é mais próximo da faculdade e tudo mais. Mas eu acho que ela ficaria com bastante raiva porque a questão de ela ter me deixado com os meus avós foi uma necessidade, de ela ter se afastado, não estar presente foi uma necessidade e ela não imaginava que pudesse acontecer tudo isso e com duas pessoas ainda, da minha família. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Ingrid relata ainda que quis participar da pesquisa pois estava passando por um momento de muita raiva, estava precisando contar para alguém sobre o assunto e: *“Aí eu contei para o questionário.”* (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Larissa sofreu violência sexual por parte do marido de sua mãe. Refere que desde os 12 anos ele tentava se aproveitar dela. Contou o que acontecia para a sua psicóloga, para a sua tia, esposa do irmão de sua mãe, que imediatamente foi conversar com a cunhada, contudo, nenhuma atitude foi tomada. Depois, contou a outros familiares e ao seu pai, que finalmente a tirou da casa do marido da mãe, que acusava Larissa de estar mentindo.

Quando eu tinha 15 anos, depois de uma briga com ele por causa da porta do meu quarto estar fechada, aí falei tudo para o meu tio, meu avô materno e para o meu pai, eu fiquei meio assim porque não sabia a reação do meu pai. Só que eu liguei para o meu pai, contei, meu pai me ouviu, eu tinha muito medo porque meu pai é meio explosivo, mas, não sei, e ele foi até a casa da minha mãe, ele sentou no sofá, e o marido da minha mãe estava sentado no sofá, sentou no sofá e eu já fui arrumando minhas coisas porque falei *“não vou mais morar aqui”*, e o que eu lembro, ele falou: *“eu só vim te comunicar que estou indo na delegacia, eu vou abrir um boletim de ocorrência”*, e o marido da minha mãe começou a falar que eu era dissimulada, que eu inventei tudo isso e tudo mais. (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Larissa enxerga pontos positivos em ter revelado a violência sexual, conta que seu namorado adolescente foi seu apoio na época.

Meu namorado sabia do que acontecia, eu não contava tudo, pois tinha medo da reação dele, mas ele sabia de muitas coisas. E, embora o meu namorado nunca tenha me obrigado a contar, eu me sentia completamente apoiada e acolhida por ele, era o meu aliado, me sentia segura. Acho que se não fosse o suporte emocional dado por ele, não teria tido coragem de contar e meu sofrimento seria bem maior. [...]. Eu ter contado tudo me protegeu de continuar vivendo essa situação, pois eu não teria saído da casa da minha mãe se isso não tivesse ido à tona. Hoje eu consigo dormir em paz porque eu tenho privacidade, porque na casa da minha mãe, uma das coisas que ele fazia muito era vir e ele vinha, várias vezes eu abria o olho e ele estava praticamente tentando passar a mão em mim, e quando eu abria o olho ele fingia que estava



tentando cobrir minha irmã, então, eu não dormia sossegada. Lá no meu pai eu tenho a minha privacidade, muita coisa melhorou. (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Amanda também relata ter sofrido violência sexual por parte do marido da mãe, desde a infância até a adolescência, quando ela descobriu que ele a filmava tomando banho:

Tenho muito claro na minha memória que desde que eu tinha seis anos o meu padrasto sempre quis ficar muito junto de mim, queria ajudar no banho, a trocar de roupa, me pedia para fazer massagem nele. Esses comportamentos aconteciam, principalmente, quando a minha mãe não estava em casa. Eu me sentia desconfortável com essas atitudes, falava para a minha mãe que via maldade no comportamento dele. (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Ela começou a perceber que toda vez que se banhava, o marido da mãe queria entrar no banheiro antes, com o pretexto de que ela demoraria. Amanda, ressabiada desde a infância com o comportamento do padrasto, desconfiou e pensou na possibilidade de ele estar colocando alguma câmera no banheiro para a filmar, mas refletiu: “*eu devo estar ficando louca*”. Chegou até a procurar uma vez, não encontrou nada, comentou com a sua mãe que, como sempre, disse que era sua imaginação. Até que em um dia, ela o deixou entrar antes no banheiro e ficou observando do lado de fora. O escutou mexendo em baixo da pia, então entrou no banheiro, procurou e encontrou um suporte para celular, o aparelho encapado, apenas com a câmera aberta. “Chamei minha mãe, que foi tirar satisfação com o meu padrasto. Ele se defendeu, chorou, falou que tinha sido a primeira vez, que estava “com a mente fraca”, “que foi nas ideias das outras pessoas” e aí a minha mãe acabou entregando para ele o celular.” (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Foi notável a angústia na voz de Amanda ao contar que a mãe, mesmo com as mãos nas provas da violência sexual do marido, devolveu a ele o celular. Amanda teve que buscar ajuda fora de casa, pois não pôde contar com sua mãe para protegê-la.

Depois disso, meu padrasto estava meio desorientado e a minha mãe, temendo que ele fizesse alguma besteira, não o deixou sair de casa. Fui para a igreja que frequentava e pedi ajuda para o presbítero e para o pastor. Esses me disseram que o meu padrasto deveria sair de casa e que eu precisava denunciar. Ambos foram até a minha casa, conversaram com a minha mãe e o meu padrasto foi para um hotel e, desde então, novembro de 2016, não voltou mais. Mas a minha mãe continua se encontrando com ele e o meu irmão continua vendo o pai. (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Amanda acredita que as filmagens duraram cerca de seis meses, diz amarga que sempre alertou a mãe sobre o que estava acontecendo, mas a genitora nunca acreditou nela.

Se eu não fizesse massagem, ele dizia que eu era ruim, mal-agraçada, não reconhecia o que ele fazia pela família, porque, afinal, só ele sustentava a casa. Dizia, ainda, para os familiares, que eu era folgada, não fazia nada o dia inteiro, não ajudava a minha mãe nas atividades domésticas. A minha mãe sempre encarou estas atitudes dele como naturais, ela sempre quis que a gente

o aceitasse como pai e eu nunca o tive como meu pai. Então ela achava que era por rebeldia minha. (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Percebe-se um ressentimento de Amanda frente à não atitude da mãe, uma mágoa muito grande:

Eu esperava que ela acreditasse em mim, porque eu falei, mãe não foi a primeira vez que ele fez isso e minha mãe acredita que foi a primeira vez; que ele não vai mais fazer isso; que ele está arrependido. E eu esperaria que ela acreditasse em mim depois disso, que ela se separasse dele; mas não aconteceu, apesar de tudo, eu não me arrependo de ter contado, foi mais uma prova de que eu estava certa. [...]. Esse não é um assunto que a gente conversa mais em casa. Depois dessa situação da filmagem no banheiro, tentei conversar com a minha mãe algumas vezes, mas nós brigávamos, a minha mãe chorava, então desisti. Com a minha irmã também se não toca no assunto. (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Por fim, temos a história de Cláudia, que contou para a mãe sobre seu marido se masturbar ao seu lado, enquanto via pornografia e tocava seus genitais. Sua genitora acreditou nela, o que cessou a violência sexual em um único episódio, apesar de a mãe não se separar do marido. Ter passado por um único episódio de violência sexual não significa que Cláudia não tenha traumas:

E aí eu comecei a me mexer, ele percebeu que eu estava acordando, e rapidamente subiu as calças, trocou o canal. Na noite seguinte minha mãe estava em casa e quando estava em casa, a minha mãe sempre ia se deitar comigo, dava boa noite. Foi quando revelei para a minha mãe o que tinha se passado, aí depois disso, eu não fiquei sabendo exatamente todos os detalhes da história, mas ele foi se tratar. Minha mãe conversou com ele, e ele foi fazer um tratamento psicológico, não sei se chegou ir ao psiquiatra ou não, deu muita briga na época, eu até achei que eles fossem se separar, mas ele se tratou. E nunca mais nada aconteceu. Eu também nunca mais fui deitar na cama dela, a esperando chegar, com ele. (E continua, ainda abalada, com voz trêmula e chorando) hoje quando ele me toca, eu fico assim, por isso eu acho que eu não me aproximo muito dele. (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Apesar de Cláudia não lembrar exatamente a idade que tinha, sabia que o que o padrasto estava fazendo era errado. “Não sei o motivo pelo qual achava aquilo errado, não me lembro de ninguém da família falar sobre violência ou violência sexual comigo, eu realmente não sei, eu sabia que era errado, sabia que não devia ser feito, a atitude dele me deixou bastante chateada.” (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA). Chorando muito diz:

A minha mãe nunca duvidou da minha palavra e ficou espantada, contei sem olhar para ela, então não vi a reação dela, mas a voz era de espanto, algo completamente inesperado. Acho que a minha mãe tentou controlar seus sentimentos para não assustar mais a mim. Apesar da minha mãe não ter duvidado de mim, acho que não tive muito acolhimento, sinto que talvez eu teria que ter sido também levada para falar com alguém, entendeu? Isso que aconteceu ficou muito tempo esquecido na minha cabeça, mas com a participação na pesquisa isso veio novamente à tona, nossa, isso aconteceu, apaguei, ele foi tratado e eu nunca fui, entendeu? Um tempo depois a minha

mãe foi falar para mim que o meu padrasto estava sendo tratado, mas sem maiores detalhes, sem maiores informações e nunca mais se conversou sobre esse assunto. (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Cláudia esperava um outro tipo de atitude da mãe. “[...] eu acho que se fosse eu, eu teria me separado, sabe? Não deixaria a minha filha. Acho que era uma atitude que eu esperaria, mas a gente não sabe até acontecer com a gente.” (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA).

Para Saffioti (1989), a negligência, os maus-tratos e a violência sexual são fenômenos pungentes que os adultos tendem a ocultar, seja porque são crimes passíveis de punição, ou porque destroem instituições cuja força deriva, no caso da família, do seu caráter sagrado.

Negligência no cuidado de crianças, assim como maus-tratos a elas infligidos e a exploração sexual que delas se faz constituem fenômenos pungentes, que os adultos tendem a ocultar, seja porque eles seriam passíveis de punição criminal, seja porque a descoberta do agressor provocaria o desmoronamento de instituições, cuja gigantesca força deriva, como no caso da família, de seu caráter sagrado. Com efeito, dada a sacralidade de instituição familiar, a sociedade marginaliza e estigmatiza aqueles que apontam suas mazelas. No que tange à vitimização sexual de crianças, há que se agregar outro fator relevante. Mesmo nos casos em que a criança é sexualmente vitimizada por um agressor externo ao grupo familiar, estão presentes muitas dificuldades que inibem a iniciativa de se levar *a notícia dos fatos a quem de direito*. Não é difícil compreender o porquê desta conspiração do silêncio que se estabelece em torno de uma violência sexual de crianças. Para o senso comum, a publicização do fato comprometeria a imagem do adulto que a criança vitimizada virá a ser, condicionando negativamente suas possibilidades de formar uma nova sagrada família. Convém lembrar que a família constitui o único *locus legítimo* para o exercício da *sexualidade legítima*, com a finalidade de gerar *a prole legítima*. (SAFFIOTI, 1989, p. 13)

Ainda para a autora, o poder que permeia as relações familiares compromete gravemente a afetividade, característica familiar importe para facilitar a revelação. A família mantém o segredo pois a expectativa social sobre as famílias é a de harmonia. “E da família não se espera que seja o mais perfeito ninho de amor? Não é assim que se retrata a família? A família toda não se empenha em esconder seus conflitos, em fazer de conta que tudo está em paz? Assim procedem seus membros adultos.” (SAFFIOTI, 1989, p. 51).

## 5.1 MEMÓRIA NÃO EXATA SOBRE OS FATOS E O ESQUECIMENTO TEMPORÁRIO

Características curiosas sobre a violência sexual estão relacionadas à memória não exata sobre os fatos, um esquecimento temporário das situações de violência, assim como uma dificuldade em nomear a violência e a incerteza sobre a violência sexual ter ocorrido, mesmo anos após os fatos.

O que Joana viveu durante anos foram sucessivas violências sexuais, e ainda que ela saiba disso conscientemente, pois foi o que respondeu nos questionários, quando fala sobre o tema titubeia sua afirmação sobre o que viveu:

É que meio que assim, eu não sei o que eu escrevi aí (nos questionários), mas algumas vezes durante a minha infância e adolescência eu meio que **quase fui violentada. Pode até ser considerado uma violência as coisas que aconteceram. E ele foi uma das pessoas, o marido da minha mãe**, só que eu **nunca contei para ela.** (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Mesmo em idade adulta, ou no final da adolescência, as vítimas afirmam com reticência que o que sofreram foi violência sexual, como se dizer isso em voz alta, para alguém que vai acreditar, torne palpável a violência, provocando um choque de realidade na mente que sempre tentou esconder os fatos. Cláudia, jovem adulta, estudante universitária, afirma no questionário que sofreu violência sexual, mas quando relata, diminui sua importância, pois não foi penetrada.

Sobre a violência, **eu não sei exatamente a definição correta**, teve um caso. Quando eu era criança, não lembro exatamente quantos anos eu tinha. A minha mãe chegava sempre muito tarde do trabalho e o meu padrasto me buscava na casa da minha avó, às vezes deitava na cama da minha mãe e ficava assistindo desenho para esperar minha mãe chegar e acabava dormindo. **Um certo dia eu acordei e percebi que estava passando pornografia na TV e o meu padrasto estava com a mão nos meu genitais.** (Começa a chorar neste instante). Então, **não foi uma violência sexual sabe, um ato. Mas foi algo que me marcou.** (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Algumas pessoas têm dificuldade em nomear a violência sexual, como Beatriz, que disse: “Meu primo me pedia para abaixar a calça, e **ai...ai...ai, né.**” (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ) Beatriz não consegue relatar abertamente o que aconteceu, nomear. Márcia também não fala do ocorrido de maneira explícita, não nomeia ou descreve o que aconteceu. “Uma vez **ele estava assim** e minha tia entrou e falou: *“que isso? Não pode. Isso é feio e não sei o que, não sei o que.”* (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Manifesta-se também uma memória não exata sobre os fatos, um esquecimento temporário das situações, às vezes proposital:

- “É isso que eu lembro, **mas eu não lembro muito bem.**” (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

- “**Apaguei o fato vivido da minha memória** e só vim lembrar do ocorrido quando tomei consciência. [...]. Durante minha infância **eu tentava apagar. Às vezes quando eu lembrava, eu tentava apagar e fingia que nada aconteceu.** [...]. Ficar **calada (não revelar) é uma tentativa de apagar a situação da história de vida.**” (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)
- “Nunca contei o que aconteceu quando era pequena, **simplesmente esqueci do que tinha acontecido.**” (ENTREVISTA 7 — NICOLE)
- “Eu tenho vagas lembranças do meu avô me tocar, **porque eu não lembro efetivamente,** mas quando eu era criança eu tenho vagas memórias de que uma vez eu estava na parede e ele estava encostado sobre mim, **mas eu não me lembro direito o que estava acontecendo.**” (ENTREVISTA 6 — INGRID)
- “Quando eu tinha 12 anos fui assediada pela minha professora de natação. **Não lembro muito bem** e já vivi várias situações de violência sexual. **Eu prefiro não relembrar das coisas e sentimentos e acabo não tendo lembranças muito fiéis,** a última violência foi feita pelo meu tio, do qual me recordo melhor. Sobre a minha professora de natação **lembro do contexto, do cenário, mas não lembro de detalhes.**” (ENTREVISTA 12 — JÚLIA)

Existem muitos relatos deste tipo, uma espécie de esquecimento temporário sobre a violência, uma autoalienação, como um mecanismo psíquico para proteger a sanidade mental das vítimas até que estejam prontas, ou quase, para entrar em contato com suas histórias traumatizantes.

**O meu jeito de lidar com isso, até então, era fingir que isso nunca aconteceu. Fingia que nunca tinha acontecido.** Mesmo já sendo grande, já tendo capacidade de entender aquilo, é como se eu não pensasse. Eu ficava perto dele, eu me sentia desconfortável, mas eu não pensava sobre isso, simplesmente levantava, saía e pronto. Hoje eu sei que não foi o melhor jeito de lidar com isso, mas foi o jeito que eu achei na época. **Eu demorei para contar por que simplesmente não me lembrava de nada. A sensação que eu tenho é exatamente essa, como se fosse uma memória reprimida que eu não sabia que estava lá, eu não pensava sobre isso, mas também não sabia que ela estava lá... tinha algo que me incomodava, sempre, sempre. Todos os meus problemas apareceram depois que eu me lembrei do que realmente tinha acontecido.** (Entrevista 5 — BRUNA)

Antes da entrevista Cláudia não queria lembrar do evento de forma tão auto convincente que não entendia por que não se dava bem com seu padrasto:

**Não é que eu não lembrava, estava lá guardadinho. Não queria lembrar e tal. Apaguei tudo, tanto é que nunca entendi bem o motivo pelo qual não me aproximava do meu padrasto. Após participar dessa pesquisa e**

**relembrar do fato, tenho certeza de que essa distância se deve a isso.**  
(ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Existe também o relato de gatilhos que são capazes de trazer toda a história à tona em um segundo, mesmo após anos de a violência ter ocorrido e a vítima não pensar mais no assunto.

Quando eu estava no primeiro ano da faculdade, resolvi passar um fim de semana na casa da minha tia e do marido dela. Segunda-feira pela manhã minha tia pediu para ele me levar até o metrô de carro. No trajeto, ele começou a dizer que me viu crescer, que eu estava me tornando uma mulher muito bonita, que eu sempre teria tudo que quisesse, que era muito inteligente, que poderia ter todos os homens aos meus pés e me pediu um beijo. Eu fiquei totalmente sem reação, fiquei em silêncio e ele pediu de novo, então eu saí do carro correndo, ele tinha estacionado, saí correndo e fui embora. **Foi neste momento que me lembrei de tudo, eu me dei conta do que acontecia. Me lembrei que ele entrava no meu quarto durante a noite, que ele fazia carinho na minha mão, e ia subindo, começou em cima da roupa, depois ele colocava a mão dentro da minha roupa, que ele ficava esperando eu sair do banheiro, que eu saía enrolada na toalha e ele ficava olhando.** Que quando a gente ia na praia tinha um olhar diferente quando eu estava com biquíni. Coisas assim. Um beijo no rosto de despedida que era sempre mais perto da boca. Era diferente, eu não gostava. **Todas as memórias vieram à tona, tudo ficou claro.** (Entrevista 5 — Bruna)

## 5.2 SOFRIMENTO DECORRENTE DOS REGISTROS DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA, DEPOIMENTOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A seguir descrevemos o sofrimento decorrente dos depoimentos e dos processos judiciais que ocorreram. Para Azevedo e Guerra (1988, p. 49), “[...] uma das características fundamentais dos casos denunciados não é somente a vitimização sexual, mas a presença de conflitos familiares intensos que dão margem a denúncia [...]”.

Interessante observar que a lembrança sobre os episódios de violência sexual é nebulosa, mas em relação aos depoimentos judiciais (na mesma época da vida, com a mesma idade), as participantes têm memórias nítidas. Joana relata sobre seu primeiro caso de violência sexual, na infância, cometido por um parente distante: “Me lembro **de como foi constrangedor dar o depoimento. Eu tenho lembrança do momento em que eu estava contando o que aconteceu. Acho que foi a parte mais marcante de tudo isso**, mas só precisei contar a história uma vez.” (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Jéssica foi separada da família após o processo judicial e se sentiu punida pela violência sexual que sofreu, dado que perdeu a convivência com a sua mãe e o irmão. Relata que isto foi mais marcante em sua vida do que a própria violência sexual que sofreu:

**O que me causou muito sofrimento foi ter sido afastada da minha mãe, ter que depor, na época eu não sabia o que podia ou não falar, tinha medo de ser tirada da minha mãe caso contasse algo que não devia. Mesmo sendo muito nova, me lembro muito bem do meu depoimento, do escrivão anotando todas as informações, da minha mãe e eu chorando muito na audiência. Isso tudo foi mais marcante do que a própria violência. Me senti meio invadida. Meio... por que estão fazendo tudo isso comigo, sendo que era para eu estar em casa com a minha mãe? Senti assim, por que vocês estão mexendo na minha vida?** (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Larissa conta que no dia em que revelou ao seu pai sobre os episódios de violência sexual que vinha passando, ele a levou até a delegacia para fazer a denúncia. Foram na Delegacia da Mulher e para ela foi bem difícil, pois: “[...] por mais que eu quisesse sair daquela situação, para mim foi bem difícil porque fazem um monte de pergunta... ficamos revivendo, fica mexendo, e para mim, eu acho que o jeito que eu tinha encontrado, era não falar para ninguém [...]” (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

**Um dos meus maiores medos era o que seria dos meus irmãos, caso ele fosse preso. Eu ficava imaginando como ia ser na cabeça deles com o pai preso, que tentava violentar a irmã, então, ia ser muito traumatizante para eles; então, eu tinha muito medo dele ser preso. Tive que ir fazer exame de corpo e delito no Pérola Byington, é super constrangedor, aquele dia foi o pior para mim, porque eles tiram foto, você conversa com psicólogo, porque eles ficam achando que você está omitindo, [...], eu não queria falar e eles tiraram foto da região genital e tudo mais, é super constrangedor.** (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Larissa relata que se sentiu acolhida na delegacia e no Hospital Pérola Byington, apesar de ter sido muito traumatizante os procedimentos. Enquanto era atendida, ela pensava “[...] ‘se ele for preso vão matar ele lá dentro, porque falam que não aceitam esse tipo de gente lá dentro’. Se nem os próprios bandidos aceitam, eu ficava ‘meu Deus, se ele for preso o que vai acontecer?’, o Pérola Byington foi realmente o pior dia. Fico incomodada pela a justiça ser tão falha.” (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Outros casos são chocantes devido à prevaricação do poder público, personificado nos policiais que se recusaram a registrar um boletim de ocorrência para Ingrid, após ela denunciar seu avô. Há alguns anos, Ingrid ao acordar, viu o avô se masturbando na janela do seu quarto, ficou muito irritada e com raiva do avô, decidiu que era hora de contar para avó. Ao fazer isso o avô usou de violência para desacreditá-la e calá-la.

Há alguns anos eu acordei e meu avô estava se masturbando na minha frente, na janela. E nisso eu acordei com muita raiva e foi o dia que eu contei para a minha avó, eu saí, acordei com muita raiva, chorando e disse: “vó, está acontecendo isso, isso e isso” e meu avô estava na janela. **No momento em que eu contei isso ele veio muito nervoso, me chamou de mentirosa e me deu um tapa na cara.** (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Mas, apesar da violência do avô e da falta de atitude da avó, Ingrid resolveu denunciar. Procurou tanto a delegacia próxima de casa como a delegacia da mulher, e em ambos os locais recebeu informações e orientações completamente descabidas, que exigiam provas para que fosse registrada sua queixa e aberta uma investigação. Ingrid estava muito decidida a denunciar, mas não foi acolhida, ouvida e aconselhada por pessoas preparadas, ela continuava sozinha e teria que fazer tudo sozinha. Até tentou gravar algo com o celular, mas não conseguiu:

Eu saí de casa e **fui até a delegacia mais próxima, andando, e quando eu cheguei lá eles falaram que eu precisava de provas porque só por falar não dá para acusar ninguém. E falaram para eu procurar a delegacia da mulher, que era longe eu lembro, mas eu fui... e eles me aconselharam a gravar, a fazer algum vídeo que mostrasse o ato dele e que fosse algo agressivo e tudo mais. Cheguei em casa e até tentei (gravar), mas é aquele negócio, quando ele começava, a única reação que eu tinha era de me trancar, ouvir uma música para não ouvir nada e tentar ler alguma coisa para me distrair e tentar fingir que nada estava acontecendo, mas eu ficava muito nervosa na hora, eu ficava muito ansiosa, ficava com raiva, ficava com tudo.** (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Referente à tentativa de denúncia da Amanda sobre seu padrasto estar filmando-a enquanto ela tomava banho, sua mãe não queria que a queixa fosse realizada, então, ela procurou uma delegacia da mulher e foi sozinha realizar a denúncia. E começa, então, a via sacra de Amanda, que fragilizada e abandonada por sua mãe, negligenciada pelo Poder Público,



que deveriam estar dando proteção e a acolhendo, a demoveram da ideia de prosseguir com a denúncia:

*Eles falaram que não era lá; que eu tinha que ir em outra delegacia que era mais próxima da minha casa... que para mim era muito mais difícil de ir, qualquer delegacia deveria poder fazer, demorei para ser atendida, estava sozinha. Cheguei lá, a delegada me tratou bem mal e aí ela falou assim: “você tem o celular?”, “não, não tenho”. Ela falou assim: “você tem que ver se a sua mãe consegue o celular para você, para a gente ter alguma prova”, e como ele tinha saído de casa, eu falei: “ele saiu de casa”. Ela disse: “mas eu preciso de um endereço. Não tem como abrir um BO sem endereço” ... ela falou assim: “você vai lá na sua casa, pergunta para a sua mãe onde que ele está morando; pede para ela conseguir o celular e volta aqui que eu abro o BO”. Já havia feito outra denúncia contra ele por agressividade. As pessoas na delegacia falaram na ocasião, “a gente vai abrir aqui; você quer abrir mesmo?... isso não vai dar em nada porque como ele não bateu em vocês — ele só falou — então não vai dar em nada. Você pode abrir e depois tentar recorrer”. Minha mãe presenciou o xingamento e, na época, por eu ser menor de idade a minha mãe me acompanhou até a delegacia, ela foi reclamando o caminho inteiro; ficou lá reclamando o dia inteiro e voltou para casa reclamando. Acho que a minha mãe não acredita em mim. (Observa-se que Amanda engole seco em suas falas, talvez esteja segurando o choro.) (ENTREVISTA 13 — AMANDA)*

Amanda conta que acha que o padrasto possa estar fazendo isso com outras pessoas, inclusive com o seu irmão. Ainda o vê aos finais de semana e relata que: “[...] no começo foi bem difícil, eu procurava nem sair do quarto, não falava com ele, mas com o tempo, foi ficando impossível não o encontrar, ele sempre está na minha casa, apesar de não morar mais lá. (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Sobre o silêncio institucional da área de segurança pública sobre o tema das violações sexuais, para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

*Os estupros e as demais violências sexuais precisam passar a constituir efetivamente um tema central nas agendas estaduais e nacional de políticas de segurança pública. É preciso atingir um patamar de produção de informações confiáveis para que futuramente possamos almejar discutir a redução dos estupros, como fazemos com outros crimes como roubos e mesmo homicídios. Apesar das alterações legislativas fundamentais, o estupro ainda é cercado por um profundo silêncio institucional. (FBSP, 2019, p. 119)*

Este silêncio institucional é responsável, em parte, pelo desprezo dos agentes de segurança e justiça às denúncias de violência sexual, pois a falta de políticas de segurança pública para lidar com as violências sexuais faz parecer que estes crimes têm menor importância perto dos demais.

### 5.3 O TEMOR DO DESPEDAÇAMENTO FAMILIAR E OS SENTIMENTOS AMBÍGUOS

Existe uma ambivalência de sentimentos muito forte em relação a violência sexual intrafamiliar e um grande temor pelo despedaçamento familiar e o sofrimento causado aos outros membros da família.

Márcia rememora como tinha afeto por seu primo, e como se divertiam juntos, para além da violência sexual, dizendo que ele nunca precisou ameaçá-la, pois tinha sua confiança.

Meu primo nunca me ameaçou, ele apenas dizia: “... não pode falar, por que senão vão brigar com a gente e a gente não vai mais...”. Porque **a gente brincava muito, a gente saía, corria, andava de bicicleta, jogava futebol, jogava vídeo game... Ele era bem legal, muito legal...** E eu era muito sozinha, então assim... tinha uma companhia. (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Ao mesmo tempo em que Joana teme o marido da mãe, sente nojo dele e acredita que se houvesse oportunidade ele a violentaria novamente, também afirma que ele faz bem para a mãe dela. Apesar de dizer não se sentir culpada, crê que a mãe a culparia caso soubesse das histórias e não acreditaria nela, diz não haver motivo para contar para a família o que lhe ocorreu, tantos anos depois, mesmo que isso ainda a magoe muito, já que seu violentador ajuda a sua mãe em outros aspectos, financeiramente, por exemplo.

**Eu não me sinto culpada, mas nunca cheguei a contar isso para minha mãe porque ela está nesse casamento, ela o ama, ele é bom para ela... são pensamentos muito dúbios.** A minha mãe naquela época não se dava tão bem comigo. A gente tinha muito choque. Então, **se eu contasse, eu ia ser a vilã da história. Hoje em dia também não vejo motivo, sabe? Estragar... deixa eles. É só eu me manter longe...** você não sabe o que fazer. É meio ruim. **Eu sinto nojo dele e me sinto insegura quando estou perto.** Ele tem esse lado: “só se você quiser”, sabe? Mas eu não sei... eu não convivo mais tanto assim com eles, porque eu não moro mais com ela, eu mantenho essa distância. Mas eu sei que ele tem olhos de quem deseja, sabe? **Ele tem olhar de quem deseja. E eu tomo muito cuidado. Na praia eu não gosto de ficar me expondo na frente dele, sabe? Acho que até hoje, se ele tivesse oportunidade, tentaria fazer algo comigo. Ninguém da minha família sabe o que aconteceu,** já contei apenas para algumas amigas e para um amigo bem mais velho. (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Joana afirma que só revelaria a violência sexual para sua mãe se tivesse certeza de que seu perpetrador não faz bem a ela, ou se eles estivessem separados. O aspecto financeiro parece muito importante para Joana, pois considera que o marido de sua mãe a ter ajudado a pagar suas dívidas significa que elas podem contar com ele.

**Eu revelaria a violência que sofri pelo marido da minha mãe se soubesse que ele não faz bem para ela, mas de certa forma ele faz bem para ela.** Ao mesmo tempo que ele a coloca para baixo em alguns momentos, intelectualmente, ele e o resto da família dele, os filhos dele ficam zombando dela nesse aspecto, tirando essa parte assim, **ele faz muito bem para ela.**

**Ajuda ela em tudo que ela precisa, se a gente estiver com alguma necessidade e minha mãe não puder ajudar, eu sei que ele vai ajudar, ele é muito bom para ela nos outros aspectos. Tanto que antes de ela estar casada com ele, ela vivia nas dívidas e ele a ajudou... então, ele fez bem para ela. Se ele não fizesse bem para ela, provavelmente eu já teria contado. Ou se ela já tivesse se separado dele há muitos anos e eu soubesse que ela não ia voltar. Mas até hoje eu acho que ela não acreditaria em mim.**  
(ENTREVISTA 1 — JOANA)

Beatriz admite que não teria coragem de denunciar seu primo, que uma revelação atualmente seria desnecessária, que sente pena de sua tia, e prefere não complicar ainda mais a vida deles, pois já sofrem o suficiente.

**Acho desnecessário falar hoje, pois já faz muito tempo e não tem mais o que fazer.** Eu realmente não sei o que é que eu poderia fazer a respeito dele continuar abusando de outras pessoas, **mas eu também não teria coragem de prejudicar ele, então é por isso que eu não falo, também porque eu tenho muita dó da minha tia**, que ela realmente é bem depressiva, ela teve que deixar a família dela no Rio para vir para cá por causa dele, **então ela sofre bastante por causa disso, então prefiro não complicar.**  
(ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

Márcia crê que seu pai mataria seu perpetrador, que parte da família não acreditaria nela, e que suas avós sofreriam muito. “[...] **eu não tenho a menor dúvida que o meu pai, literalmente, mataria ele.** Literalmente... no sentido nenhum pouco figurado. Seria uma decepção muito grande. **Minha avó teria um sofrimento muito grande. Ela e a bisa. E acho que meus tios não acreditariam.**” (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Bruna relata que nunca havia pensado que o que ocorreu fosse passível de denúncia, mas que não faria isso mesmo que soubesse. Se preocupa muito com sua família, caso seu pai saiba o que sofreu. Admira a relação de irmãos que seu pai tem com sua tia, esposa de seu violentador. Acha que se a verdade viesse à tona a família nunca mais se uniria.

**Me preocupo muito com minha família caso meu pai saiba do que aconteceu.** É uma família muito pequena, apenas meu pai e minha tia com os filhos e com quem são casados. Eu admiro muito a proximidade do meu pai e da minha tia, gosto muito dos dois e da relação deles, então se eu contar acabou isso. **Vai ser uma briga, com certeza, muito grande, e a família nunca mais vai se unir. [...]. Nunca tinha passado na minha cabeça que o que aconteceu fosse plausível de denúncia**, eu nunca tinha pensado sobre isso. E me parece que agora, olhando novamente, pela minha família, **eu não faria.** Porque para mim seria igual contar para o meu pai... **la rachar minha família, sabe.** Eu já pensei na possibilidade de o meu tio fazer isso com outras crianças. **Apesar de eu ficar bem preocupada, tocar neste assunto novamente com a minha tia poderia nos afastar definitivamente.**  
(ENTREVISTA 5 – BRUNA)

Nicole afirma não odiar seu tio perpetrador, relata que já nutriu este sentimento, mas não o sente mais. Acredita que se revelasse a violência para sua família, isso motivaria a separação dos seus pais: “E eu não falei para a minha família, porque se eu tivesse falado, talvez, pelo

menos meu pai, acreditaria em mim. E para mim, a implicação de falar seria com certeza uma separação dos meus pais, com certeza, é claro, para mim é nítido. E não é paranoia minha.” (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Disse que se revelasse iria estragar a vida de muitas pessoas e que o passado não mudaria, então acredita que a verdade não compensa a desestabilização familiar por qual passariam.

**Para que eu vou fazer todo mundo passar por isso, não vai mudar o que aconteceu, pode mudar o futuro, talvez, entendeu, eu vou trazer um super sofrimento... eu ia desestabilizar muito a relação dos meus pais, eu ia desestabilizar muito a minha relação com a minha prima,** porque ela falaria, “*cara, por que você nunca me falou? Eu poderia ter ajudado, e você não me falou, era o meu pai, e você não me falou*”. Entendeu? Ela me chamava na casa dela, ela era meu vínculo com ele, eu estava sempre com ele, porque eu estava com ela. E eu não sei se ela passou por isso, porque ela odeia muito ele, ela não faz questão de esconder que ela odeia muito ele. Mas, ela nunca, nunca, falou, eu já perguntei “*por que você odeia tanto seu pai?*”, “*por que você não gosta tanto do tio*” eu falo. E ela fala, “*não, porque ele bebia, não sei o que, não sei o que... eu não consigo ver ganhos, eu só consigo ver perdas*”. (Continua, ainda sobre as consequências da revelação) Minha mãe não ia abandonar, porque por mais cruel que ele fosse, é irmão dela, ela vai se amargurar cuidando de uma pessoa que ela não quer, acho que não compensa. (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Nicole já teve que cuidar do tio violentador em períodos de convalescença, e chegou mesmo a pensar em matá-lo por um momento, porém, ela preferiu preservar seus princípios humanos e não se deixar corromper pela violência que sofreu.

Eu não odeio meu tio, por muito tempo cheguei a odiá-lo, agora não mais. Precisei cuidar duas vezes do meu tio. Primeiro ele fez uma cirurgia de catarata e ficou na minha casa para se recuperar. Tive que dar comida na boca dele. **E aí eu pensava “nossa, eu podia engasgar ele... eu podia engasgar ele, ele não está enxergando mesmo, se eu colocar um veneno ele não vai ver”, sabe assim, jamais faria, mas está muito fácil e muito vulnerável.** Depois, tive que levar e ficar acompanhando meu tio bêbado no hospital, no dia de Natal, acho que fiz isso por mim... se eu largasse ele lá eu ia ser uma péssima pessoa, mesmo que ele fosse uma péssima pessoa. **Eu acho que eu sou a Nicole aqui, e a mesma em Marte, entendeu, e eu tenho os meus princípios aqui e em Marte, e se eu os largasse, não seria eu.** Seria o que ele construiu, talvez. E eu acho que isso... **Essa sou eu, e aí eu senti que se não fizesse, ele teria ganhado, ele teria me corrompido, e aí eu falei, “não” e eu fiquei.** (Chora neste momento e desabafa). Mas foi difícil ficar lá, foi muito difícil e eu falo, “*gente, é Natal, eu não posso fazer isso, é Natal, eu podia estar em casa, e eu estou aqui.*” (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Notamos a forte culpa que acompanha as vítimas quando elas consideram que a revelação provoca o despedaçamento familiar, não a violência. Quando elas se responsabilizam por sua família esquecem quem é o verdadeiro culpado pela crise familiar. O que provoca o sofrimento familiar, as separações e brigas, é a própria violência sexual, não sua revelação. A manutenção do segredo sobre a violência sexual é a tentativa da vítima de preservar o pouco da família que

lhe sobrou. As mulheres sentem-se culpadas pela violência sexual e pelo decorrente despedaçamento familiar porque nossa cultura atribui à mulher a função social de manter a família unida, custe o que custar.

Ingrid relata que sente muita raiva do seu avô e do seu tio, violentadores, mas ao mesmo tempo tenta perdoá-los. Refere um grande sentimento de impotência quando os encontra, o que a deixa com raiva até dela mesma. Desabafa que seu desejo é nunca mais encontrá-los, mas que não consegue, pois ama sua avó e não a considera culpada. Apesar de chorar apenas uma vez durante o relato, o tom da sua voz, durante toda a narrativa é de bastante tristeza e mágoa, até de desesperança.

Ah, eu sinto raiva dele, eu sinto muita raiva dele. Mas ao mesmo tempo eu tento perdoar para isso não ficar ruim comigo. Só que toda vez que ele faz eu sempre sinto a mesma raiva, um sentimento de impotência que eu não gostaria de sentir e isso me deixa com mais raiva ainda, de mim mesma, de eu não conseguir fazer nada efetivo por mim e por ver que minha prima, por exemplo, pode passar pelo mesmo e eu não fazer nada de efetivo. Eu gostaria muito de que ela não tivesse nem que olhar para cara mais, eu vou fazer o que? Eu não consigo. Mas eu gostaria porque eu não quero ver ela passando por isso também porque eu sei a raiva que dá. (Neste momento Ingrid chora e se desculpa por chorar.) É porque ele me deixa com muita raiva dessa situação, dessa situação ser tão ruim, sabe, para mim, para a minha família, e tudo mais, eu gostaria de poder fugir disso e não ter que vivenciar mais. Eu gostaria de internar meu avô, deixá-lo bem longe, e gostaria de levar minha avó para morar comigo, para poder vê-la mais. Quanto ao meu tio, eu não tenho o que fazer, teria que partir da minha tia. Mas eu sinto muito repúdio quando o vejo, acho que pelo fato de ter sido tocada por ele. Mas me preocupo muito com a minha prima, ela vive em uma “*zona de perigo*”. Chego a conversar sobre isso com a minha tia, mas ela acha que o marido dela não faria isso com a própria filha, diz que trata a filha muito bem, o que para mim é um sinal de que algo pode acontecer de fato. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Para Larissa, sair da casa da sua mãe por causa do seu padrasto foi muito difícil, ela chorava de saudade e se sente preterida, pois a sua mãe permanece casada. Diz que no início da violência não contou nada pois tentava preservar este casamento, pois apesar de saber que não era um bom relacionamento, temia pelo destino da mãe e dos irmãos que não tinham para onde ir.

Eu queria proteger o casamento da minha mãe, por isso não contei nada assim que as coisas começaram a acontecer, não era um casamento super harmonioso, por isso, eu tinha medo do que poderia acontecer, porque **na minha cabeça eu imaginava “*vou contar isso para a minha mãe, ela vai se separar dele, e eu não sei como vai ficar, meus irmãos são pequenos, ela não tem para onde ir*”** então, por isso demorei para contar. (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Assegura que mesmo durante o processo judicial nunca conseguiu manifestar desejo de que o marido da mãe fosse preso, pois afligia-se pela situação de sua mãe e irmãos.

E minha rotina mudou, eu saí da casa da minha mãe, foi bem difícil, eu chorava o tempo inteiro porque sentia saudade, e no começo eu fiquei com raiva porque ela continuou lá na casa dele, mesmo sabendo, continuaram perto dele, enfim, acho que o delegado sentiu de mim que realmente tinha acontecido, mas acho que eles ficaram assim: “*será que realmente aconteceu? Será que ela não está inventando?*”. Eu realmente falava, eu não me contradisse, em nenhum momento, no que eu tinha dito, **mas eu não mostrava aquela vontade “eu quero que ele seja preso, eu quero justiça”, por conta dos meus irmãos e da minha mãe.** (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Afirma que ainda hoje tem contato com seu perpetrador, pois este continua casado com sua mãe, indigna-se como ela consegue estar casada com alguém tão desprezível e demonstra sua dor por esta escolha da mãe. Larissa se refere ao perdão como se fosse uma obrigação que está além de suas capacidades.

Hoje ainda tenho contato com ele, porque a minha mãe ainda é casada com ele. Minha mãe tentou se separar, mas ficou apenas um mês afastada. Minha mãe me disse que nem gosta mais do marido, mas as coisas são difíceis e por isso está com ele, eu não consigo entender, porque eu não sou mãe ainda, mas acho que se eu fosse mãe, mesmo que eu não tivesse para onde ir, acho que eu ia morar com meus filhos embaixo da ponte, mas eu não ficaria com uma pessoa dessas eu não conseguiria dormir ao lado de uma pessoa dessas. Mas eu não quero julgar ela, nem entender os motivos, pois isso me dói. De vez em quando que vou na casa dela, apenas cumprimento ele, o contato com ele que eu tenho é “oi” e “tchau”; não esqueci do que aconteceu e não sei se consigo perdoá-lo, não sei se eu ainda estou pronta para isso, acho que perdão é uma coisa muito acima, ainda mais nesse tipo de coisa, muito acima do que eu estou preparada. (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Outra aparente mágoa que Larissa carrega é a atitude da tia e de outras pessoas, que mesmo sabendo o que o padrasto fez, continuam conversando com ele e o aceitando como se nada tivesse acontecido. “As pessoas, eu acho estranho, porque a minha tia, eu tenho um vínculo muito legal com ela, mas ela continua conversando com ele, então, eu não consigo entender esse tipo de coisa, as pessoas continuam o aceitando, fingindo que não aconteceu.” (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Minha tia ficou completamente chocada quando soube, mas eu não lembro da reação da minha mãe ao saber, ela conversou com o marido e ele justificou sua atitude dizendo que me “*testava*”, “*ah, estou testando ela, testei ela para ver até que ponto ela deixa alguém manipular ela*” e a minha mãe acreditou. Meu padrasto chegou a pedir desculpas por estar invadindo a minha privacidade, disse que não ia se repetir, mas após um tempo tudo recomeçou. (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Larissa acredita na justiça divina, uma espécie de retorno das más ações do seu padrasto, e isto a consola. Apesar de não desejar que ele seja preso, se frustra porque as pessoas o acham uma boa pessoa.

Por mais que a gente ache que ele vá sair ileso em relação à justiça do homem, acho que ele vai colher o que ele plantou em algum momento, não sei se aqui, não sei se em outra vida, mas eu não desejo que ele pague aqui ou que ele seja preso, pelos meus irmãos. Mas eu acho estranho, as pessoas não conhecem ele, as pessoas super idolatram ele, acham que a família da minha mãe é a família perfeita, é a família modelo, que ele nossa, é um homem super, sabe, e isso me frustra um pouco, das pessoas vangloriarem ele, e ele não é aquilo que ele passa para as pessoas, mas não desejo que ele seja preso, não desejo nada para ele, acho que não cabe a mim. (ENTREVISTA 11— LARISSA)

Amanda se priva da convivência com a família por conta do padrasto, que é o seu perpetrador. Diz muito entristecida que sente ódio dele e deseja que ele morra. Relata que fez as pazes com sua mãe pois se sente muito sozinha, mas que para isso precisa fingir que nada aconteceu.

Antes eu estava muito assim, com raiva, com ódio, principalmente da minha mãe; eu não estava nem conversando com ela, só que eu vi que isso estava me prejudicando porque querendo ou não eu estou morando com a minha mãe e se eu chegar em casa e não falar com ela é muito difícil, porque eu não tenho outra pessoa para eu conversar. Então eu decidi que o melhor para mim foi perdoar a minha mãe e tentar começar um relacionamento melhor com ela... só que eu queria conversar com ela sobre esse assunto, mas ela não quer; então eu evito. **Meio que eu finjo... que nada aconteceu, com o meu padrasto também é bem difícil porque eu queria mesmo que ele, sei lá, que morresse (faz uma pausa e engole seco). Mas não é bem assim a vida, às vezes me dá um pouco de raiva porque ele está lá na casa dos meus tios sempre; e quando tem festa, eu evitei um monte de festa esse ano. Eu não ia, ele ia. Eu ficava em casa.** (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

Socialmente, os homens que praticam violências sexuais são considerados “monstros”. Esse tipo de afirmação é comum quando as pessoas conversam sobre este tipo de crime. Muitas são as pessoas que afirmam, raivosas, que matariam pedófilos. Inclusive, dentro do sistema prisional, os condenados por esta prática são tratados com desprezo e violência por parte dos outros presos. Eles são encarados como a escória e animalizados, como se assim, a sociedade pudesse descartar qualquer traço de humanidade neles, e se ver livre do encargo de refletir como chegamos ao resultado da produção dessa subjetividade violenta e ordinária.

Para Saffioti (1989), o processo de vitimização sexual apresenta-se às pessoas em sua dimensão concreta, não é igual a vitimização da criança praticada pela pobreza, cuja responsabilidade de enfrentar é do Estado, que é um ser abstrato.

O processo de vitimização, ao contrário, apresenta-se às pessoas em sua dimensão concreta. Trata-se do pai que seduziu a filha de 8 anos, com ela mantendo relações sexuais durante anos até que, aos 14 ou 15 anos de idade, a garota engravida. Trata-se do velhote de mais de 60 anos que, a preços módicos, utiliza-se sexualmente do office-boy da empresa em que trabalha. Trata-se da senhora de mais de 70 anos, estuprada pelo jovem que assaltou sua residência. A extrema concretude dos fatos induz as pessoas a pensarem

os agressores como monstros, como exceções, como doentes. (SAFFIOTI, 1989, p. 14)

Quando os membros de uma família descobrem seu próprio caso de violência sexual, a imagem do monstro se choca com o ideal de pai dedicado, tio carinhoso, primo brincalhão, padraсто atencioso, avô provedor, causando uma negação a princípio, que evolui facilmente para o sigilo, quando não para a descrença e culpabilização da vítima. O sofrimento pelo que pode ocorrer ao violentador caso ele seja preso, o medo de que ele seja assassinado, o temor da desmoralização dos conhecidos e vizinhos, o trauma do despedaçamento familiar, fazem com que a agonia da vítima se torne menor aos olhos de parte significativa dos elementos de uma família, incluindo a vítima. Então, nesse caso, o violentador já não é um monstro, chegando, em alguns episódios, até a se transformar em um coitado seduzido pela lascívia de uma criança ou adolescente que provavelmente provocou toda aquela situação, ou está levemente mentindo, e que talvez tenha entendido errado. Também é possível fingir que nada aconteceu. A própria criança e adolescente acreditar nesta versão devaneadora não é surpresa: os adultos estão sempre certos, lembram?

O fato é que inúmeras famílias possuem em seu seio um violentador. Eles não são monstros, nem estão doentes, mas são filhos do patriarcalismo, que há séculos submete os oprimidos — mulheres, crianças e adolescentes, aos seus desejos e caprichos. Utilizando estes corpos ao seu bel prazer, pois são educados para acreditar que tudo ao seu redor, principalmente dentro de sua casa/família, e sustentada pelo seu dinheiro, lhe pertence e lhe deve obediência.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em sua 5.<sup>a</sup> edição (DSM-5), considera que a Pedofilia é um Transtorno Parafilico, uma forma de parafilia que causa danos a outros. Entretanto, segundo o DSM-5, o uso intenso de pornografia infantil é um sinalizador confiável da atração sexual por crianças, mas, embora seja ilegal, o uso de pornografia infantil por si só não atende os critérios para diagnóstico de transtorno pedofílico. Os critérios clínicos para o diagnóstico (DSM-5) do transtorno pedofílico incluem a pessoa agir sobre os impulsos, sofrer ou sentir-se significativamente prejudicada pelos acometimentos e fantasias. Os critérios para o diagnóstico clínico não abrangem a variedade de manifestação da violência sexual intrafamiliar, já que não acreditamos que pedófilos são apenas aqueles que agem sustentados pelo impulso e se sentem prejudicados por seus atos. E os que não sentem culpa ou prejuízo?

Este modelo de violência sexual intrafamiliar é sustentado e reproduzido pela literatura, em sites pornográficos, em novelas, em piadas, em ditados populares, tornando-se uma fantasia de estupro que muitos homens sentem, é parte de uma masculinidade produzida socialmente de forma violenta e hegemônica.



Um exemplo recente de como crianças são sexualizadas nos mais diversos espaços, de maneira brutalmente corriqueira, foi o programa do Silvio Santos, proprietário e apresentador do SBT (canal aberto de televisão), que apresentou como uma atração de programa de auditório, em pleno domingo, um desfile de crianças de 10 anos, vestindo maiôs e tendo seus corpos avaliados para descobrir quem tinha o “busto mais bonito” e o “colo mais belo”. Após pressão social, fomentada também pelo movimento feminista, a Promotoria de Justiça de Osasco (SP) e o Ministério Público de São Paulo exigiram explicações do STB sobre o Miss Infantil, considerando a erotização precoce. A seguinte frase foi dita por Silvio Santos à plateia: “Agora, vocês do auditório, que estão com o aparelhinho (de votação), vão ver quem tem as pernas mais bonitas, o colo mais bonito, o rosto mais bonito e o conjunto mais bonito”<sup>3</sup>. O processo ocorre em segredo de justiça.

Para Azevedo e Guerra (1988),

A ideia da normalidade das relações sexuais adulto-criança está presente em pelo menos três grandes vertentes históricas: na tradição grega, na tradição judaica e na tradição sumeriana. Apesar das diferenças específicas, todas elas correspondem, no mínimo, há uma naturalização e no máximo a uma idealização do padrão de relações sexuais adulto-criança. Assim, na Grécia, exaltava-se a relação mestre-discípulo, na linha do Banquete de Platão [...] Segundo Florence Rush, deve-se à Bíblia e ao Talmud o início de uma infame tradição, qual seja a de encorajar sexo entre homens e mulheres-criança ainda muito pequenas através do casamento, concubinação e servidão [...] É de se notar, porém, que a tradição judaica registra uma certa ambiguidade em relação às práticas sexuais adulto-criança. Enquanto aceita o casamento, concubinato de homens adultos com meninas pequenas, silencia sobre o incesto pai-filha, embora proíba outras formas de incesto. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 19)

Para as autoras, o cristianismo deu início a um ciclo sistemático de condenação da prática sexual adulto-criança, fundamentada por um lado na repressão da sexualidade como impura, só aceitável para fins reprodutivos, e na idealização da infância como pura e inocente, livre de sentimentos e pensamentos sexuais. “Essa concepção romântica da infância fez com que somente por volta do século XVII a igreja assumisse a condenação explícita das relações sexuais adulto-criança, incluindo aí várias formas de incesto.” (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 21). Com a redução do poder da Igreja sua força de condenação moral diminuiu, de forma que o Estado, através do sistema jurídico, criminalizou o fenômeno.

Correspondendo a uma tendência já de nosso século a condenação disfarça-se sobre a capa da “compreensão científica” do fenômeno. Ele passa a ser

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/mp-investiga-quadro-com-criancas-de-maio-no-programa-de-silvio-santos/> .

definido como um ato “desviante” – reprovável, portanto, – mas, compreensível enquanto psicopatologia (ênfase no agressor) ou enquanto expressão da arte da sedução (ênfase na vítima). No primeiro caso, o relacionamento adulto-criança é concebido como decorrência de traumas secretos do agressor, de sua natureza psicopatológica, portanto. No segundo caso, é concebido como corolário da natureza perversa da vítima, enquanto mulher, isto é, enquanto sexo perigoso. A ideia da ninfeta demoníaca prototipicamente representada por Lolita na literatura universal, especialista na arte de seduzir os homens e, portanto, culpada de tudo que lhe acontece, implica numa hábil estratégia destinada a condenar a prática sexual adulto-criança, através do mecanismo de culpar a vítima. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 21)

A imagem monstruosa e doentia dos violentadores são estereótipos, e não são suficientes para representar a realidade. Violentadores sexuais não são exceções animais, fazem parte de uma norma social, a cultura do estupro. A violência sexual “[...] faz parte do padrão falocêntrico e adultocêntrico que preside as relações sociais de gênero e de geração em nossa sociedade.” (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 34)

Essa desumanização dos perpetradores colabora, em grande medida, para que estes crimes continuem ocorrendo impunemente. Reconhecer que existe um padrão social violento na formação da masculinidade, uma cultura do estupro disseminada pela mídia, pela família, pelos contos de fadas, pela pornografia, reproduzida em nossas relações sociais, é responsabilizar toda uma sociedade pelo enfretamento e pela mudança deste padrão de comportamento. É o percurso certo para verdadeiramente combater este tipo de violência. Ensinar crianças e adolescentes a se protegerem é efetivo. O maniqueísmo entre o bem e o mal, que taxa estupradores como monstros, só colabora para que suas famílias não os denunciem, pois eles se mostram bons em outros aspectos da vida cotidiana, para que os segredos se perpetuem, para que o sistema prisional nem tente recuperá-los, para que as vítimas se calem e para que se sintam culpadas e confusas, quase loucas, quando odeiam ou sentem qualquer afeto familiar pelo violentador.

## 5.4 REVELAÇÃO DIFÍCIL INCLUSIVE EM PROCESSOS TERAPÊUTICOS

Algumas vítimas frequentaram a terapia, com sintomas diversos, mas nunca abordaram o tema com a terapeuta. De acordo com Joana, “Minha família é muito agressiva. Todo mundo é muito estressado, meu pai se estressa facilmente. Aí eu **fiz até um pouquinho de terapia para aprender a ser menos estressada e acho que me ajudou... vivo meus dias com mais calma.**” (ENTREVISTA 1 — JOANA). Apesar de Joana ter feito terapia, não contou à terapeuta sobre suas histórias de violência sexual.

Márcia relata ter feito terapia durante muito tempo, mas nunca abordou o tema com a terapeuta.

Fiz terapia por muito tempo, mas nunca cheguei a abordar este assunto com a terapeuta. Eu tenho déficit de atenção desde sempre e o foco da terapia era para cuidar deste meu problema. [...]. Não acho que meu déficit de atenção e hiperatividade esteja associado ao que me aconteceu. Fui diagnosticada com TDAH na faculdade, mas tenho sintomas desde os sete ou oito anos, quando a violência começou a ocorrer. (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Nicole não contou aos terapeutas por que não quis se sentir como uma vítima. Quando ela ficou mal, optou por resolver o problema sozinha. Tem um preconceito em relação à questão estigmatizada será por ter sofrido violência sexual.

Lembro que por volta dos 13 ou 14 anos, essas memórias passaram a me influenciar muito e eu ficava muito mal, eu não queria ir para a escola, tipo um estado depressivo, eu fiquei muito mal. Na época voltei a fazer terapia. Nunca contei para meus terapeutas, nunca, nenhum terapeuta sabe, nenhum sabe... porque hoje isso não é mais um problema, apesar de afetar minha vida, eu acho que afeta minha vida porque me constrói, me individualiza, mas, não sinto que me limita. **Tenho essa sensação de que se eu contar para um psicólogo ou psiquiatra, vão ficar, “nossa ela foi abusada, meu Deus, tadinha”, e aí, a conduta, o jeito de lidar comigo muda e eu não quero isso, entendeu, eu não quero passar essa imagem de que eu sou vítima, coitada. Eu sou vítima, mas eu sou...** (usa a expressão corporal para se afirmar como o que acredita ser o contrário de uma vítima.) (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

As sobreviventes nem sempre relacionam os sintomas de sofrimento e transtornos mentais com as violências que viveram.

Larissa também fez terapia e acha, “[...] que ficar falando sobre o assunto é ruim, machuca; não ter que depor mais, não ter que fazer mais nada, de certa forma é confortável para mim, mas não sei se isso está resolvido dentro de mim. Não falar sobre o assunto é bom.” (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Neste aspecto destacamos a musicoterapia como alternativa não verbal de terapia, que pode facilitar a revelação e reduzir danos sobre a violência sexual. A musicoterapia é o uso sistemático da música em um processo terapêutico, seus elementos constituintes, o ritmo, a

melodia e a harmonia, se usados por um musicoterapeuta qualificado, podem facilitar a comunicação, o relacionamento, a expressão, de forma a atender as necessidades de cada paciente. O método de tratamento é através de experiências musicais, como a improvisação, composição, recriação musical e audição.

A música faz parte da socialização na adolescência, está presente em vários momentos cotidianos da vida do/da jovem. Segundo Suzuki (2019), em uma revisão sistemática sobre a musicoterapia e o adolescente vítima de violência sexual,

Adolescentes gostam de música e costumam utilizá-la nos diversos momentos do cotidiano. O aprendizado musical e a participação social através da música, geralmente se torna mais atuante neste período de vida, onde o processo de formação da identidade dentro da perspectiva social, se torna mais intenso com o advento da puberdade e o distanciamento do meio familiar. (SUZUKI, 2019, p. 25)

Há evidências da eficácia da musicoterapia para o tratamento de vítimas de violência sexual e os autores a apresentam como uma alternativa que beneficia a comunicação e oferece meios de expressar sentimentos e emoções de modo menos confrontador, pois, esta forma de terapia reduz a hostilidade e oportuniza a participação construtiva.

As evidências apontaram que na adolescência a comunicação verbal pode ser um empecilho para a terapia que requer verbalização. A violência sexual é também um fator limitador, restritor, cuja violência compreende um silêncio, referente “àquele que é calado”, “do qual se retira a voz” revelando um duplo desafio. Ambos os aspectos podem se apoiar no potencial que a musicoterapia tem para dar voz ao paciente e proporcionar caminhos terapêuticos menos confrontadores. (SUZUKI, 2019, p. 50)

Logo, a musicoterapia é um possível meio de tratamento para adolescentes vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência porque promove o processo de comunicação de sentimentos e pode facilitar a revelação da violência sexual:

[...] promove a manutenção da raiva; favorece a formação de vínculo terapêutico; é um meio menos confrontador para lidar com o abuso, não depende apenas da fala como recurso de comunicação e expressão; é um tipo de arte muito apreciada nesta fase de vida. Pode também oferecer caminhos de crescimento e formação de identidade, através do desenvolvimento de habilidades e inserção em práticas musicais, favorecendo a autoestima e autoconfiança. Portanto, a musicoterapia pode promover fatores protetores e preventivos para jovens vítimas de violência sexual. (SUZUKI, 2019, p. 58)

## 6. PREVENÇÃO: AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

A falta de informações sobre a violência sexual intrafamiliar é um fator de risco para que a violência ocorra e não exista a revelação. A criança e a adolescente relatam que não sabiam o que estava acontecendo, apesar de estranhar as situações, que não tinham consciência de que estavam passando por violência sexual e poderiam denunciar.

Acreditamos que a prevenção sobre a violência sexual esteja alicerçada na promoção do diálogo sobre a questão, nos mais diversos setores sociais, na ampliação de redes de acolhimento e denúncia, inclusive especializadas na denúncia da própria criança e adolescente, e na campanha pela denúncia desses casos nas escolas e na atenção primária de saúde. Conversar com as crianças e adolescentes sobre a possibilidade de a violência ocorrer, apresentando os dados, para que saibam que não estão sozinhos, nem constituem exceção, facilita a revelação quando a violência sexual ocorre.

Joana se perguntava se era possível que os beijos do seu padrasto fosse coisa de “pai e filha”, relata desconforto nas situações de violência sexual, acompanhada de certa paralisia e incerteza:

Mas aí notei que ele começou a dar umas investidas em mim e **eu sempre travava** quando estas coisas aconteciam. Minha mãe pagava CNA (escola de línguas) para mim na época, e era meio longe, mas eu ia a pé... teve uma vez, acho que ele foi me levar sozinho de carro e **quando eu estava indo embora ele me deu um beijo. Eu ficava meio que sem reação. E ele fazia isso com a filha dele e com a minha mãe. Então, eu ficava imaginando: “nossa, será que isso é coisa de pai e filha?”**, sabe, mas **eu não tinha certeza. E eu ficava desconfortável, mas também era uma situação em que eu não sabia muito o que fazer.** Daí foi acontecendo várias coisas assim. (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Quando criança Joana foi violentada sexualmente por outro membro da família, um tio-avô distante. Revela que não estava entendendo a violência enquanto ela ocorria.

Mas ele não foi a única pessoa que fez isso comigo (o marido da mãe não foi o único perpetrador). Uma vez, eu tinha sete anos, e estava passando alguns dias em uma casa, numa fazenda da família, com outros parentes. Eu, minha mãe e meu irmão íamos dormir no corredor da casa. **Então um tio, marido da tia da minha mãe, que tinha uns 50, 60 anos, ofereceu seu quarto para minha mãe e meu irmão dormirem, mas disse que eu deveria continuar dormindo no corredor**, só deveriam ir para o quarto a minha mãe e o meu irmão. Continuei dormindo na poltrona no corredor, mas agora junto com o tio. **No meio da noite eu me lembro que ele começou a passar a mão no meu pé, na minha perna, e foi subindo. Eu não estava entendendo muito bem [...]**. (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Beatriz não tinha consciência do significado da violência sexual. A confiança dela no primo o colocava acima de suspeitas, só foi entender completamente o que acontecia anos depois. **“Na época eu não tinha consciência do significado do que acontecia, nós éramos muito próximos, brincávamos juntos, ele era o primo divertido, nunca poderia achar que ele seria capaz de fazer algo para me machucar. Eu não me liguei na época, só depois.”** (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ) Beatriz acha que se alguém tivesse conversado com ela a respeito, prevenindo-a sobre a violência sexual, talvez ela tivesse tentado se proteger: **“Acho que se alguém tivesse conversado comigo antes poderia ter sido um pouco diferente. Eu não sei, eu acho que eu tentaria fugir, chamar alguém, não sei, talvez isso.”** (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

Jéssica relata que na época em que sofreu violência sexual não entendia o que estava acontecendo:

Às vezes a gente estava brincando e ele começava a meio que se masturbar. **Eu não percebia, não entendia.** Houve situações estranhas que aconteceram com este outro morador da casa, porém, **naquela época, eu não entendia o que estava acontecendo.** Me lembra de alguns fatos, que na audiência pela disputa da guarda tive que contar para o juiz. Eu estava brincando de boneca, aí ele me levou para o banheiro com ele. Ele me pegou no colo e começou a esfregar assim. **Só que eu estava brincando e eu não queria porque eu estava brincando, estava me incomodando.** (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Para Jéssica, sempre foi muito difícil verbalizar o ocorrido. Durante a entrevista realizou importante reflexão sobre como a imaturidade linguística e o desconhecimento de mundo da criança a tornam um alvo facilmente manipulável.

Além da culpa, o fato de ser muito difícil verbalizar o ocorrido. Para uma criança, somente o fato de dizer a palavra "pinto" já parece algo incabível, quanto mais transformar em palavras uma situação que envolve todo um contexto sexual; simplesmente é muito difícil verbalizar, sem contar que quando a gente fala é como se revivesse a cena de certa forma. (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

Um atributo importante sobre a violência sexual intrafamiliar é que as vítimas não sabem definir o que é a violência no momento em que ela ocorre, pois nunca lhes foi dito o que é e quais são as características da violência sexual, então a falta de informação é um dos fatores de risco para que crianças e adolescentes não revelem as violências vividas, no momento em que ocorrem, e mesmo depois. Márcia conta que, no início, as ações de seu perpetrador não tinham significado para ela: **“Ele gostava de ficar mostrando o corpo, queria que mexesse nele. No início não me incomodava, as coisas que ele fazia eram indiferentes e não tinham nenhum significado para mim.”** (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA).

Ana quando criança também não entendia o que estava acontecendo:

Meus pais compraram um terreno e construíram uma casa, depois que eu nasci decidiram ampliar a casa para que eu e o meu irmão tivéssemos cada um o seu quarto, mais privacidade, visto que ele é 7 anos mais velho. Então, meus pais acabaram por construir uma casa maior em cima da existente e passaram a alugar a casa menor para ter outra fonte de renda. Durante o período que a casa de cima estava sendo construída, eu tinha entre 4 e 5 anos, meu primo, que passava alguns períodos na minha casa, me levava para a construção, abaixava minha calça e minha calcinha, e ficava acariciando minhas partes íntimas. Acho que meu primo tinha entre 15 e 20 anos, isso aconteceu algumas vezes, e **eu criança não entendia o que estava acontecendo.** (ENTREVISTA 9 — ANA)

Nicole narra algo muito parecido com o anunciado acima: “Nunca pensei em revelar quando a violência estava acontecendo, **pois não sabia que era errado, não sabia o que se passava. Eu pensava, como alguém tão querido pela família poderia fazer algo de mau?**” (ENTREVISTA 7 — NICOLE).

Eu não lembro de tudo, tenho vagas lembranças e alguns flashes do que acontecia. Meu tio começou a pedir para sentar no colo dele, ficava me abraçando. **Eu não sabia o significado daquilo, mas sentia que havia algo estranho no comportamento dele.** E isso se repetia e foi ficando mais íntimo, minha mãe falava, a “*Nicole não tomou banho ainda*” e ele falava, “*deixa que eu...*” e minha mãe não deixava, achava errado, mas ele tipo, “ *você não quer tomar outro banho antes de ir para escola por que pintou de tinta?*” e eu falo, “*eu quero, eu me sujei de tinta*”, aí eu ia tomar banho, e eu saía do banho e, isso eu lembro muito claramente... ele pegava as camisolas da minha mãe, as de renda, dourada, uma preta, e me fazia colocar as camisolas, e eu achava o máximo, eu tenho flashes de ele deitado e eu em cima dele, com a camisola, assim, nunca teve penetração, até porque eu acho que ele não era idiota a esse ponto, mas, ele se esfregava em mim, ele ficava pelado, ele me fazia colocar a mão. (ENTREVISTA 7 – NICOLE)

Para Bruna, saber informações sobre a violência sexual poderia ter ajudado a revelar o ocorrido na época, pois nunca havia pensado que a violência sexual pudesse abranger outros atos para além da penetração:

**Ter informação sobre o que é a violência sexual teria me ajudado a contar na época sobre a violência,** por que a gente escuta muito sobre violência sexual, mas do jeito do ato sexual em si, só que as outras coisas também são um tipo de violência sexual, também traumatizam... ninguém nunca me perguntou, porque ninguém nunca pensava. **Só que ao mesmo tempo eu não soube reconhecer o que era, porque eu não conhecia... se eu tivesse tido essa informação quando eu era pequena, de que um toque que você não gosta não é legal, de que uma pessoa fazendo um carinho que você não gosta não é legal, de que você pode conversar sobre isso, teria feito a diferença.** (Entrevista 5 – BRUNA)

Desenvolver a consciência sobre o próprio corpo e conhecer os limites do outro em relação ao seu corpo poderia ter ajudado a prevenir o que aconteceu com Maria, que não considerava estupro os atos do marido de sua mãe. Se ela conhecesse as características da violência sexual, talvez tivesse percebido e revelado.

**Acho que só mais recentemente que comecei a entender que foi uma violência, porque na época eu achava que não, ou, não sei, tentava me enganar.** Não sei. Foi com aquele ex-marido da minha mãe, o primeiro. Tudo começou quando eu estava no ensino médio, tinha uns 15 anos de idade, numa época que todos em casa começaram a fazer muito exercício físico. As pessoas ficavam me falando que eu tinha que emagrecer. Um dia, o marido da minha mãe me disse algo sobre uma massagem, tipo uma drenagem linfática, e ele começou a fazer massagem em mim. Geralmente ele trabalhava em casa e minha mãe não ficava em casa, e eu ficava, porque estudava à tarde. Então, ficava de manhã em casa e depois que voltava da escola — algumas vezes nessa questão de fazer massagem. Porque era quase no corpo inteiro, praticamente, que ele fazia. Ele falava para eu não comentar aquilo com ninguém alegando que, provavelmente, as pessoas não iriam entender [...] Acho que ter um pouco mais de consciência sobre o próprio corpo, acho que sobre os limites dos outros em relação ao corpo da gente. Não sei. Eu acho que se talvez fosse uma coisa mais, como fala, **na época, se eu considerasse estupro, talvez eu tivesse percebido antes e conversado. Mas como era uma coisa que eu demorei muito para saber, então, eu não considerava. Acho que talvez, o conhecimento do que é uma violência sexual teria ajudado a revelar.** (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Maria conta que as massagens duraram meses, que ela só começou a perceber que estava fora dos limites quando passou a ficar apenas de calcinha durante as sessões.

Acho que as massagens duraram cerca de três a quatro meses. No começo não me incomodava, até achava legal, mas depois comecei a perceber que estava passando dos limites. Eu ficava apenas de calcinha e ele usava um óleo para passar no meu corpo. Nunca percebi ele excitado. Era até uma coisa que eu até pensava. Pelo menos, ele não aparentava estar excitado. Então, para mim, não tinha problema. **Mas eu ficava de calcinha, praticamente... aí, foi me incomodando. Mas eu, pelo menos, não lembro de ter percebido que ele estava excitado, nem nada.** (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Por fim, Ingrid narra que só quando foi crescendo é que entendeu o significado dos gestos e ações do avô, conta esta parte de sua história com a voz trêmula, embargada pelo choro.

**Sobre a violência, eu só fui perceber o que o meu avô fazia quando fui crescendo, pois quando tudo começou, por volta dos cinco ou seis anos, eu não sabia o significado dos gestos e ações do meu avô,** meu avô me olhava de uma maneira diferente e se masturbava na minha frente, para que eu visse. **Embora eu não entendesse o que estava ocorrendo, achava aquilo muito estranho e tinha medo.** [...]. Aos poucos eu percebia que existia malícia em todas as situações, por exemplo, eu ia me trocar e de repente eu o via na janela me olhando de uma forma diferente. **Eu era criança, uns cinco ou seis anos, achava estranho, mas não sabia muito bem o que era aquilo.** Quando eu estava com sete para oito anos, mais ou menos, lembro do meu avô sempre atrás da porta, fazendo gestos de masturbação de uma forma que ele gostaria que eu visse aquilo. **Isso se prolongou, porque eu não entendia o que era aquilo, não entendia o que ele queria dizer, mas eu sentia medo.** (ENTREVISTA 6 — INGRID)



## 6.1 INDAGAÇÃO FAMILIAR: IMPORTANTE ASPECTO DA REVELAÇÃO E PREVENÇÃO

A indagação familiar sobre a violência sexual foi relatada como um facilitador da revelação. Márcia conta que se alguém, sua tia no caso, tivesse lhe perguntado, ela teria dito a verdade e que a revelação a teria poupado de viver anos de violências sexuais por parte de seu primo. A tia chegou a flagrar a violência sexual sendo cometida por seu filho, mas não tomou nenhuma atitude além de uma bronca.

**Acho que se alguém tivesse me perguntado eu teria revelado, na época eu teria falado se ela (a tia) tivesse perguntado.** Porque eu percebi que tinha uma coisa muito errada por causa da reação dele. Ela falou: “não pode, não sei o que...” porque ele estava com a roupa abaixada, e ele respondeu: “foi ela quem puxou, ela mãe. Ela estava brincando e puxou”, sabe? **Acho que se eu tivesse contado para minha tia, eu teria sido poupada de viver tudo que vivi. Eu acho que não teria acontecido tudo o que aconteceu depois.** Porque ali ainda estava, meio que, ele estava começando a fazer as coisas. (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Joana foi violentada por um tio-avô distante, aos sete anos de idade, ocasião em que sua mãe lhe indagou, mais de uma vez, o que havia ocorrido, mas a criança não conseguiu contar. Porém, a repetição da indagação em momento posterior, quando a criança já estava se sentindo novamente em segurança, funcionou para que a violência fosse revelada. Neste caso houve denúncia à polícia e realização do boletim de ocorrência, porém o tio-avô fugiu durante a investigação e alguns anos depois faleceu.

[...] vi uma abertura em algum movimento que ele fez, pulei o sofá e saí correndo para o quarto. Aí eu quis dormir com a minha mãe, **ela perguntou: “O que aconteceu? O que aconteceu?”**, e eu não conseguia falar para ela. Ela me deixou dormir com ela. **Alguns dias depois, minha mãe voltou a perguntar o que tinha acontecido e então eu contei**, e foi realizada denúncia, boletim de ocorrência, meu tio ficou foragido. Nunca chegou a ser preso e faleceu há alguns anos. (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Joana relata que na hora não conseguiu contar à mãe por medo de que o perpetrador fizesse algo com sua família. E que se a mãe não tivesse perguntado novamente, ela não teria revelado, pois estava tentando esquecer.

**No começo eu não sabia o que estava acontecendo.** Quando eu ainda estava no meu sofá e ele no dele, eu não sabia. Mas depois que ele me puxou e pôs a minha mão dentro da cueca dele, daí eu já estava quase que entendendo. **Mas é que meus pais não tinham me contado como é que essas coisas funcionavam com essa idade.** Eu lembro, a minha mãe contava a história da sementinha quando eu perguntava alguma coisa. **Mas mesmo sem ter certeza, eu me senti muito desconfortável e com medo do que ia acontecer se eu não tivesse escapado, sabe? Eu não contei para minha mãe na hora pois fiquei com medo dele fazer algo contra ela caso fosse confrontá-lo. Quando contei nós já estávamos em casa e eu me sentia mais segura longe dele. Mas se minha mãe não tivesse me perguntado novamente, eu não**

**revelaria, pois estava tentando esquecer o que havia acontecido.**  
(ENTREVISTA 1 — JOANA)

Conversar com as crianças e adolescentes sobre a possibilidade de a violência sexual acontecer por parte de um parente ou alguém próximo da família, é a forma mais eficaz de prevenir a violência sexual e facilitar sua revelação. Muitas vítimas relatam que não tinham certeza sobre o que estava ocorrendo no momento da violência, que não sabiam que podiam pedir ajuda, mesmo sentindo que algo estava errado.

É urgente que a educação sexual nas escolas seja uma prática que explique a diferença entre um toque carinhoso e um toque sexualizado. Distinguindo as características das brincadeiras e das violências sexuais, advertindo nossas crianças e adolescentes para essas situações. Uma educação sexual que as empoderem para que se sintam seguras, revelem e denunciem violações sexuais de qualquer tipo.

Para Bruna, Nicole, Maria e Ingrid, se alguém as tivesse indagado, oferecendo segurança para a revelação, elas revelariam.

- **Acho que se a minha mãe perguntasse, claramente, na época que tudo acontecia, eu teria contado.** (Entrevista 5 — BRUNA)
- **Mas tenho certeza, que se fosse questionada sobre o que estava acontecendo, eu teria falado, isso é uma coisa que eu tenho na minha cabeça, eu teria falado, eu teria falado, com certeza, com certeza.** Eu lembro que meu comportamento mudou na época [...], fiquei mais rebelde, mais impaciente, e nunca a minha mãe, o meu pai ou qualquer outra pessoa conseguiu perceber, a minha pediatra, foi minha pediatra a vida toda, ela também não se tocou que eu estava diferente, minha mãe não se tocou que eu estava diferente, ninguém reparou, eu acho que esse é o ponto. (ENTREVISTA 7 — NICOLE)
- **Acho que se hoje alguém viesse perguntar, eu contaria, mesmo para a minha mãe, pois acho que se ela perguntasse significa que estaria mais preparada para ouvir.** (ENTREVISTA 8 — MARIA)
- Hoje eu tento poupar minha avó, que já tem a saúde muito debilitada e seria terrível ter que lidar com essa situação. **Acho que ter conhecimento sobre o assunto ajudaria a ter prevenido essa situação ou mesmo minimizado, pois no início não achava que meu avô pudesse fazer isso com malícia, afinal, era seu avô, uma pessoa que deveria me amar e proteger.** (Relata de maneira muito contundente que se ela tivesse a certeza, a segurança, de que a situação cessaria caso ela contasse para alguém, certamente teria contado.) **Se eu soubesse**

**que contar iria melhorar, acho que eu teria contado já antes e teria me livrado disso. Se fosse uma certeza na hora eu teria contado. (ENTREVISTA 6 — INGRID)**

## 6.2 TRANSGERACIONALIDADE

A transgeracionalidade é um fenômeno apontado pela literatura como uma característica da violência sexual intrafamiliar (NARVAZ, KOLLER, 2005; TESTA, HOFFMAN, LIVINGSTON, 2011; MESQUITA, CORRÊA, MILANI, 2019). A vulnerabilidade social a que estão submetidas algumas famílias, junto a um comportamento complacente, incentivando o segredo de geração a geração, perpetua a violência sexual de forma transgeracional. O comportamento do silêncio que muitas vezes objetiva proteger a família, desprotege a criança e o/a adolescente, tolerando situações de violência sexual durante anos. Quebrar o pacto de sigilo é uma forma de prevenir que a violência sexual ocorra nas próximas gerações.

A questão da transgeracionalidade da violência sexual apareceu nas histórias de Bruna e Ingrid.

Bruna relata que sua mãe e sua tia foram vítimas de violência sexual, um problema que ela tenta entender, já que se espanta que três mulheres de sua família compartilhem esta história. As únicas para quem Bruna perguntou, o que remete a possibilidade de existirem outras.

Tanto a minha mãe como a minha tia foram vítimas de violência sexual. A minha mãe foi abusada por um tio e minha tia, por um desconhecido. **Para mim marcou muito. É um problema atual que eu tento entender. Não pode ser natural você pensar que três mulheres da sua família passaram por isso. As três que eu perguntei.** (Entrevista 5 — BRUNA)

No caso de Ingrid, o silêncio, a manutenção deste assunto em sigilo, a falta de atitude por parte dos familiares e as orientações erradas recebidas, fizeram com que a violência sexual se perpetuasse por gerações em sua família. Ingrid conta que a avó não sabia, até sua revelação, que o avô a violentava, mas a avó tinha conhecimento do que o avô era capaz, pois ele já fez isso com outras pessoas da família.

Talvez a avó não soubesse e não quisesse saber, uma vez que tomar conhecimento implica muitas vezes em ter que tomar alguma atitude, que em todos esses anos ninguém teve coragem de tomar, ou porque dependem dele financeiramente, ou por ter uma dependência emocional.

Meu avô já tinha feito a mesma coisa com as irmãs da minha avó, com a irmã dele, com as minhas tias, inclusive ele já trancou minha tia em casa a forçando a fazer coisas com ele. Ela nunca chegou a comentar nada, **minha avó é daquelas pessoas que gostariam de acreditar o contrário, que não tivesse acontecido, prefere acreditar que isso não aconteceu. Até hoje ela prefere acreditar que ele melhorou, tanto é que quando eu vou contar ela sempre tenta desviar o assunto.** (ENTREVISTA 6 — INGRID)

No caso da tia de Ingrid, esposa do segundo violentador de Ingrid, e filha do avô perpetrador, uma vez ela presenciou o tio violentando Ingrid, ficou muito brava, chegou a

terminar o casamento, mas depois reatou com o marido e teve uma filha com ele: “Uma vez minha tia presenciou meu tio abusando de mim. Ela ficou muito irritada, colocou meu tio para fora de casa, mas logo os dois reataram o relacionamento. Essa tia é a que era abusada pelo meu avô, ela é filha dele.” (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Todos na família de Ingrid têm conhecimento sobre a violência sexual que os homens da família praticam, mas são negligentes e coniventes com a violência praticada contra as crianças e adolescentes, visto que não tomam nenhuma atitude para protegê-las.

Para mim a única maneira desta situação cessar foi com o afastamento da casa dos meus avós, eu não vejo outra forma, pois, embora todos saibam, ninguém me apoia, são todos bem negligentes em relação a essa situação. **Esse ciclo é horrroso porque é um ciclo de submissão que você se impõe por algum tipo de dependência, eu acho.** A minha tia eu acredito que seja uma dependência emocional que ela tem com o meu tio, e minha avó com o meu avô é uma dependência financeira e emocional, porque eles estão juntos há muito tempo. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

A própria Ingrid não tem recursos para interromper efetivamente esta situação, ainda mais que não recebe apoio e proteção de ninguém. Se preocupa com a prima que fica eventualmente na casa dos avós, e talvez seja a primeira pessoa da família a advertir as crianças sobre a tradicional violência sexual. Ingrid se refere ao avô e ao tio, que é o pai desta prima. A estratégia que ela usa para proteger a prima é conversando diretamente e abertamente com ela sobre o que pode acontecer, um grande passo, pois nunca ninguém teve atitude parecida com ela.

Minha prima, tenho muito receio porque ela é filha do meu tio e como ela é muito pequenininha e minha tia tem que trabalhar, às vezes ela fica com meu avô, e minha avó não enxerga, nem nada. **Então eu sempre a aconselho a ficar trancada, lá em casa a gente sempre se acostumou em uma rotina de ficar trancada dentro do quarto, por medo de que acontecesse alguma coisa desse tipo. Para evitar mesmo a ter contato e tudo mais, então a gente sempre aconselhava: “olha, não fica próximo, não dê motivo, tenta ficar o mais longe possível dos dois”.** Eu explico diretamente para ela por eu saber o que a falta disso pode acarretar, **depois do que eu passei eu conto para ela nos mínimos detalhes, eu falo: “ele é seu pai, mas ele fez isso, isso, isso e isso”.** (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Contudo, observamos na fala de Ingrid que toda essa situação familiar de convivência lhe gerou grande culpa, quando adverte a prima pedindo que a criança não dê motivos para a violência sexual acontecer. Infelizmente, o discurso de Ingrid indica para sua prima que existe a possibilidade de ela ser violentada porque deu motivo, transferindo novamente a culpa da violência sexual para a vítima.

## 7 REDUÇÃO DE DANOS

Acreditamos que uma política de redução de danos sobre a violência sexual passe pelo acolhimento e encorajamento à denúncia, não provocando revitimização durante a revelação, efetivamente atendendo e investigando as notificações, assim como dialogando com as famílias sobre a importância de proteger as crianças e adolescentes da violência sexual.

Debater a questão também pode ajudar a diminuir os danos ligados à violência sexual, como a culpa. Quando as vítimas entendem que são parte de um tipo específico de violência que atinge milhões de mulheres, um problema social historicamente negado pelas instituições e acobertado pelas famílias, suas histórias passam a ser coletivas, e isso diminui a sensação de culpa, ligada a comportamentos individuais.

Sobre programas de prevenção e redução dos danos sobre a violência sexual, Azevedo e Guerra (1988), afirmam que:

Estes programas envolvem a produção de vídeos, de filmes a serem projetados em escolas e discutidos com as crianças e adolescentes, de material de leitura para divulgação entre o grande público. De forma geral, a tônica destes programas é no sentido de desculpabilizar a vítima, de a fazer denunciar o problema logo no início, buscando a ajuda necessária e identificando as pessoas mais adequadas que não duvidarão de sua denúncia. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 76)

Para Cláudia, se ela tivesse feito algum tipo de acompanhamento terapêutico, se sua mãe tivesse se separado e ela não precisasse mais conviver com seu perpetrador, sua dor diminuiria. Essa é uma fala sobre redução de danos.

Acho que se tivesse feito algum tipo de acompanhamento psicológico, se a minha mãe tivesse se separado e não precisasse conviver mais com ele, minha dor seria minimizada, eu até posso entender o porquê ela não se separou, acho que a gente já passou por vários altos e baixos em relação à questão financeira, então, talvez na época ela não tivesse como sustentar uma casa comigo, uma criança pequena, a casa é dele, então, ela talvez não tivesse condições. Essa violência aconteceu na casa onde eu ainda moro, e nos mudamos para lá quando eu tinha sete anos. (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Encontrar periodicamente seu violentador é uma forma de revitimização, assim como as famílias não acreditarem nas revelações, atribuírem culpa à vítima, e as instituições públicas se negarem a registrar um Boletim de Ocorrência e investigar a denúncia. Para a redução de danos efetiva precisa haver sentimento de reparação para a vítima, acolhimento familiar e políticas públicas de saúde para atendimento integral.

Uma ampla discussão social sobre os estigmas por qual passam as vítimas de violência sexual, acusadas de serem culpadas, que possa desconstruir a ideia de culpa da vítima em relação à violência sexual, e conscientizar sobre as características da violência sexual contra

vulneráveis, de forma a facilitar revelações e denúncias, além de ações institucionais de prevenção e redução de danos nas áreas da saúde, educação e justiça.

Goffman em seu livro *Estigma* analisa o termo que nomeia a obra profundamente, estabelecendo três tipos de estigma,

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. **Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical.** Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. (GOFFMAN, 1988, p. 14/15)

As vítimas de violência sexual se encaixam no estigma das culpas de caráter individual, pois a mulher é considerada culpada pelo seu estupro. O termo estigma está ligado, portanto, a uma característica *profundamente depreciativa*. Pela característica fundamental que alimenta o estigma a pessoa passa a ser considerada maldosa, perigosa ou fraca, de forma que suas qualidades são apagadas, tornando-a inferior e sem valor. De acordo com Goffman (1988), a pessoa estigmatizada possui menor valor humano que os demais, sendo que uma série de imperfeições e desvios lhe são atribuídos a partir da característica original.

Para Saffioti (1989, p. 89),

[...] é preciso mudar amplamente e intensamente a cultura, a sociedade, as práticas sociais, a fim de evitar as violências sexuais praticadas por homens contra crianças, especialmente meninas. Enquanto o homem for educado para o exercício do poder, para a manifestação incontida de sua agressividade e para o embotamento do lado feminino de sua personalidade, continuará a agredir direitos de mulheres e de crianças, seres subprivilegiados nesta correlação de forças. Desta sorte não basta concitar homens adultos a defender os sagrados direitos da criança, necessário se faz intervir na realidade social visando-se a transformação da ideologia machista e das condutas por ela prescritas. Evidentemente mudanças serão requeridas também das mulheres, seria impossível pretender alterar padrões do comportamento masculino deixando intactos os padrões da conduta feminina. Se o homem precisa deixar de ser educado para se conduzir sempre como o caçador, a mulher necessita aprender a deixar de se comportar sempre como caça. A ruptura deste jogo na sua inflexibilidade — o homem invariavelmente no papel do agressor e a mulher sempre sofrendo a ação masculina — constitui tarefa de difícil, penosa e lenta execução, trata-se porém de um passo imprescindível se realmente se quer ver assegurados os direitos dos seres atualmente mais fracos do ponto de vista social, mulheres e crianças.

## 7.1 CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Em muitos casos a conscientização sobre a violência sexual acontece no final da infância e/ou início da adolescência. É quando a vítima, munida de algum conhecimento de mundo, entende sua própria história e, não raro, passa a lidar com os resultados dessa conscientização e da própria violência sexual. Segundo Beatriz, “**Como eu não sabia o significado do que acontecia, não me incomodava. Fiquei incomodada na adolescência, pelo fato de eu não ter tido escolha. Me dei conta do que eu vivi por volta dos 9, 10 anos, quando fiquei sabendo o que era uma relação sexual.**” (ENTREVISTA 2 — BEATRIZ)

Jéssica relata, “**Me conscientizei que tinha sido vítima de violência sexual quando tinha uns 13 anos de idade.**” (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA)

O mesmo para Márcia, “Após algum tempo, cerca de dois anos, **as atitudes dele passaram a fazer sentido e me incomodar** e, então, eu parei de frequentar a casa dos meus tios.” (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA) A violência contra Márcia começou aos sete anos, logo, dois anos depois ela tinha 9/10 anos.

E Nicole,

**Quando eu fiz 8 anos vi uma notícia na televisão sobre pedofilia e perguntei para o meu pai o que era um pedófilo. E aí que me dei conta de que meu tio era pedófilo. Quando tinha 12 anos, eu tinha na escola aulas e palestras sobre relação sexual e aí pensei: “ele me violentou”, e a violência veio na minha cabeça “isso aqui foi violência”, pensei.** (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Maria teve consciência de que foi vítima de violência sexual há cerca de três ou quatro anos, antes da entrevista (2013–2014), aproximadamente seis a sete anos após o ocorrido. O gatilho para a conscientização aconteceu tendo contato com outros relatos de violência sexual durante sua vida, mas Maria demorou um pouco para aceitar, pois acreditava que o fato dela ter aceitado as mensagens invalidava caracterizar como violência sexual as ações do marido de sua mãe. Foi o feminismo que a ajudou a compreender que o que o padrasto praticava era violência sexual, independente do seu consentimento.

Acho que eu fui me conscientizando sobre a violência sexual tendo contato com outros relatos. **Porque, em 2014, eu comecei a ter mais contato com o feminismo, essas coisas. E comecei a conhecer mais coisas, vendo relatos e vendo que não era só a questão de ter penetração, que outras coisas também eram violência sexual. Aí eu comecei a perceber.** Mas acho que demorou um pouco, porque eu não queria aceitar, entendeu? Eu pensava: “*Ah não, mas eu estava permitindo*”, sei lá, eu não estava consentindo a questão sexual, mas, o que ele estava se propondo a fazer, em tese, a massagem, eu estava aceitando. Acho que demorei um pouco mais para poder me



conscientizar de que era mesma violência sexual. (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Ana tinha 10 anos quando voltou a falar com a mãe sobre a violência sexual:

Aos 10 anos quando voltei a comentar sobre esse assunto com a minha mãe, já tinha noção da gravidade do ocorrido, nesta época não acontecia mais. **Quando eu tomei conhecimento do que tinha vivido, senti a necessidade falar sobre isso. Eu precisava contar aquilo para alguém. Sabe quando uma coisa que te deixa mal e você fica para baixo? Eu precisava contar.** (ENTREVISTA 9 — ANA)

Cláudia se deu conta sobre a violência sexual na adolescência: “Na adolescência me dei conta que tinha sido vítima de violência sexual, mas novamente deletei isso do meu pensamento. Essa conscientização impediu que nós tivéssemos um relacionamento mais próximo (ela e o perpetrador).” (ENTREVISTA 10 — CLÁUDIA)

Este fato revela a importância de políticas públicas de educação, saúde e cidadania pensadas especificamente para esta faixa etária, a adolescência, que possam ajudar as vítimas a revelar a violência, a lidar com a dor da revelação, com a culpa, com o despedaçamento familiar e com os danos biopsicossociais causados pela violência sexual. Essas políticas públicas, além de facilitar o enfrentamento e reduzir danos, promoverão a prevenção de novos eventos.

## 7.2 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

A curto e a longo prazo a violência sexual pode levar à depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), problemas de sono, fobias, transtornos alimentares, tentativa ou ideação suicida, automutilação. Sendo que depressão e TEPT permanecem as formas mais comuns de transtornos mentais associados a violência sexual (WHO, 2016).

Em nosso estudo, as consequências da violência sexual são diversas e manifestam o existente na literatura (WHO, 2016). Baixa autoestima, insegurança, problemas de confiança, dificuldades de relacionamento, sexualidade, problemas relacionados ao sono. Privação de convivência familiar e social.

Para Joana, as violências sexuais por qual passou a tornaram uma pessoa fechada, que não consegue se relacionar socialmente como gostaria. A interação social para ela muitas vezes causa sofrimento, pois sente certa sensação de abandono e dependência emocional. Relata dificuldades para chegar a uma intimidade sexual com alguém, pois não confia nas pessoas.

Hoje em dia eu sou uma pessoa extremamente fechada, nunca me relacionei com ninguém. Eu acho que isso é consequência de todos os ocorridos. Porque se fosse uma coisa só, você ainda consegue imaginar: “nossa, é uma pessoa no mundo”, mas já aconteceram em diversas situações, com diversas pessoas diferentes. Muitas eu confiava. Então, alguma coisa está errada. Eu nunca quis me aproximar das pessoas pelos acontecimentos que vivi. Acho que é justificável... são muitas histórias, e elas começaram na minha infância. Só que por causa disso nunca... nunca tive um relacionamento. Eu tive um namoradinho aos 14 anos, quando eu morava com meu pai, e ele demorou sete meses para conseguir me convencer a namorar com ele, dar um beijo nele. E eu sempre fui muito fechada nesse aspecto. Eu não confio nas pessoas, porque olha só o que acontece... então, eu nunca tive uma relação sexual, ainda bem que nunca fui abusada nesse nível. E não tenho coragem. Às vezes me sinto atraída por um homem e tipo, eu tenho um muro que não deixa que eu fale com ele. Eu fico morrendo de vergonha, finjo que não estou olhando... faço qualquer coisa, mas não me aproximo... e eu tenho 24 anos, já.  
(ENTREVISTA 1 — JOANA)

Além disso, Joana conta que quando passa por situações de violência, fica paralisada, como ficava há anos. Não consegue impor limites às investidas das pessoas, não sabe como se proteger e tem baixa autoestima.

Já passei por situações em que tentaram me beijar a força, colegas que estavam em relacionamentos na época, e minha atitude sempre diante dessas situações é ficar paralisada. Não consigo impor um limite. Não é algo que eu consiga atualmente. Eu realmente acho que eu preciso de ajuda psicológica para conseguir vencer e saber lidar com essas situações, eu realmente não sei como me proteger dessas coisas. Eu teria que não travar. Porque daí eu conversaria, ou diria “não” e sairia fora. Mas eu não consigo fazer. Eu quero fazer essas coisas, mas eu não faço. Fico lá esperando, travada. Além disso, eu tenho baixa autoestima. Tudo isso que eu vivi não me deixa confiar nas pessoas.  
(ENTREVISTA 1 — JOANA)

Joana sofre muito ao refletir como as violências sexuais que viveu moldaram a pessoa que ela se tornou e a forma como interage com as pessoas. Sente-se insegura, sozinha e carente. Conta que já esteve muito deprimida e sentiu que não podia contar com ninguém. Para ela, todas essas características e sentimentos devem-se às violências sexuais por qual passou.

Atualmente **eu não espero nada das pessoas**, cada um tem sua vida e sempre vai ser mais importante o que eles têm que fazer para eles, do que se preocupar com outra pessoa, e na verdade eu sou uma pessoa que gosta de cuidar dos outros. Então, para mim é meio diferente o pensamento. Então, eu não me preocupo mais e não me machuco tanto quanto no passado. (ênfatisa o “tanto” e chora). **Acho que tudo que vivi moldou a forma como me relaciono com as outras pessoas e não sei como resolver isso. Gostaria de me sentir mais segura e saber que existem pessoas que gostam e se preocupam comigo.** (diz isso chorando copiosamente). (ENTREVISTA 1 — JOANA)

Jéssica relata algumas dificuldades sexuais, “Quando iniciei a atividade sexual, **tinha muita dificuldade de fazer sexo oral, era muito difícil... porque eu lembrava.**” (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA). Refere depressão, falta de ânimo, isolamento social: “Vivi um período de **depressão** nesta época, **não gostava da escola, não tinha ânimo para fazer as coisas, me isolei, não tinha vontade de falar com ninguém.**” (ENTREVISTA 3 — JÉSSICA). Esta época que Jéssica menciona foi aos 13 anos, quando tomou consciência que havia sido vítima de violência sexual, antes disso, em suas palavras, ela tinha apagado os fatos da memória.

Para Márcia o que viveu influenciou muito sua vida, principalmente a sexualidade.

O que eu vivi influenciou bastante minha vida, principalmente a parte sexual. No começo tinha muita dificuldade para ter relação, para conseguir, não me sentia à vontade. Não era uma coisa que eu me sentia à vontade e eu tinha a impressão de que tudo estava um pouco a mais. Sabe, começava a incomodar. Então tinha muita limitação. Eu tenho certeza de que meu primo me penetrou quando eu tinha cerca de oito anos, lembro porque eu tive sangramento. Esse incomodo durou por muitos anos e foi diminuindo gradativamente. (ENTREVISTA 4 — MÁRCIA)

Márcia relatou dificuldade para dormir desde a época em que a violência ocorria. Se lembra de ter sintomas de déficit de atenção e hiperatividade desde a mesma época, mas não acredita que o TDAH esteja associado à violência, apesar de se lembrar de sentir os primeiros sintomas na mesma faixa etária. Aos 8 ou 9 anos, sentia desejo de morrer e chegou a se cortar, ao mesmo tempo em que contou se lembrar do primo a ter penetrado e causado sangramento. Relata que o desejo de morte estava mais associado ao sentimento de abandono que sentia pelos pais não a criarem completamente, contudo, nós sabemos que todo o contexto não está dividido em acontecimentos isolados, mas um fator está associado ao outro. Seu sentimento de abandono materno e paterno aumentou diante da violência sexual, pois a criança sente que está correndo perigo, sendo machucada, e que ninguém a está protegendo. No contexto da violência sexual o

sentimento de abandono materno/paterno tornou-se maior e mais poderoso, impelindo Márcia a desejar não estar mais viva.

Em outros casos, relatados em redes sociais e reportagens, vítimas já afirmaram que seu sofrimento pela violência sexual que viveram foi diminuído pelo acolhimento familiar que receberam. Logicamente a falta do mesmo acolhimento familiar causa maior sofrimento. Já com o gravador desligado, Márcia relata que tem grande dificuldade de confiar nas pessoas, de contar coisas da sua vida para alguém, crê que as pessoas vão julgá-la. Sempre sentiu intolerância à frustração. Disse que quando as coisas na sua vida davam errado tinha vontade de acabar com tudo, mas não atribui este comportamento à violência vivida.

Bruna narra que guardou tanto para si o segredo de sua família que um dia surtou na rua e foi ajudada por uma amiga que a levou a um psiquiatra.

Depois de algum tempo, não conseguindo lidar com tudo aquilo, eu tive uma espécie de surto, no meio da rua, perto da faculdade. Eu não sei o que aconteceu, eu não lembro direito, mas bateu um desespero imenso, eu comecei a chorar, não sabia o que eu estava fazendo, eu andava pelas ruas sem saber. Uma amiga minha me encontrou por acaso e me levou para o psiquiatra. E eu comecei a passar com ele. Só que eu não gostava de falar sobre aquilo, me doía muito, muito, muito, muito... ter que falar daquilo, eu não queria, porque eu sentia que eu sempre saia pior do que eu entrava no consultório. Eu comecei a fazer tratamento para depressão. (ENTREVISTA 5 — BRUNA)

Bruna diz que na época da entrevista estava muito incomodada com sua história. Vê-se que ela não encontrou um equilíbrio em relação a situação vivida. Voltou a procurar ajuda, está fazendo terapia, mas ultimamente tem sentindo um incomodo crescente relacionado ao assunto, que está lhe causando muito sofrimento.

No momento estou muito incomodada com essa história. Eu não estou conseguindo mais lidar com isso. Eu não sei o que me faz pensar, mas é como se eu acordasse, fosse dormir, alguma coisa me lembrando disso... eu não tenho vontade de fazer algo sobre, do jeito falar para alguém da família ou tomar alguma atitude em relação dentro da minha família. Isso não... não gostaria de agora ter que contar para o meu pai, nada disso..., mas para mim isso está sendo muito ruim, está me cobrando agora. (ENTREVISTA — BRUNA)

Para Bruna, tudo que ela viveu influencia sua vida afetiva e sexual, relata que após a depressão, viveu um período de fuga na promiscuidade e na bebida.

Acho que tudo que vivi influenciou de certa forma a minha vida afetiva e sexual, mas essa é uma conclusão que eu só estou tendo agora, depois que passei por tudo aquilo, depressão, por tudo, é como se eu tivesse passado do fundo do poço para o alto da montanha russa... porque depois que eu voltei a sair e tudo eu passei a beber demais, sair demais, a dormir com pessoas demais. Para mim estava tudo bem. Mas não estava tudo bem, estava um vazio... então passei por um período bem difícil agora. Eu acho que chorei

tanto nos outros dias... está sendo bem complicado. (ENTREVISTA 5 — BRUNA)

Nicole conta que tem dificuldade em ouvir outras histórias de violência, isso a desestabiliza. “Hoje em dia, tenho dificuldades de ter contato com outras histórias de violência. Não consigo ter relação sexual com ninguém que esteja com hálito de bebida, vai escovar os dentes, acabou, é zero, eu quero dormir e quero dormir longe ainda.” (ENTREVISTA 7 — NICOLE) Ela necessita que seu “não” seja respeitado, e sente muita raiva quando insistem em cortejá-la após sua negativa, “Eu tenho outra coisa que eu acho que é resquício disso, a pessoa respeitar o meu não... eu falei que eu não queria, não importa o que você acha, eu falei que não queria e eu não quero, e às vezes a pessoa fala “*é uma reação exacerbada*”, e eu falo “*não, se eu falei não é não, eu não vou falar não duas vezes.*” (ENTREVISTA 7 — NICOLE)

Para Maria, sobre as consequências atuais da violência sexual para sua vida, acredita que isso afetou de certa forma a sua vida sexual, ela se considera uma pessoa muito fechada em relação aos seus sentimentos, mas relata que falar sobre a violência sexual diminui seu sofrimento:

Assim, eu sempre fui uma pessoa muito fechada em relação aos sentimentos. Então, eu nunca expressava muito o que eu estava sentindo. Até quando eu ia chorar, eu ficava chorando só na hora de dormir, eu chorava na minha cama. Nunca fui de conversar muito sobre os meus sentimentos. Em relação a isso, não mudou muita coisa. Porque, como eu nunca falava mesmo, não teve muita alteração. Mas eu não sei se na parte sexual, foi sempre mais uma coisa da relação com o meu corpo em si, entendeu? Mas eu tinha até medo quando eu fui começar a ter relações com o meu namorado. Assim, não demorou muito. Mas eu ficava assim, antes de acontecer, ficava com receio que na hora, eu ia ter algum bloqueio, entendeu? O que acabou não acontecendo. Mas eu sempre ficava pensando que, talvez, pudesse acontecer. **Conversar sobre o assunto diminui meu sofrimento.** Acho que eu poderia ter contado para alguém antes, mas, é mais fácil falar para pessoas que não tenho intimidade, que não sofrerão com o que vou contar. (ENTREVISTA 8 — MARIA)

Ingrid refere ansiedade, depressão, muito sentimento de raiva, problemas sexuais, transtornos alimentares, sente muita dificuldade em se relacionar com as pessoas.

Já tive ansiedade, depressão. Sinto muita raiva. Tive problemas alimentares na fase que contei para o meu pai e vi que não recebi a ajuda que eu gostaria e esperava. Isso me deixou bastante decepcionada. Acho que parei de comer para chamar atenção. Em relação a relacionamentos, sinto que existe uma base lá atrás muito grande por eu ter medo, por eu não conseguir me relacionar de uma forma normal, como as outras pessoas se relacionam, eu sou muito fechada, sou muito quieta, sou muito calada. E relação sexual também não, eu sempre evito muito porque não sei se é só medo, mas não rola. Nunca namorei. Toda vez que tento chegar nesse nível, patamar, eu sempre fujo, eu não sei dizer o que é, mas na hora eu sinto muito medo. Não sei se isso me recorda, talvez me recorde muito o meu avô, é acho que sim, meu tio e na hora eu sinto muito medo, nojo. Então eu não quero. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

A desconfiança que a violência sexual imprimiu na vida de Ingrid a impede, inclusive, de procurar ajuda profissional, pois uma das razões pela qual ela nunca procurou apoio é a questão de confiar no profissional. Refere que o que a impede de hoje em dia ter um relacionamento é pensar que tudo pode se repetir, mostrando quão é difícil para ela é confiar em alguém.

Hoje em dia, tenho contato com boas pessoas que me fazem esquecer desta situação, deste sofrimento, mas há momentos em que é inevitável o incômodo. O momento no qual mais sofri, foi por volta dos 13–14 anos, quando desenvolvi anorexia. [...]. Pensar que isso pode voltar, o ciclo sabe, de eu me relacionar com uma pessoa que também pode ser assim. É sempre aquela desconfiança que você pode levar e ao mesmo tempo não ser saudável para um relacionamento porque não são todas as pessoas que são assim. As pessoas podem parecer muito “boazinhas”, mas na verdade não são. (ENTREVISTA 6 — INGRID)

Larissa tentou se machucar/morrer quando tinha 15 anos, estava em busca de ajuda e o desespero a levou ao impulso de morte.

Tentei me suicidar aos 15 anos, mas eu não sei te dizer se foi uma tentativa de suicídio, mas eu queria, não sei se para chamar atenção ou se para mostrar “*olha, está demais, eu não estou aguentando, alguém me ajuda*”. Tudo o que tinha de remédio em casa eu tomei.... Morei com a minha mãe até os 15/16 anos, depois fui morar com o pai, com quem moro até hoje. (ENTREVISTA 11 — LARISSA)

Amanda relata grande ansiedade, com sintomas físicos, insônia, insegurança, desejo de morte. A questão primordial é sempre a violência sexual perpetrada pelo padrasto. Refere ideação e tentativa de suicídio aos 12 anos de idade.

Esse ano eu tive assim muitas crises de ansiedade de ficar sem ar, palpitação; insônia; pesadelo... o que mais me dificulta é a insegurança que eu tenho em mim mesma. Acho que essa insegurança se deva a situação que vivi e a falta de credibilidade de minha mãe. Quando eu tinha 12 anos tomei remédio pensando em suicídio, mas eu fiquei bem sonolenta, dormi, tomei um remédio bem fraquinho. Eu não contei para ninguém; e esse ano eu pensei de novo sobre suicídio. (ENTREVISTA 13 — AMANDA)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário garantir às crianças e aos/às adolescentes o direito ao desenvolvimento pleno de sua sexualidade com proteção e segurança, libertas da violência e da exploração sexual. Este tipo de violência causa sérias implicações para a saúde física e mental das vítimas, sabotando a boa convivência familiar e impactando no seu desenvolvimento biopsicossocial, constituindo-se em um grande desafio para os profissionais das áreas da saúde e da educação.

Nesta pesquisa, objetivamos conhecer as histórias e as características da violência sexual intrafamiliar, sofrida em algum momento da vida por adolescentes e adultas jovens, compreendendo o processo de revelação e os motivos para a não revelação da violência sexual intrafamiliar, e refletindo sobre a prevenção e a redução de danos relacionadas à violência sexual cometida em contexto familiar contra a criança e a adolescente. Consideramos que as versões das vítimas sobre suas histórias de violações sexuais são fundamentais para conhecer as características mais profundas do fenômeno, orientando seu enfrentamento.

Revelar a violência sexual sofrida é difícil, cercada por sentimento de culpa, vergonha e até temor quanto às consequências da revelação, inclusive para os perpetradores. Muitas vítimas lamentam o despedaçamento familiar causado pela revelação, o sofrimento de todos ao redor, dos genitores em particular. Confirmamos as informações observadas na literatura sobre o tema, que apontam que as sobreviventes temem a reação familiar à revelação, preocupando-se com a possibilidade de vivenciar mais violência, além de recearem o sofrimento decorrente do despedaçamento familiar.

Neste estudo alguns sujeitos não revelaram imediatamente o ocorrido e outras pessoas nunca o revelaram, sendo que algumas convivem até hoje com os seus violentadores, considerados membros de sua família. Parte das nossas participantes, na época em que tudo aconteceu, não revelaram por não saberem ou terem certeza do significado da violência sexual, por não conhecerem suas características. Outras temeram por seus familiares e a tristeza, raiva, descontrole emocional que a verdade poderia lhes causar. Algumas tiveram medo de serem desacreditadas e até consideradas culpadas pelos familiares.

Observamos que a culpa pela violência sofrida é uma característica que perdura por anos na vida das adolescentes, causando angústia, ansiedade e insegurança. Atitudes como a responsabilização direta da vítima e acusações sobre o sofrimento familiar ter sido causado pela revelação e denúncia são atitudes que ajudam a internalizar a culpa das sobreviventes e perpetuar os danos.

Nos casos em que a violência ocorreu ou começou na infância, existe o relato constante sobre o desconhecimento do que estava ocorrendo, de forma que a incerteza sobre a violência e o medo destes julgamentos culpabilizadores são alguns dos motivos para a demora da revelação e da não revelação.

As expectativas sociais frente à violência sexual na infância e na adolescência são marcadas pela obrigatoriedade em denunciar, pois quando a vítima está apta a revelar a violência no momento em que está ocorrendo, teoricamente, as chances de interrupção são maiores, porém, entre as nossas entrevistadas algumas revelaram a violência sofrida logo após o ocorrido, contudo, em quase a totalidade dos casos, nenhuma medida efetiva foi tomada. As vítimas continuaram tendo contato com seus perpetradores, muitas vezes morando na mesma casa.

Embora os crimes estejam previstos em lei, e apesar das tentativas de denúncias, nenhum dos violentadores foi julgado ou punido, mostrando como as vítimas são negligenciadas até mesmo pelas instituições que as deveriam proteger. Tivemos casos em que as tentativas de denúncia à polícia, por parte de adolescentes, foram impedidas pelos próprios policiais, por falta de provas, como se fosse obrigação da vítima provar qualquer coisa, e como se não fosse direito de qualquer indivíduo realizar uma denúncia sem provas. Investigar e provar é obrigação do sistema judiciário, não da vítima, menor de idade, para agravar um pouco mais o desrespeito aos estatutos brasileiros. Apesar do número de denúncias ter aumentado nos últimos anos e o tema ser mais discutido, estamos muito aquém quando se trata de prevenção, acolhimento, denúncia efetiva e investigação.

Acreditamos que uma política de prevenção e redução de danos sobre a violência sexual passe pelo acolhimento e encorajamento à denúncia, não provocando revitimização durante a revelação, efetivamente atendendo e investigando as notificações, assim como dialogando com as famílias sobre a importância de proteger as crianças e adolescentes da violência sexual cometida em contexto familiar.

Os indivíduos do gênero masculino são os principais autores das violências sexuais contra crianças e adolescentes. É urgente problematizar essa informação, pois isso pode ser reflexo da afirmação da identidade masculina hegemônica, caracterizada pelo uso da força, mostras de virilidade e exercício de poder sobre outros corpos oprimidos de diversas formas. Assim, é importante a promoção de novas formas de masculinidades que extrapolem este padrão e permitam a manifestação de diversas identidades possíveis.



Crianças e adolescentes devem ser orientados precocemente contra a violência sexual intrafamiliar, as vítimas não podem ser negligenciadas pelas famílias e pelos serviços públicos de justiça, saúde e educação. As famílias, escolas, instituições de saúde, sociedade e sistema judiciário devem tomar atitudes de prevenção e redução de danos. Essas ações podem aumentar as chances de revelação e reduzir o risco de a violência acontecer e/ou persistir.

Sobre as limitações do estudo, entendemos como fragilidade deste trabalho a amplitude de temas que foram levantados e sua teorização, que está aquém da potencialidade de análise que os relatos proporcionam, ou seja, outras referências teóricas poderiam ser usadas para analisar as questões levantadas pelas participantes, de forma que reconhecemos que nossa apreciação é apenas uma entre as possíveis interpretações das entrevistas. Destacamos que cada um dos tópicos organizados para esta tese pode ser tornar um trabalho de pesquisa, em que as questões levantadas poderão ser analisadas sobre várias perspectivas, teorias e autores, sendo aprofundadas as análises e dissecados os contextos. Uma possibilidade para encontrar resultados para além dos já observados seria um desenho de estudo longitudinal, onde se pudesse acompanhar estes sujeitos para entender melhor a dinâmica das suas relações e conhecer mais profundamente às repercussões da revelação e da manutenção do segredo. Neste sentido, os estudos tipo-etnográfico poderiam trazer à tona maiores evidências sobre esta questão, promovendo suportes para o melhor enfrentamento, desde o fortalecimento do sujeito, para a resposta individual, quanto a criação e implantação de políticas de saúde e educação adequadas para atuar na coletividade, fornecendo subsídios para evitar a violência, minimizar danos, e até aperfeiçoar propostas de abordagem e tratamentos para os casos de maior complexidade, que já estiverem sofrendo as consequências físico-emocionais de curto a longo prazo da violência sofrida .

Por fim, consideramos que cumprimos com o objetivo da pesquisa qualitativa de compreender os significados e descrever as características da violência sexual intrafamiliar e suas repercussões nas vidas das sobreviventes, além de conhecer os processos de revelação e os motivos para a não revelação. Refletimos sobre a prevenção e a redução de danos, ampliamos as possibilidades de estudos na área, emergindo sugestões de temas inéditos para outras pesquisas, como é o caso do tópico sobre as estratégias de fuga das crianças e das adolescentes frente à violência sexual intrafamiliar.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. Sejam todos feministas. São Paulo: Reviravolta, 2018.
- ADICHIE, C. N. Para educar crianças feministas: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ALAGGIO, R. Na Ecological Analysis of Child Sexual Abuse Disclosure: Considerations for Child and Adolescent Mental Health. *J Can. Acad. Child. Adolesc. Psychiatry* 2010; 19(1):32-9.
- ALVIN, P. Os adolescentes vítimas de abusos sexuais. In: GABEL, M. Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus, 1997.
- AVANCI, J. Q., ASSIS, S. G., DESLANDES, S. F., SILVEIRA, L. M. B., PESCE, R. P., MATA, N. T. Violência contra a criança e o adolescente: descobertas e desafios. In: MINAYO, M. C. S., ASSIS, S. G., (Org.). Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2017.
- AZAMBUJA, Maria Regina F. de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? In: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.
- AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: Iglu Editora, 1989.
- AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. Pele de Asno não é só história: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.
- BARDAGI, M. P. Os estilos parentais e sua relação com a indecisão profissional, ansiedade e depressão dos filhos adolescentes. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002
- BASILE K, C, SMITH S, G. Sexual violence victimization of women: prevalence, characteristics, and the role of public health and prevention. *Am J Lifestyle Med.* 2011;5(5):407-7.
- BLACK M. C, BASILE K. C, BREIDING M. J, SMITH S. G, WALTERS M. L, MERRICK M. T, The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 summary report. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention; 2011. Available from: [http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/nisvs\\_report2010-a.pdf](http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/nisvs_report2010-a.pdf). Acesso em: 20 out. 2017.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. São Paulo: Leituras SME, 2001.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.010, 26 DE JUNHO DE 2014. Lei Menino Bernardo, Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm) . Acesso em: 06 set. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Informações de Saúde. Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências – SINAN – Brasil, 2004. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/violencia/bases/violebrnet.def>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Viva 2009 – 2011. Vigilância de Violências e Acidentes. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília – DF: MS; 2013.

BRASIL. Lei n. 12015 de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF); 2009 Agosto 20; Seção 1:1-4. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2). Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes. Norma Técnica. Brasília – DF: MS; 2012.

CASSIDY, L. HURRELL, R. M. The influence of victim's attire on adolescents judgments of date rape. *Adolescence* 1995;30(118):319-23.

COLLIN- VÉZINA D., SABLONNIÈRE-GRIFFIN M. D. L., PALMER A. M., MILNE L. A preliminary mapping of individual, relational, and social factors that impede disclosure of childhood sexual abuse. *Child Abuse Negl*, 2015.

CYRULNIK, B. Os patinhos feios. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DEBERT, G.G. Problemas relativos à utilização da história oral de vida e história oral. 1988. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. Usos & violências da história oral. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DENZIN N. K. LINCOLN I. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Ed. 2. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, Suely (et al). Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1633-1645, Aug. 2011.

DESLANDES, S. F., MENDES, C. H. F. Violências sexuais na perspectiva do campo da saúde. In: MINAYO, M. C. S., ASSIS, S. G., (Org.). Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição 13. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição 10. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=2229>

FURNISS T. Violência sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.

GARCIA-MORENO C. Multi-Country study on women's health and domestic violence against women. Geneva, World Health Organization (WHO); 2005. Available from: [http://www.who.int/gender/violence/who\\_multicountry\\_study/summary\\_report/summary\\_report\\_English2.pdf](http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/summary_report_English2.pdf).

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GATTAZ, André Castanheira. Lapidação da fala bruta: a textualização em História Oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

GORENSTEIN, C., ANDRADE, L. Validation of a Portuguese version of the Beck Depression Inventory and the State-Trait Anxiety Inventory in Brazilian Subjects. Braz. J Med. Biol. Res. 1996; 29(4):453-7.

GORENSTEIN C., ANDRADE L., VIEIRA Filho A. H. G., TUNG T.C., ARTES R. Psychometric properties of the portuguese version of the Beck Depression Inventory on Brazilian college students. J. Clin Psychol. 1999; 55(5):553-62.

HALL, S. A identidade cultural na Pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HÉBERT, M. TOURIGNY, M. CYR, M. MCDUFF, P. JOLY, J. Prevalence of childhood sexual abuse and timing of disclosure in a representative sample of adults from Quebec. Can J Psychiatry 2009;54(9):631-9.

HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. São Paulo: Papirus 7 mares, 2019.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IMBER-BLACK, et al. Os segredos na família e na terapia familiar. Porto Alegre: ArtMed, 1994.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 184p.

LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867\\_1567\\_lourogucirallLopescorpoeducado.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867_1567_lourogucirallLopescorpoeducado.pdf)>. Acesso em: 26 fevereiro 2019.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MEIHY, J. C. S. B. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. (Org.) História Oral: um locus disciplinar federativo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

MEES, Lúcia Alves. Abuso sexual, trauma infantil e fantasias femininas. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

MESQUITA, M. E., CORRÊA, A., MILANI, A. C. C. Violência Sexual. In: VITALLE, M. S. S., SILVA, F. C., PEREIRA, A. M. L., WEILER, R. M. E., NISKIER, S. R.; SCHOEN, T. H. Medicina do Adolescente: Fundamentos e Prática. São Paulo: Editora Atheneu, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro-São Paulo: ABRASCO-HUCITEC, 1992.

MINAYO, M. C. S., ASSIS, S. G., (Org.). Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. Volume 49, Nº 27. Jun. 2018. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>

NABOKOV, Vladimir. Lolita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NARVAZ, M. G., KOLLER, S. H., Reflexões sobre meninas e mulheres vítimas de violência. Novas Abordagens em Direitos Humanos: Enfrentamento à violência. 1(1): 34, 2005.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN N. K. LINCOLN I. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Ed. 2. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PÁDUA, E. M. M. de. Metodologia da pesquisa. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. (Org.) Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

SANDERSON, C. Violência sexual em crianças. São Paulo: M. Brooks do Brasil; 2005.

SANTOS, V. A. As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SERAFIM, A. P., SAFFI, F., ACHÁ, M. F. F., BARROS, D. M. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Rev. Psiq. Clín. 38(4): 143-7, 2011.

SCHRAIBER L. B, D'OLIVEIRA A. F. P. L, FRANÇA-JUNIOR I., DINIZ S., PORTELLA A. P., LUDERMIR A. B., Prevalência de violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Revista Saúde Pública [periódico na Internet]. 2007;41(5): [cerca de 10 páginas]. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/en\\_5854.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/en_5854.pdf). Acesso em: 25 nov. 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SUZUKI, Denise Chrysostomo. Adolescente vítima de abuso sexual e musicoterapia: uma Revisão Sistemática. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

PESCE R. P., ASSIS S. G., AVANCI J. Q., SANTOS N. C., MALAQUIAS J. V., CARVALHAES R. Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Cad. Saúde Pública* 2005; 21(2):436-48.

PINTO, L. S. S., OLIVEIRA, I. M. P., PINTO, E. S. S., LEITE, C. B. C., MELO, A. N., DEUS, M. C. B. R. Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. *Ciênc. saúde colet.* 22 (5) Maio 2017.  
<https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33272016>

RALL, Olívia. Lugares da mulher na Literatura infanto-juvenil: análise de livros que propõem uma discussão do papel da mulher na sociedade de maneira não estereotipada. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

REY, Fernando González. Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, Apr. 2004.

ROSEMBERG, F. A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1975.

TESTA, M., HOFFMAN, J. H., LIVINGSTON, J. A. Intergenerational transmission of sexual victimization vulnerability as mediated via parenting. *Child Abuse Negl* 35(5): 363-71, 2011.

THIOLLENT, Michel J. M. O processo de entrevista. In: THIOLLENT, Michel J. M. (Org.) *Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária*. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TIBURI, M. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WAGNILD G. M., YOUNG H. M. Development and Psychometric evaluation of resilience scale. *J. Nurs Meas.* 2003; 1(2):165-78.

WHO, World Health Organization. Young People's Health - a Challenge for Society. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731. Geneva: WHO, 1986.

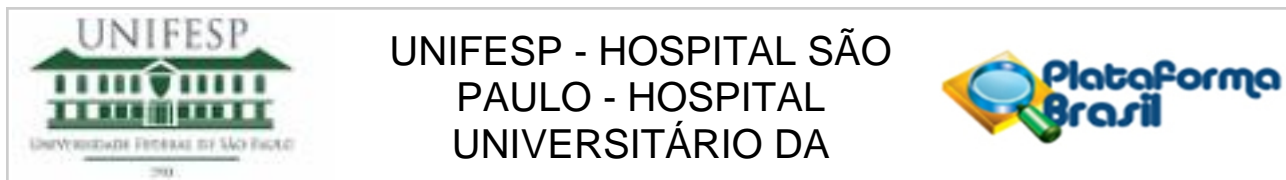
UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND EMPOWERMENT OF WOMEN. The Secretary – General's in-depth study on all forms of violence against women. United Nations, 2006. Available from:  
<http://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/SGstudyvaw.htm>. Acesso em: 25 nov. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global Status Report on Violence Prevention. Geneva: WHO, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Geneva: WHO; 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Violence against women. Intimate partner and sexual violence against women. Geneva: WHO; 2016. Available from: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/> . Acesso em: 25 nov. 2017.



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DA EMENDA**

**Título da Pesquisa:** VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA ADOLESCÊNCIA  
ESTUDO A - VIOLÊNCIA SEXUAL: PORQUE NÃO REVELAR?  
ESTUDO B - VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS ATRAVÉS DA LEITURA.

**Pesquisador:** FLÁVIA CALANCA DA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 57262016.7.0000.5505

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.317.772

**Apresentação do Projeto:**

Projeto CEP/UNIFESP n: 0826/2016

Trata-se da apresentação de emenda ao protocolo original

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário: Estudo A: será avaliado a prevalência de adolescentes vítimas de violência sexual que não revelaram o abuso, em uma população de estudantes universitários do sexo masculino e feminino, bem como os motivos da não revelação e os fatores associados. Estudo B: compreender-se-á o que as/os adolescentes precisam saber e/ou sentir relacionado ao tema da violência sexual, que previna, ajude a revelar e diminua os danos do ocorrido, objetivando a construção de um livro de contos para abordar o assunto

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

conforme descrito no parecer inicial

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de emenda ao protocolo - justificativa: inclusão de pesquisador

**Endereço:** Rua Francisco de Castro, 55

**Bairro:** VILA CLEMENTINO

**CEP:** 04.020-050

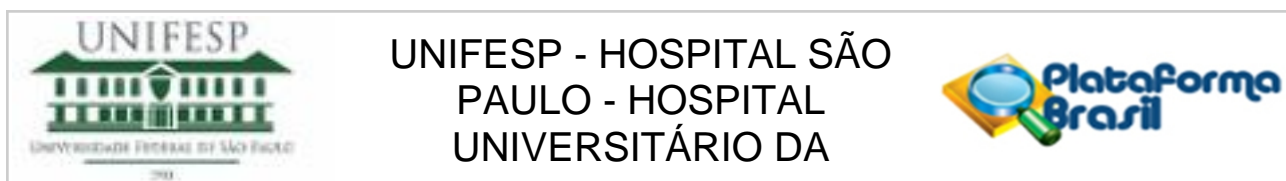
**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)5571-1062

**Fax:** (11)5539-7162

**E-mail:** cep@unifesp.edu.br



Continuação do Parecer: 2.317.772

Três novos pesquisadores foram incluídos no trabalho, os quais ajudarão na coleta, tabulação dos dados, bem como na redação dos artigos a serem produzidos. O Dr. Carlos Alberto Landi é médico pediatra e aluno de mestrado do Programa de Saúde Coletiva da Unifesp; Gabriel Amaral Zenardi é aluno de graduação do curso de medicina da Unifesp e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica; e a pesquisadora Denise Chrysostomo Suzuki é musicista, aluna de especialização do curso “Especialização para Equipe Multiprofissional do Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente” da Unifesp. A inserção de tais pesquisadores acarretará maior agilidade na coleta e tabulação dos dados, bem como, gerará maior produção científica.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

carta de solicitação da alteração apresentada de forma adequada

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

emenda apresentada adequadamente sem óbices éticas para a aprovação

**Considerações Finais a critério do CEP:**

emenda aprovada

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_930505 E1.pdf	30/09/2017 00:04:59		Aceito
Outros	emenda.doc	30/09/2017 00:02:05	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	IMG_1448.JPG	12/08/2016 16:53:33	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_estudoB.doc	12/08/2016 16:40:17	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_estudoA.doc	12/08/2016 16:40:02	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_estudoB.doc	12/08/2016 16:39:38	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito

**Endereço:** Rua Francisco de Castro, 55

**Bairro:** VILA CLEMENTINO

**CEP:** 04.020-050

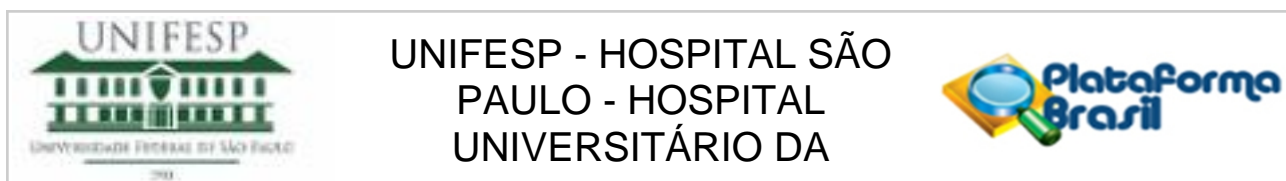
**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)5571-1062

**Fax:** (11)5539-7162

**E-mail:** cep@unifesp.edu.br



Continuação do Parecer: 2.317.772

Ausência	TCLE_estudoB.doc	12/08/2016 16:39:38	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_estudoA.doc	12/08/2016 16:39:21	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Violencia_Sexual.doc	13/05/2016 13:57:08	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO.pdf	13/05/2016 13:54:56	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	13/05/2016 13:34:08	FLÁVIA CALANCA DA SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO PAULO, 05 de Outubro de 2017

---

**Assinado por:  
Miguel Roberto Jorge  
(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Francisco de Castro, 55

**Bairro:** VILA CLEMENTINO

**CEP:** 04.020-050

**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)5571-1062

**Fax:** (11)5539-7162

**E-mail:** cep@unifesp.edu.br



Projeto de Pesquisa: VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA ADOLESCÊNCIA

**Informações Preliminares**
**Responsável Principal**

CPF/Documento: 153.812.298-79	Nome: FLÁVIA CALANCA DA SILVA
Telefone: 11998455699	E-mail: flavia_calanca@uol.com.br

**Instituição Proponente**

CNPJ: 60.453.032/0006-89	Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO
--------------------------	--

**Essa submissão de emenda é exclusiva do seu Centro Coordenador?**

A emenda é exclusiva de seu Centro Coordenador, então as alterações realizadas em seu projeto, em virtude da emenda, NÃO serão replicadas nos Centros Participantes vinculados e nos Comitês de Ética das Instituições Coparticipantes, quando da sua aprovação.

**É um estudo internacional?** Não

**Assistentes**

CPF/Documento	Nome
055.144.338-38	Maria Sylvia de Souza Vitale
344.759.988-08	Aline Monge dos Santos Soares

**Equipe de Pesquisa**

CPF/Documento	Nome
055.144.338-38	Maria Sylvia de Souza Vitale
373.244.498-83	GABRIEL AMARAL ZENARDI
074.587.318-93	CARLOS ALBERTO LANDI
344.759.988-08	Aline Monge dos Santos Soares
324.204.368-57	DENISE CHRYSOSTOMO SUZUKI
369.272.871-91	Teresa Helena Schoen

**Área de Estudo**
**Grandes Áreas do Conhecimento (CNPq)**

- Grande Área 4. Ciências da Saúde
- Grande Área 7. Ciências Humanas
- Grande Área 8. Linguística, Letras e Artes

**Propósito Principal do Estudo (OMS)**

- Ciências Sociais, Humanas ou Filosofia aplicadas à Saúde

**Título Público da Pesquisa:** VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA ADOLESCÊNCIA  
 ESTUDO A - VIOLÊNCIA SEXUAL: PORQUE NÃO REVELAR?  
 ESTUDO B - VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS ATRAVÉS DA

**Contato Público**

CPF/Documento	Nome	Telefone	E-mail
055.144.338-38	Maria Sylvia de Souza Vitale	(11) 5572-1920	vitale.dped@epm.br

**Contato** FLÁVIA CALANCA DA SILVA

**Desenho:**

Trata-se de Projeto de Pesquisa sobre Violência Sexual na Adolescência que será composto por dois estudos:

Estudo A - Trata-se de um estudo do tipo descritivo, exploratório, empírico que será realizado em uma amostra não representativa seletiva da população de estudantes universitários, do sexo masculino e feminino, de uma universidade federal de São Paulo. O estudo irá associar metodologia qualitativa e quantitativa na coleta e análise dos resultados.

Estudo B - Estudo empírico, descritivo e exploratório com metodologia qualitativa, método privilegiado para estudar os acontecimentos e relações humanas no contexto em que ocorrem, e da perspectiva dos sujeitos diretamente envolvidos. Será utilizada a pesquisa-ação, além da pesquisa bibliográfica e documental para investigação, consistindo em observação-participante, entrevista semi-estruturada, análise das anotações realizadas em campo, assim como fotos, desenhos, anotações, poesias e outras possíveis produções que venham a ser compartilhadas pelos participantes, entrevistas semi-estruturadas e ação.

**Apoio Financeiro**

CNPJ	Nome	E-mail	Telefone	Tipo
				Financiamento Próprio

**Palavra Chave**

Palavra-chave
adolescência
revelação
transtornos psiquiátricos
violência sexual
infância
redução de danos
prevenção
estilos parentais
leitura

**Resumo:**

Entende-se como violência sexual, qualquer conduta que constranja o indivíduo a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que o induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que o impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que o force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se de fenômeno universal no qual não se distingue sexo, idade, raça ou classe social. Atinge cerca de 12 milhões de pessoas a cada ano no mundo. Sabe-se que o sexo feminino é o mais exposto a este tipo de agressão, quer seja criança, adolescente, jovem ou mulher adulta. Estima-se que a cada quinze segundos uma mulher seja agredida fisicamente no mundo e uma a cada três mulheres foi ou será violentada sexualmente durante sua vida. De acordo com relatório da Organização Mundial de Saúde de 2014, a prevalência global de violência física e/ou sexual contra a mulher está em torno de 35,6%. Embora seja crime previsto por lei, os casos são ainda pouco notificados e subestimados ou negligenciados quanto à sua gravidade, principalmente quando não há evidências físicas da violência, como nos casos de assédio verbal, voyeurismo e exposição a material pornográfico, levando a crer que as estatísticas são bem maiores do que as referidas. Este projeto sobre o tema Violência Sexual divide-se em dois estudos: o primeiro avaliará, em uma população de universitários, a prevalência de adolescentes que foram vítimas de violência sexual e não revelaram o ocorrido, buscando conhecer os motivos da não revelação e os fatores associados; no segundo estudo, se buscará compreender o que as/os adolescentes precisam saber e/ou sentir relacionado ao tema da violência sexual, que previna, ajude a revelar e diminua os danos do ocorrido, objetivando a construção de um livro de contos para abordar o assunto.

**Introdução:**

A violência afeta a vida de milhões de indivíduos, mais de 1,3 milhões de pessoas ao redor do mundo morrem a cada ano como resultado de alguma forma de violência. Estima-se, por exemplo, que em 2012 ocorreram cerca de 475.000 mortes por homicídio em todo o mundo, sendo que 60,0% destas vítimas eram homens com idades entre 15 e 44 anos. A violência interpessoal não fatal é forma de violência mais comum que o homicídio e acarreta sérias consequências para a saúde do indivíduo ao longo de sua vida. Mulheres, crianças e idosos, geralmente, são vítimas destas formas ditas não fatais, como abuso físico, sexual e/ou psicológico. As estatísticas são alarmantes: um quarto dos adultos relata ter sido fisicamente abusados quando crianças; uma em cada cinco mulheres relata ter sido sexualmente abusada na infância; uma em cada três mulheres foram vítimas de violência física ou sexual pelo seu parceiro em algum momento de sua vida; e em cada 17 idosos relatam algum tipo de abuso no último mês. Entende-se como violência sexual, [...] qualquer conduta que constranja o indivíduo a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que o induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que o impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que o force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Ou seja, a violência sexual refere-se a situações nas quais se é fisicamente forçado a ter intercurso sexual contra sua vontade, por ter medo das consequências de não o ter, ou ser forçado a fazer algo no contexto sexual que é, pelo indivíduo, considerado humilhante ou degradante. Especificamente com relação à população privilegiada por este estudo, segundo Sanderson (2005), a violência sexual é definida como: o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. Essa definição exclui atividade consensual entre colegas. Outros termos permeiam a literatura científica e leiga ao tratar do assunto violência sexual: estupro, abuso sexual, atentado violento ao pudor, assédio sexual, sedução, atos obscenos, estupro de vulnerável. A definição de estupro, de acordo com o Código Penal Brasileiro, foi alterada em 07 de agosto de 2009, Lei no 12.015, passando a ser designado como "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Pela nova definição, tanto a mulher quanto o homem podem ser vítimas de estupro, quando constrangidos, mediante violência (física) ou grave ameaça (psicológica) a praticar conjunção carnal (penetração do pênis na vagina) ou qualquer outro ato libidinoso (penetração anal ou oral). A nova lei criou ainda um capítulo denominado "Dos crimes contra vulnerável". O "estupro de vulnerável" consiste em "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos"; "induzimento de menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem"; "satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente" e "favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável". Portanto, todos os Artigos previstos nesta nova lei, podem ser considerados de forma ampla, como "violência sexual". E é neste contexto abrangente que o termo "violência sexual" será usado neste trabalho. A violência sexual é fenômeno universal, no qual não se distingue sexo, idade, raça ou classe social. Atinge cerca de 12 milhões de pessoas a cada ano no mundo. Sabe-se que o sexo feminino é o mais exposto a este tipo de agressão, quer seja criança, adolescente, jovem ou mulher adulta. Estima-se que a cada quinze segundos uma mulher seja agredida fisicamente no mundo e uma a cada três mulheres foi ou será violentada sexualmente durante sua vida. Estudos internacionais revelam que aproximadamente 20% das mulheres e 5 a 10% dos homens relataram ter sido vítimas de violência sexual quando criança. De acordo com relatório publicado pelo OMS em 2014, a prevalência global de violência física e/ou sexual contra a mulher está em torno de 35,6%, sendo mais elevada em países da África (45,6%), do Sudeste Asiático (40,2%), Orientais do Mediterrâneo (36,4%) e da América (36,1%)<sup>3</sup>. Observa-se que a prevalência de violência perpetrada por parceiros já é alta entre adolescentes de 15 a 19 anos, sugerindo que a violência é muito comum já no início das relações afetivas. Dados nacionais indicam que entre os anos de 2009 a 2015, cem mil novos casos de violência sexual foram notificados (média de 39 casos/dia). Trinta por cento desses casos ocorreram com meninas de 10 a 14 anos de idade; 18%, de cinco a nove anos e 14%, de 15 a 19 anos. Embora seja crime previsto por lei, os casos são ainda pouco notificados e subestimados ou negligenciados quanto à sua gravidade, principalmente quando não há evidências físicas da violência, como nos casos de assédio verbal, voyeurismo e exposição a material pornográfico, levando a crer que as estatísticas são bem maiores do que as referidas. Apesar da escassa literatura no que se refere ao abuso sexual de meninos, acredita-se que a subnotificação nesta população seja ainda mais expressiva, visto que os meninos tendem a revelar menos o abuso, temendo que sua orientação sexual seja questionada. De acordo com o Ministério da Saúde (MS), 14% das vítimas de violência sexual, entre os anos de 2009 a 2015, eram meninos. Todos os tipos de violência estão fortemente associados a eventos negativos para a saúde, mas pesquisas mostram que mulheres que experimentaram violência sexual apresentam idas mais frequentes a hospitais e serviços médicos, além de internações por tempo mais prolongado quando comparadas às não vítimas, mesmo anos após o evento, acarretando grande ônus aos sistemas de saúde. Sabe-se que as consequências físicas, mentais, sexuais e reprodutivas do abuso sexual são devastadoras para suas vítimas. Um estudo de 2013 evidenciou que em certas regiões do mundo, esta população tem 1,5 vezes mais chances de adquirir o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e 1,6 vezes, de adquirir sífilis, quando comparadas às mulheres que não experimentaram esse tipo de violência. A curto e longo prazo podem ainda levar à depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), problemas de sono, fobias, transtornos alimentares, tentativa ou ideação suicida, automutilação; sendo que depressão e TEPT permanecem as formas mais comuns de problemas mentais associados ao abuso sexual. Entre mulheres deprimidas, aproximadamente 60% apresentam história de abuso sexual. Crianças vítimas de violência sexual estão mais sujeitas ao uso de tabaco, abuso de álcool ou drogas, comportamento sexual de risco (início precoce da atividade sexual consensual, múltiplos parceiros e intercurso sexual desprotegido), isolamento, vulnerabilidade à vitimização, problemas acadêmicos, delinquência, pobre autoestima e condutas autodestrutivas. Quando a violência sexual acomete crianças e adolescentes torna-se especialmente dramática, visto que ameaça o desenvolvimento sexual e psíquico de um indivíduo em

formação. Revelar a violência sofrida é extremamente difícil, cercada por sentimentos de culpa, vergonha, às vezes descrédito e, não raramente, temor quanto às consequências que pode causar tanto no meio familiar como no social, mas é o primeiro passo para se obter ajuda após a vitimização. Estranhos molestam crianças e adolescentes, porém, em 75% a 80% dos casos os perpetradores do abuso sexual são pessoas conhecidas pela criança ou adolescente, geralmente uma figura de autoridade e confiança: um dos pais, padrasto ou madrasta, outro adulto do círculo familiar, amigo da família, vizinho, babá, professor, treinador, irmão mais velho, primo, tio; o que aumenta a sensação de vulnerabilidade, perda, traição e quebra de confiança por parte da vítima. No contexto brasileiro os estudos sobre a violência sexual intrafamiliar são relativamente recentes, contudo, objeto de iniciativas para intervenção e discussão, pois nessas relações há uma tradicional característica do sigilo, sempre acompanhada de uma assimetria de poder seja pela diferença de idade, experiência ou posição social, para citar algumas. Geralmente a criança é pega de surpresa pelas "investidas" de alguém que ela conhece, ama ou respeita. O perpetrador comumente manipula a criança a se engajar na atividade sexual usando ameaças, subornos, persuasão ou agressividade, e a convence que ela não tem escolha. Frequentemente o abuso ocorre cronicamente, iniciando-se na infância e persistindo até a adolescência quando, por adquirir maturidade e capacidade de entender e expor o que vinha ocorrendo, o adolescente opta por revelar a violência iniciada de forma sutil e velada na infância por familiares ou conhecidos. A partir do final do século XX, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, crianças e adolescentes passaram a ocupar lugar de destaque na luta por direitos especiais, especialmente no que se refere a proteção contra as diferentes formas de exploração. É neste contexto que a crítica à violência contra eles ganha força, transformando o crime cometido contra a criança e o adolescente em atrocidade. Hoje, embora ainda exista um sentimento de vergonha em relação a ter sido vítima de abuso sexual e, apesar de que nem todos conseguem ou quiserem tornar essa experiência pública, as expectativas sociais e políticas frente à violência sexual são marcadas pela obrigatoriedade em denunciar. Estudo canadense publicado em 2009 concluiu que cerca de 58% das vítimas de abuso sexual atrasaram a revelação por pelo menos cinco anos; e que 20% nunca o revelou, tendo que lidar com as implicações à saúde devido à falta de suporte e intervenções terapêuticas necessárias. Para Santos (2010)<sup>31</sup>: Submetidas durante meses a várias formas e níveis de violência sexual, as crianças e adolescentes afirmam que sempre desejaram revelar o abuso em busca de ajuda e proteção. Quando questionadas sobre o motivo pelo qual deixaram de fazê-lo, as crianças e adolescentes revelam que tiveram receio de não serem acreditadas, de serem repreendidas ou de causarem intenso sofrimento aos familiares não abusivos. Características individuais, familiares, culturais e sociais atuam como fatores que podem facilitar ou dificultar a revelação. Quanto mais jovem é a criança quando o abuso se inicia, mais difícil é a revelação, pela própria imaturidade cognitiva e verbal inerente à criança, pelo fato da criança, muitas vezes, não entender o significado do que está se passando com ela, ou ainda, pelo descrédito do adulto quando frente à revelação. Famílias de indivíduos abusados são descritas como caóticas, violentas, com alto nível de conflitos, pais separados, pobre vínculo emocional entre os integrantes e presença de psicopatologia em algum dos pais, como abuso de drogas ilícitas e/ou álcool. Contudo, essas características não podem ser tratadas como "fatores determinantes do abuso sexual, mas como indicativos possíveis de um terreno propício para a ocorrência da violência sexual contra suas crianças e adolescentes. São elementos que favorecem e/ou propiciam a violência sexual contra suas crianças e adolescentes."<sup>31</sup> Não é incomum que, nestas famílias, além da criança, outra pessoa, na maioria das vezes a mãe, também seja vítima de abuso, o que torna a revelação ainda mais difícil e assustadora. Afetados pela cultura sexista e comportamento patriarcal, os homens vítimas de abuso perpetrado por outros homens temem ser tachados de homossexuais ao revelarem o abuso; já as mulheres frequentemente relutam em revelar a violência ao sentirem-se culpadas e envergonhadas, acreditando que sua atitude pode ter contribuído para o abuso. Interessante como este pensamento patriarcal está enraizado no inconsciente coletivo, estudo já mostrou que adolescentes, de ambos os sexos, que assistiram a uma vinheta sobre abuso sexual, acompanhada de uma fotografia da vítima usando roupas provocantes, foram mais propensos a responsabilizar a vítima pelo comportamento do agressor. Resultado semelhante foi encontrado em pesquisa nacional realizada em 2014, na qual 26% dos brasileiros entrevistados disseram "que mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas". Quando a vítima está apta a revelar o abuso sexual no momento que está ocorrendo, há grande chance de interrupção da situação de violência e da vítima receber suporte apropriado com menos danos para sua saúde física e mental. Apesar das dificuldades, a identificação precoce da violência sexual é fundamental; acredita-se que colocar o sofrimento em palavras e responsabilizar o culpado ajude a superar o trauma. As vítimas sentem que finalmente podem ser ouvidas e compreendidas. Estudo publicado em 2008 mostrou que poucas crianças conhecem o nome técnico dos seus genitais e são inábeis a rotular uma situação de abuso. Programas escolares para prevenção de violência têm sido bem sucedidos. Além da sensibilização dos profissionais que lidam com crianças e adolescentes, estes devem estar preparados para aconselhá-los a evitar situações de alto risco, devem ter habilidades para facilitar a revelação e reagir apropriadamente frente a elas. Informações para os pais sobre formas de prevenir e suspeitar do abuso sexual, e o questionamento direto ao adolescente, na ausência dos pais, sobre atos sexuais forçados ou indesejados, devem fazer parte da rotina dos serviços de saúde. Vítimas de violência relatam grande revitimização tanto por parte dos profissionais de saúde como dos profissionais do sistema jurídico ao revelar a violência. Perguntar à vítima como ela estava vestida, sobre sua história sexual progressa e se respondeu ao assalto sexual (teve orgasmo) são atitudes comuns desses profissionais, que acabam por desencorajar as vítimas de revelar sua história, pelos efeitos negativos adicionais. Segundo Furniss (1993), existem inúmeros fatores internos e externos que perpetuam o segredo sobre a violência sexual. Chama atenção o fato de que as evidências estão presentes apenas em uma minoria dos casos, já que o abuso se configura por uma série de atos que um exame médico nem sempre pode confirmar. Essa falta de provas físicas pode ser mais um fator traumático para o adolescente que precisa provar os eventos que relata diante da família, justiça e profissionais da saúde, utilizando apenas seu testemunho que, em muitos casos, é desacreditado por todos. Sustentado pelo mito de que as crianças manipulam, fantasiam e mentem sobre o abuso sexual, a descrença no testemunho da criança alimenta a negação e a culpabilização da vítima. Para o autor acima mencionado, o despreparo e falta de informações dos profissionais que recebem a denúncia (nos setores da saúde, educação e justiça) enfraquecem o desejo de revelação e ocasionam um elemento de despreteção. Portanto, a educação sobre o tema, ou seja, a promoção de programas e estudos que sensibilizem a família, as crianças e os profissionais sobre o abuso sexual, desmistificando o assunto e rompendo o tabu, devem ser desenvolvidos e estimulados. Acredita-se que eles sejam úteis não apenas em reduzir o risco de violência sexual, mas também aumentam as chances da criança e do adolescente relatar o abuso caso ele ocorra.

### Hipótese:

Embora seja crime previsto por lei, os casos de violência sexual são ainda pouco notificados e subestimados ou negligenciados quanto à sua gravidade, principalmente quando não há evidências físicas da violência, como nos casos de assédio verbal, voyeurismo e exposição a material pornográfico, levando a crer que as estatísticas são bem maiores do que as referidas. Apesar da escassa literatura no que se refere ao abuso sexual de meninos, acredita-se que a subnotificação nesta população seja ainda mais expressiva, visto que os meninos tendem a revelar menos o abuso, temendo que sua orientação sexual seja questionada. Revelar a violência sofrida é extremamente difícil, cercada por sentimentos de culpa, vergonha, medo, às vezes descrédito e, não raramente, temor quanto às consequências que pode causar tanto no meio familiar como no social, mas é o primeiro passo para se obter ajuda após a vitimização. Quando a vítima está apta a revelar o abuso sexual no momento que está ocorrendo, há grande chance de interrupção da situação de violência e da vítima receber suporte apropriado com menos danos para sua saúde física e mental. Estudos apontam que poucas crianças conhecem o nome técnico dos seus genitais e são inábeis a rotular uma situação de abuso. Apesar das dificuldades, a identificação precoce da violência sexual é fundamental; acredita-se que colocar o sofrimento em palavras e responsabilizar o culpado ajude a superar o trauma. As vítimas sentem que finalmente podem ser ouvidas e compreendidas.

### Objetivo Primário:

No Estudo A será avaliado a prevalência de adolescentes vítimas de violência sexual que não revelaram o abuso, em uma população de estudantes universitários do sexo masculino e feminino, bem como os motivos da não revelação e os fatores associados. No Estudo B

compreender-se-á o que as/os adolescentes precisam saber e/ou sentir relacionado ao tema da violência sexual, que previna, ajude a revelar e diminua os danos do ocorrido, objetivando a construção de um livro de contos para abordar o assunto.

#### **Objetivo Secundário:**

Estudo A: • Avaliar o nível sócio econômico da população e correlacionar com ter ou não sofrido algum tipo de violência sexual; • Conhecer o comportamento sexual do grupo e relacionar com ter sido vítima ou não de abuso sexual; • Verificar a presença de transtornos psiquiátricos (depressão, ansiedade, transtorno alimentar, tentativa ou ideação suicida, abuso de álcool e/ou drogas ilícitas) e qualidade de vida na população que sofreu ou não abuso sexual, bem como na família; • Verificar a associação entre os Estilos Parentais e a ocorrência de abuso sexual; • Conhecer se o estudante, na infância ou adolescência, recebeu informações sobre estratégias para se proteger da violência sexual tanto no grupo que sofreu abuso como no grupo que não o sofreu; • Avaliar a capacidade de resiliência desses jovens e comparar como essa pode ter, ou não, afetado a decisão de revelar a violência sofrida; • Comparar sintomas psiquiátricos, qualidade de vida, capacidade de resiliência, estilos parentais entre o grupo que revelou e o que não revelou a violência sofrida. Estudo B: • Observar e participar das reuniões de um grupo de terapia para adolescentes sobre violência sexual; • Entrevistar adolescentes vítimas de violência sexual buscando compreender o contexto e as características dos casos particulares, assim como o que as/os adolescentes precisariam saber e/ou sentir relacionado ao tema da violência sexual, que pudesse ter prevenido, ou que ajude no processo de revelação e/ou diminua danos; • Examinar as entrevistas colhidas, as anotações realizadas nas reuniões do grupo de terapia e as produções/fotos/letras de músicas/poesias que venham a ser compartilhadas pelos participantes, refletindo sobre possíveis padrões e características que possam ser retratados para abordar o tema da violência sexual de forma verossímil, retratando o cotidiano e informando; • Escrever um livro de contos baseados em histórias reais de adolescentes que aborde o tema da violência sexual sob uma perspectiva que informe, previna, ajude a revelar e diminua os danos do ocorrido. O livro deve conter também uma introdução e um anexo com base na pesquisa.

#### **Metodologia Proposta:**

Estudo A - Estudantes universitários, matriculados em todos os cursos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) do Campis São Paulo, serão recrutados durante o ano de 2016. Todos os alunos que preencherem os critérios de inclusão serão convidados a responder questionário de perfil e comportamento (formulado especialmente para a pesquisa), questionário para avaliar o nível sócio econômico, bem como sete instrumentos que avaliarão a presença de violência na família, rastreamento de transtornos mentais, capacidade de resiliência, qualidade de vida e a forma como os pais exercem suas funções parentais. Todos estes instrumentos já estão validados para o português. Após essa etapa, a pesquisadora, através da análise do Questionário sobre Exposição a Eventos Traumáticos (QUESI), convidará todos os estudantes que foram vítimas de violência sexual para uma entrevista individual, em local mais conveniente para o estudante. Trata-se de um estudo do tipo descritivo, exploratório, empírico que será realizado em uma amostra não representativa seletiva da população de estudantes universitários, do sexo masculino e feminino, de uma universidade federal de São Paulo. O estudo irá associar metodologia qualitativa e quantitativa na coleta e análise dos resultados. Estudo B - O Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente (CAAA) da Disciplina de Especialidade Pediátricas – Departamento de Pediatria – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em parceria com o Programa de Atendimento e Pesquisa em Violência (PROVE) do Departamento de Psiquiatria da mesma instituição, atende desde de 2013 adolescentes vítimas de violência sexual. Como parte deste atendimento integrado e do acompanhamento realizado, algumas dessas adolescentes participam de grupo de terapia por período de quatro meses (cerca de 16 sessões de terapia) supervisionado por psiquiatra ou psicólogo e médico de adolescente. Cada grupo possui no máximo oito integrantes do sexo feminino. Será adotada como população da PARTE B do estudo as adolescentes desse grupo de terapia e como campo as reuniões do referido grupo. As participantes terão de 10 a 20 anos incompletos, seguindo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a faixa etária que delimita a adolescência. Estudo empírico, descritivo e exploratório com metodologia qualitativa, método privilegiado para estudar os acontecimentos e relações humanas no contexto em que ocorrem, e da perspectiva dos sujeitos diretamente envolvidos. Será utilizada a pesquisa-ação, além da pesquisa bibliográfica e documental para investigação, consistindo em observação-participante, entrevista semi-estruturada, análise das anotações realizadas em campo, assim como fotos, desenhos, anotações, poesias e outras possíveis produções que venham a ser compartilhadas pelos participantes, entrevistas semi-estruturadas e ação.

#### **Critério de Inclusão:**

Estudo A - A amostra será composta por alunos, regularmente matriculados nos cursos de Medicina, Ciências Biológicas, Fonoaudiologia, Enfermagem, Tecnologia em Informática em Saúde, Tecnologia Oftálmica e Tecnologia em Radiologia do Campis São Paulo da Unifesp, que sejam menores de 20 anos e que estejam presentes em sala de aula no momento da aplicação do questionário e dos instrumentos, bem como, tenham aceitado participar do estudo mediante leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Estudo B - adolescente ou adultos jovens que tenham sido vítimas de violência sexual e concordem em participar do estudo mediante leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

#### **Critério de Exclusão:**

Estudo A - ter idade superior ou igual a 20 anos; não estar presente em sala de aula no momento da aplicação do questionário e instrumentos; não concordar em participar da pesquisa após explanação e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estudo B - não concordar em participar da pesquisa após explanação e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

#### **Riscos:**

Este estudo apresenta risco moderado, visto que o tema da pesquisa "Violência Sexual" pode acarretar desconforto emocional ao participante

#### **Benefícios:**

Avalia-se que a investigação, produção de dados e ampla discussão deste tema nos mais diversos setores sociais é condição sine qua non para o enfrentamento da violência sexual em crianças e adolescentes. Poucos trabalhos na literatura internacional e nacional avaliam a prevalência da não revelação do abuso sexual. A maioria deles se limita ao campo do direito ou da psicologia, estudando as consequências do abuso nas vítimas que revelaram a violência, ou seja, os que procuraram ajuda. Apesar da compreensão sobre a necessidade de discutir vastamente o tema da violência sexual e da constatação de que em muitos casos a criança ou adolescente não sabe ou não consegue entender e nomear o ocorrido, percebe-se uma resistência e falta de conteúdo nos mais diversos setores sociais, manifestada na inabilidade em abordar o tema ou atender a vítima. Aqueles que se atrevem a romper o silêncio na escola, na família ou no consultório, perguntam-se como abordar o assunto com adolescentes de forma não traumática e, ao procurarem ajuda, deparam-se como a quase inexistência de materiais informativos ou literários (literários não erotizados), principalmente desenvolvidos para se comunicar especificamente com adolescentes. São escassos também os estudos sobre abuso sexual no sexo masculino. Apesar das dificuldades, a identificação precoce da violência sexual é fundamental; acredita-se que colocar o sofrimento em palavras e responsabilizar o culpado ajude a superar o trauma. Logo, visando à popularização de ações de proteção a essa comunidade e procurando elucidar algumas indagações que persistem sobre o tema, justifica-se a realização desse estudo.

#### **Metodologia de Análise de Dados:**

Para análise de dados será utilizado o método de Análise de Conteúdo segundo Laurence Bardein. Trata-se de método de organização e análise de dados que visa qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos. A análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos; desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o



levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos. Assim, a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. A escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas.

#### Desfecho Primário:

Espera-se encontrar na população estudada alta prevalência de adolescentes que foram vítimas de violência sexual e optaram por não revelar o ocorrido. Infere-se que esta população deve apresentar pior qualidade de vida, maior prevalência de transtornos psiquiátricos e dependência química decorrentes do fato vivido, comportamento sexual de risco. Um Estilo Parental não protetor deve estar presente nestas famílias.

#### Desfecho Secundário:

Produção de material literário para abordar o tema da Violência Sexual especificamente com adolescentes, buscando fomentar a revelação, prevenir e diminuir danos.

**Tamanho da Amostra no Brasil:** 1.500

#### Países de Recrutamento

País de Origem do Estudo	País	Nº de participantes da pesquisa
Sim	BRASIL	1.500

#### Outras Informações

#### Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)?

Sim

#### Detalhamento:

Serão utilizados dados gerais sobre o tema publicados em artigos científicos, teses, dissertações, pesquisas institucionais, além de materiais diversos fornecidos pelos participantes (desenhos, fotos, poesias, diários). No estudo B, informações contidas no prontuário das adolescentes podem ser utilizadas.

#### Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa:

1.500

#### Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro

ID Grupo	Nº de Indivíduos	Intervenções a serem realizadas
adolescentes vítimas de violência sexual	15	observação do grupo terapêutico e entrevista
Adolescentes e jovens adultos universitários	1.485	aplicação de questionário e instrumentos

#### O Estudo é Multicêntrico no Brasil?

Não

#### Propõe dispensa do TCLE?

Não

#### Haverá retenção de amostras para armazenamento em banco?

Sim

#### Justificativa:

As gravações e transcrições das entrevistas serão armazenadas pelo período de cinco anos.

#### Cronograma de Execução

Identificação da Etapa	Início (DD/MM/AAAA)	Término (DD/MM/AAAA)
preparação do projeto e encaminhamento para ética	10/05/2016	16/05/2016
sistematização e análise dos dados coletados	02/01/2017	31/07/2018
elaboração da escrita definitiva da tese	01/08/2018	31/07/2019
levantamento, seleção e delimitação bibliográfica e documental	10/05/2016	30/12/2016
elaboração da escrita preliminar da tese	01/08/2016	29/12/2017
coleta de dados e entrevista	01/09/2016	31/12/2017
elaboração do roteiro de entrevistas e demais questões metodológicas	10/05/2016	29/07/2016

#### Orçamento Financeiro

Identificação de Orçamento	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Total em R\$		

fotocópias dos questionários e instrumentos	Custeio	R\$ 3.000,00
publicação do livro paradidático	Custeio	R\$ 7.000,00
transporte	Bolsas	R\$ 500,00
profissional treinado para transcrição das entrevistas	Custeio	R\$ 5.000,00
alimentação	Bolsas	R\$ 500,00
gravador digital	Bolsas	R\$ 500,00
profissional para análise estatística	Custeio	R\$ 3.000,00
<b>Total em R\$</b>		<b>R\$ 19.500,00</b>

#### Bibliografia:

- Alaggia R, Turton J. Against the odds: the impact of woman abuse on maternal response to disclosure of child sexual abuse. *J Child Sexl Abus.* 2005;14(4):95-113.
- Alaggia R. An Ecological Analysis of Child sexual Abuse Disclosure: Considerations for Child and Adolescent Mental Health. *J Can Acad Child Adolesc Psychiatry* 2010;19(1):32-9.
- Alexander PC, Schaeffer CM. A typology of incestuous families based on cluster analysis. *J Fam Psychol.* 1994;8(4):458-70.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP. Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). Brasil; 2015. Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>.
- Azanha JMP. Uma ideia de pesquisa educacional. 2a. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2011.
- Bardein L. Análise de Conteúdo. 1a.ed. rev. e ampliada. Lisboa: Edições 70; 2011.
- Basile KC, Smith SG. Sexual violence victimization of women: prevalence, characteristics, and the role of public health and prevention. *Am J Lifestyle Med.* 2011;5(5):407-7.
- Beck AT, Ward CH, Mendelson M, Mock J, Erbaugh J. An inventory for measuring depression. *Arch Gen Psychiatry* 1961;4:561-71.
- Beck AT, Epstein N, Brown G, Steer RA. An inventory for measuring clinical anxiety: psychometric properties. *J Consult Clin Psychol.* 1988;56(6):893-7.
- Bernstein DP, Ahluvalia T, Pogge D, Handelsman L. Validity of the childhood trauma questionnaire in an adolescent psychiatric population. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry* 1997;36(3):340-8.
- Black MC, Breiding MJ, Smith SG, Walters ML, Merrick MT, et al. The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 summary report. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention; 2011. Available from: [http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/nisvs\\_report2010-a.pdf](http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/nisvs_report2010-a.pdf)
- Black MC. Intimate partner violence and adverse health consequences: implications for clinicians. *Am J Lifestyle Med.* 2011;5(5):428–39.
- Brasil. Lei n. 12015 de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF); 2009 Agosto 20; Seção 1:1-4.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2)
- Brasil. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006. Brasília – DF; 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM-publicacao-Lei-Maria-da-Penha-edicao-2012.pdf>
- Brasil. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069 de 13 de julho de 1990 e legislação correlata [recurso eletrônico]. Dispõe sobre a legislação para proteger a juventude. 9a. ed Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; 2012. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes. Norma Técnica. Brasília – DF: MS; 2012.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Viva 2009 – 2011. Vigilância de Violências e Acidentes. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília – DF: MS; 2013.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Informações de Saúde. Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências – SINAN – Brasil. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinanet/violencia/bases/violebrnet.def>
- Campbell R. What really happened? A validation study of rape survivor's help-seeking experiences with the legal and medical systems. *Violence Vict.* 2005;20(1):55-68.
- Cassidy L, Hurrell RM. The influence of victim's attitude on adolescent's judgments of date rape. *Adolescence* 1995;30(118):319-23.
- Cavalcante RB, Calixto P, Pinheiro MMK. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta da pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf & Soc: Est.* 2014;24(1):13-8.
- Collin- Vézina D, Sablonnière-Griffin MDL, Palmer AM, Milne L. A preliminary mapping of individual, relational, and social factors that impede disclosure of childhood sexual abuse. *Child Abuse Negl* 2015;43:123-34.
- Danielson CK, Holmes MM. Adolescent sexual assault: an update of the literature. *Curr Opin Obst Gynecol.* 2004;16(5):383-8.
- Dienemann J, Boyle E, Baker D, Resnick HS, Weiderhorn N, Campbell J. Intimate partner abuse among women diagnosed with depression. *Issues Ment Health Nurs.* 2000;21(5):499-513.
- Fergusson DM, Lynskey MT, Horwood LJ. Childhood sexual abuse and psychiatric disorder in young adulthood. Part I: The prevalence of sexual abuse and factors associated with sexual abuse. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry* 1996;35(10):1355-64.
- Fergusson DM, Horwood LJ, Lynskey MT. Childhood sexual abuse, adolescent sexual behaviors and sexual revictimization. *Child Abuse Negl* 1997;21(8):789-803.
- Fleck MP, Chachamovich E, Trentini C. Development and validation of the Portuguese version of the WHOQOL-OLD module. *Rev Saude Públ.* 2006;40(5):785-91.
- Furniss T. Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.
- Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5a. ed. São Paulo: Atlas; 1999.
- Golding JM, Stein JA, Siegel JM, Burnam MA, Sorenson SB. Sexual assault history and use of health and mental health services. *Am J Commun Psychol.* 1998;16(5):625-44.
- Golding JM. Intimate partner violence as a risk factor for mental disorders: A meta-analysis. *J Fam Violence* 1999;14(2):99-132.
- Gomide PIC. Inventário de Estilos Parentais – IEP. Modelo teórico – Manual de aplicação, apuração e interpretação. 3a. ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2014.
- Gorenstein C, Andrade L. Validation of a Portuguese version of the Beck Depression Inventory and the State-Trait Anxiety Inventory in Brazilian Subjects. *Braz J Med Biol Res.* 1996;29(4):453-7.
- Gorenstein C, Andrade L, Vieira Filho AHG, Tung TC, Artes R. Psychometric properties of the portuguese version of the Beck Depression Inventory on Brazilian college students. *J Clin Psychol.* 1999;55(5):553-62.
- Grassi-Oliveira R, Stein LM, Pezzi JC. Translation and content validation of the Childhood Trauma Questionnaire into Portuguese language. *Rev Saude Publica* 2006;40(2):249-55.
- Habigzang LF, Koller SH, Azevedo GA, Machado PX. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psic: Teor. e Pesq.* 2005; 21(3):341-8.
- Henrique IFS, De Micheli D, Lacerda RB, Lacerda LA, Formigoni MLOS. Validação da Versão Brasileira do Teste de Triagem do Envolvimento om Álcool, Cigarro e outras Substâncias (Assist). *Rev Assoc Med Bras* 2004;50(2):199-206.
- Hérbert M, Tourigny M, Cyr M, McDuff P, Joly J. Prevalence of childhood sexual abuse and timing of disclosure in a representative sample of adults from Quebec. *Can J Psychiatry* 2009;54(9):631-9.
- Holmes WC, Slap GB. Sexual abuse of boys: definition, prevalence, correlates, sequelae, and management. *JAMA* 1998; 280(21):1855-62.
- Kaufman M, American Academy of Pediatrics Committee on Adolescence. Care of Adolescent Sexual Assault Victim. *Pediatrics* 2008;122(2):462-70.
- Kenny M, Capri U, Thakkar-Kolar R, Ryan E, Runyon M. Child sexual abuse: from prevention to protection. *Child Abuse Rev.* 2008;17(1):36-54.
- Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization (WHO); 2002. Available from: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42495/1/9241545615\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42495/1/9241545615_eng.pdf)
- Lacey HB, Roberts R. Sexual assault on men. *Int J STD AIDS* 1991;2(4):258-60.
- Lowenkron L. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia:

diferentes nomes, diferentes problemas? Sex Salud Soc (Rio J) 2010;5:9-29. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludSociedad/rt/printerFriendly/394/804>. 45. Manzini EJ. A entrevista na pesquisa social. São Paulo: Didática; 1990/1991. 46. Manzini EJ. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: Marquezine MC, Almeida MA; Omote S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel; 2003. 47. Melo BO, Amaral ST, Samuel Júnior A. O Delito do Estupro. 2014;10(10): [Apresentado no ETIC 2014 – Encontro de Iniciação Científica; 2014 Set 22-23; Presidente Prudente]. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/4209/3967>. 48. O'Brien, Sher L. Child sexual abuse and the pathophysiology of suicide in adolescents and adults. Int J Adolesc Med Health 2013;25(3):201-5. 49. Pádua EMM. Metodologia da pesquisa. 2a. ed. Campinas: Papyrus; 1997. 50. Paradise JE, Rose L, Sleeper LA, Nathanson M. Behavior, family function, school performance, and predictors of persistent disturbance in sexually abused children. Pediatrics 1994;93(3):452-9. 51. Petit M. Os jovens e a leitura: Uma nova perspectiva. São Paulo: Ed. 34; 2008. 52. Peipert JF, Domagasdk LR. Epidemiology of adolescent sexual assault. Obstet Gynecol 1994;84(5):867-71. 53. Pesce R P, Assis SG, Avanci JQ, Santos NC, Malaquias JV, Carvalhaes R. Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. Cad. Saúde Pública 2005;21(2):436-48. 54. Sanderson C. Abuso sexual em crianças. São Paulo: M. Brooks do Brasil; 2005. 55. Santos VA. As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. 56. Schor EL, editor-in-chef. Caring for Your School-Age Child Ages 5 To 12. New York: Bantam Books; 2004. [Child Care Books form Academy American of Pediatrics]. 57. Schraiber LB, D'Oliveira AFPL, França-Junior I, Diniz S, Portella AP, Ludermir AB, et al. Prevalência de violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Rev Saúde Pública [periódico na Internet]. 2007;41(5):[cerca de 10 páginas]. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/en\\_5854.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/en_5854.pdf). 58. Tillman S, Bryant-Davis T, Smith K, Marks A. Shattering Silence: Exploring Barriers to Disclosure for African American Sexual Assault Survivors. Trauma Violence Abuse 2010; 11(2):59-70. 59. Triviños ANS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 1987. 60. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. Rev Saúde Públ. 2005;39(3):507-14. 61. Turato ER. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. 5ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2011. 62. United Nations Entity for Gender Equality and Empowerment of Women. The Secretary – General's in-depth study on all forms of violence against women. United Nations, 2006. Available from: <http://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/SGstudyvaw.htm> 63. Wagnild GM, Young HM. Development and Psychometric evaluation of resilience scale. J Nurs Meas. 2003;1(2):165-78. 64. World Health Organization (WHO). WHO global consultation on violence and health. Geneve: WHO; 1996. 65. World Health Organization (WHO). Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Geneva: WHO; 2013. 66. World Health Organization (WHO). Global Status Report on Violence Prevention. Geneve: WHO; 2014. 67. World Health Organization (WHO). Violence against women. Intimate partner and sexual violence against women. Geneve: WHO; 2016. Available from: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>

## Upload de Documentos

### Arquivo Anexos:

Tipo	Arquivo
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO.pdf
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Violencia_Sexual.doc
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_estudoA.doc
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_estudoB.doc
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_estudoA.doc
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_estudoB.doc
Declaração de Instituição e Infraestrutura	IMG_1448.JPG
Outros	emenda.doc

### Finalizar

Manter sigilo da integra do projeto de pesquisa: Não

Justificativa da Emenda:

INCLUIR OUTROS TRÊS PESQUISADORES NO PROJETO.

**UNIFESP****Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente****Disciplina de Especialidades Pediátricas****Departamento de Pediatria**

## **Termo de Assentimento**

Título do projeto: **VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA ADOLESCÊNCIA**

Esta pesquisa objetiva compreender o que as adolescentes precisam saber e/ou sentir relacionado ao tema da violência sexual, que previna, ajude a revelar e diminua os danos do ocorrido.

O estudo é composto por entrevista individual, em local e horário mais conveniente para a adolescente.

As entrevistas serão gravadas em áudio e transcritas pela pesquisadora Aline Monge dos Santos Soares, que as conservará durante cinco anos, destruindo-as ao final deste prazo. Estima-se que cada entrevista tenha duração média de 1h30 minutos. O desconforto gerado pode ser considerado moderado, visto que o tema da pesquisa “Violência Sexual” pode acarretar desconforto emocional ao participante.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Os investigadores são Flávia Calanca da Silva, Aline Monge dos Santos Soares e Maria Sylvia de Souza Vitalle, que podem ser encontradas à Rua Botucatu no. 715 São Paulo - SP Telefone(s) 5089-9210 ou pelos e-mails: [flavia\\_calanca@uol.com.br](mailto:flavia_calanca@uol.com.br); [alinemonge@gmail.com](mailto:alinemonge@gmail.com) e [sylviavitalle@gmail.com](mailto:sylviavitalle@gmail.com). Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: [cepunifesp@epm.br](mailto:cepunifesp@epm.br).

**É GARANTIDA A LIBERDADE DE RETIRAR O ASSENTIMENTO A QUALQUER MOMENTO OU NÃO PARTICIPAR DO ESTUDO, SEM QUALQUER PREJUÍZO.**

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros adolescentes, **NÃO SENDO DIVULGADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES.**

Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa. Não há despesas pessoais para o participante. Também não há compensação financeira relacionada à participação. Se existir qualquer despesa, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Em caso de danos diretos ou indiretos causados por este estudo, imediatos ou tardios, o participante tem direito a tratamento médico na Instituição, bem como às indenizações legalmente estabelecidas. As pesquisadoras se comprometem a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo "**VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA ADOLESCÊNCIA**". Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a participação é isenta de despesas e voluntária, com possibilidade de retirar o meu assentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que o eu possa ter adquirido.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via original deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e elucidar as minhas dúvidas sobre a pesquisa.

Este termo será disponibilizado em duas vias originais, uma para ficar com o participante e a outra para ficar com o pesquisador.

-----

Assinatura do participante

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

-----

Assinatura da testemunha

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

*(Somente para o responsável do projeto)*

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Assentimento desse participante para o estudo.

----- Data   /  /  

Pesquisadora - Flávia Calanca da Silva

----- Data   /  /  

Pesquisadora - Aline Monge dos Santos Soares

----- Data   /  /  

Pesquisadora - Maria Sylvia de Souza Vitalle

**UNIFESP****Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente****Disciplina de Especialidades Pediátricas****Departamento de Pediatria**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Título do projeto: **VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA ADOLESCÊNCIA**

Esta pesquisa objetiva compreender o que as adolescentes precisam saber e/ou sentir relacionado ao tema da violência sexual, que previna, ajude a revelar e diminua os danos do ocorrido.

O estudo é composto por entrevista individual, em local e horário mais conveniente para a adolescente.

As entrevistas serão gravadas em áudio e transcritas pela pesquisadora Aline Monge dos Santos Soares, que as conservará durante cinco anos, destruindo-as ao final deste prazo. Estima-se que cada entrevista tenha duração média de 1h30 minutos. O desconforto gerado pode ser considerado moderado, visto que o tema da pesquisa “Violência Sexual” pode acarretar desconforto emocional ao participante.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Os investigadores são Flávia Calanca da Silva, Aline Monge dos Santos Soares e Maria Sylvia de Souza Vitalle, que podem ser encontradas à Rua Botucatu no. 715 São Paulo - SP Telefone(s) 5089-9210 ou pelos e-mails: [flavia\\_calanca@uol.com.br](mailto:flavia_calanca@uol.com.br); [alinemonge@gmail.com](mailto:alinemonge@gmail.com) e [sylviavitalle@gmail.com](mailto:sylviavitalle@gmail.com). Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: [cepunifesp@epm.br](mailto:cepunifesp@epm.br).

**É GARANTIDA A LIBERDADE DE RETIRAR O CONSENTIMENTO A QUALQUER MOMENTO OU NÃO PARTICIPAR DO ESTUDO, SEM QUALQUER PREJUÍZO.**

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros adolescentes, **NÃO SENDO DIVULGADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES.**

Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa. Não há despesas pessoais para o participante. Também não há compensação financeira relacionada à participação. Se existir qualquer despesa, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Em caso de danos diretos ou indiretos causados por este estudo, imediatos ou tardios, o participante tem direito a tratamento médico na Instituição, bem como às indenizações legalmente estabelecidas. As pesquisadoras se comprometem a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo **“VIOLÊNCIA SEXUAL: REVELAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA ADOLESCÊNCIA”**. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a participação é isenta de despesas e voluntária, com possibilidade de retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que o participante possa ter adquirido.

Este termo será disponibilizado em duas vias originais, uma para ficar com o participante e/ou responsável e a outra para ficar com o pesquisador.

-----

Assinatura do participante/representante legal

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

-----

Assinatura da testemunha

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

*(Somente para o responsável do projeto)*



Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste paciente ou representante legal para a participação neste estudo.

----- Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Pesquisadora - Flávia Calanca da Silva

----- Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Pesquisadora - Aline Monge dos Santos Soares

----- Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Pesquisadora - Maria Sylvia de Souza Vitale